



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV
Licenciatura Plena em História

AGRICULTORES EM MOVIMENTO:
Experiência de sindicalismo rural em Várzea Nova-BA (1980-1990)

Martins dos Santos

Jacobina - BA, Dezembro de 2011

Martins dos Santos

**AGRICULTORES EM MOVIMENTO:
Experiência de sindicalismo rural em Várzea Nova-BA (1980-1990)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
Plena em História da Universidade Estadual da
Bahia, Departamento de Ciências Humanas –
Campus IV como requisito parcial para obtenção
do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sara Oliveira Farias

Jacobina – Bahia, 20 de Dezembro de 2011

Martins dos Santos

**AGRICULTORES EM MOVIMENTO:
Experiência de sindicalismo rural em Várzea Nova-BA (1980-1990)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Bahia, Departamento de Ciências Humanas – Campus IV como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sara Oliveira Farias

Prof^a. Dr^a. Sara Oliveira Farias (UNEB Campus V)

Prof. Me. Jaime Baratz (UNEB, Campus IV)

Prof^a. Me. Moisés Sampaio (UNEB, Campus IV)

Jacobina – Bahia, 20 de Dezembro de 2011

Aos trabalhadores e trabalhadoras que lutaram
pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de
Várzea Nova-BA.

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho jamais teria sido possível sem a participação de instituições -, pessoas -, amigos e familiares que, de diversas formas, em diferentes momentos de minha trajetória de vida, legaram contribuições que foram significativas para a realização dessa etapa importante de vida acadêmica que é a graduação. À bem da verdade, se não fossem essas contribuições que manifestaram ao longo dessa trajetória de vida social e de estudante, resultando em experiências múltiplas, encontros e desencontros, solidariedade e afetividades, eu, de forma alguma estaria escrevendo estas linhas e expressando em palavras, meus sinceros agradecimentos. Por isso, pelo relevante papel que tiveram, quero que saibam de minha gratidão a todos:

Primeiramente aquele que com sua infinita soberania, todo domínio e poder, cuidou em colocar pessoas tão especiais em meu caminho para que esse sonho pudesse ser realizado: a Ele, Deus, na sua totalidade, expressa enquanto Pai Criador, Jesus Cristo Salvador e o seu Espírito Santo nosso Consolador/ Intercessor, portanto, a Deus toda honra, toda glória e todo louvor por que “todas as coisas contribuem inteiramente para os que O Amam...”

A minha família, aqui bem representada na maravilhosa pessoa de minha mãe (Maria do Socorro), que com seu esforço imensurável não só me deu a vida, mas, mostrou-me, além da “o caminho da roça” -, do trabalho como valor para nossa sobrevivência, ensinou-me também o “caminho da escola” -, mesmo sem condições materiais para isso. Obrigada por se esforçar tanto por meus estudos, por consolar-me nos momentos difíceis, pelas palavras de conforto, e fim, por suas orações em meu favor. Agradeço imensamente aos meus tios Luzinete e Roberval Henrique pelo constante apoio abrindo as portas de sua casa para mim em Jacobina, que Deus abençoe ricamente vocês.

A professora Sara Oliveira Farias minha orientadora que me convidou para colocar esse projeto de pesquisa em julgamento da Fapesb sendo aprovado, o que foi decisivo para nosso sucesso. Sou muito grato a você Sara por ter aceitou esse desafio de orientar esse trabalho mesmo tendo que se afastar do Campus IV, mas com nosso esforço, não deixamos que isso interferisse no processo da pesquisa, sou profundamente grato por você ter acreditado

nessa pesquisa, pela sua inestimável contribuição intelectual, corrigindo os equívocos, sugerindo, em fim, direcionando as trilhas dessa pesquisa em história.

Com essa mesma intensidade, quero agradecer imensamente a FAPESB – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia que financiou com uma bolsa de ajuda de custo essa pesquisa, essa importante contribuição da Fapesb demonstra a relevância do seu papel social com o incentivo a pesquisa, da qual fui alvo, nesse sentido essa bolsa foi fundamental para nosso desempenho nessa pesquisa. Significou também para mim, uma manifestação da provisão divina que abençoou minha vida de estudante universitário, tornando-me um jovem pesquisador.

Aos meus professores que de diversas formas contribuíram para minha formação: Jaime por ter contribuído com a sua disponibilidade de participar como cooperador, sempre atencioso, prestativo e companheiro no seu modo de ser. A professora Mariza do Carmo por todo seu apoio e disponibilidade no Colegiado de História e professora do Campus, muito obrigado por eu ter sido seu monitor e pela convivência no Campus IV, ao prof^o Joselito pelas suas contribuições na leitura e correção ortográfica do texto. Agradeço também a professora Maria Dalva por ter aprendido muito e trocado experiências sobre um aspecto que muito nos aproxima: nossa identidade rural. Obrigado ao professor Moisés Sampaio pelas conversas no pátio da Uneb, seu interesse pela temática e para descobrir “segredos internos” dessa pesquisa. Grato a professora Héli da Conceição, por suas dicas sobre a temática, movimentos sociais. Ao grande mestre Jacson André por suas aulas, a professora Carmélia Miranda, pelo período de estágio sob sua orientação, em fim a todo corpo docente da Uneb Campus IV. A Leandra por ouvir todas as minhas inquietações sobre no processo de produção da pesquisa. Agradeço aos funcionários do Campus IV por terem me agüentado, em especial a Neide pelos cafés, a Graça e Juliana da Biblioteca pela forma carinhosa com a qual fui tratado.

Quero fazer um agradecimento especial aos depoentes que se revelaram “narradores da terra”, são meus amigos e companheiros com quem tive a honra de conviver no Sindicato de Trabalhadores Rurais em Várzea Nova durante os anos de 2005 2006, período em que tive a oportunidade de trabalhar e conviver com alguns em um momento singular que mudou completamente minha visão de mundo. Experiências que me esforcei neste trabalho para compor uma memória possível da luta sindical em Várzea Nova, e, que vocês expuseram nas entrevistas de formas diversas. Obrigado a vocês: Genival Vitório (Geni); Antônio Cravo da Silva; Esmeraldo Pães (Esmeraldo) João Pedro Alves de Souza (Seu Pedro); Teotônio

Alexandre de Souza (Elizeu do PT); Sebastião da Silva Medeiros (Bastião); José Damaceno (Tio Zezé); Agradeço a Generaldo e a seu Joaquim Barbosa, ambos da Associação Casa dos Lavradores em Jacobina, pela entrevista e pelos documentos gentilmente compartilhados para essa pesquisa. Obrigado a todos vocês, trabalhadores rurais/ sindicalistas, homens e mulheres que protagonizaram muitas histórias.

Ao padre José Hehenberger, grande *Guerreiro do Alem Mar*, que dedicou a sua vida a luta dos trabalhadores rurais como opção preferencial e aceitou em narrar um pouco dessa sua experiência pastoral no Brasil, mas especificamente em Jacobina e região sob o comando da CPT. A meu amigo Vandenil Alves Ferreira (Evandro), por ter cedido sua câmara filmadora para que fosse produzido um material audiovisual com algumas das entrevistas, uma contribuição muito significativa para preservação da memória desses atores sociais, alvos desse trabalho. Agradeço a minha querida Irmã Ausíra e a Fredson do Conselho Territorial do Piemonte da Diamantina, juntamente com Irmã Silvana da Casa de Repouso pelos documentos da CPT que foram cedidos para esse trabalho.

Quero também, de uma maneira, mas descontraída, manifestar meus agradecimentos a colegas de curso na universidade que tornaram os momentos estudo mais prazerosos, compartilhando conhecimentos, dúvidas, angústias em alegrias a cada momento no Campus IV. Obrigados pelo honra de ter conhecido os colegas, Hebert, Nelson, Samuel, Carlos, Eduardo, Leandro, Genilton, Jailson, Edvaldo e tantos outros, os quais formamos juntos, o nomeado “grupos dos marxistas”, valeu por todos os seminários, trabalhos apresentados juntos e pela força que vocês sempre me deram permitindo que eu ficasse diversas vezes na República dos Estudantes. A todos vocês, saibam que sou muito grato por tudo que representam nessa trajetória.

Cântico da Terra

*Eu sou a terra, eu sou a vida.
Do meu barro primeiro veio o homem.
De mim veio à mulher veio o amor.
Veio a árvore, veio a fonte.
Vem o fruto e vem a flor.*

*Eu sou a fonte original de toda vida.
Sou o chão que se prende à tua casa.
Sou a telha da cobertura de teu lar.
A mina constante do teu poço.
Sou a espiga generosa do teu gado
E certeza tranqüila do teu esforço.*

*Sou a razão de tua vida.
De mim vieste pela mão do criador,
E a mim tu voltarás no fim da lida.
Só em mim acharás descanso e paz.*

*Eu sou a grande mãe universal.
Tua filha, tua noiva e desposada.
A mulher e o ventre que fecundas.
Sou a gleba, a gestação, eu sou o amor.
A ti, ó lavrador, tudo quanto é meu.
Teu arado, tua foice, teu machado.
O berço pequenino de teu filho.
O algodão de tua veste
E o pão de tua casa.
E um dia bem distante
A mim tu voltarás.
E no canteiro materno de meu seio
Tranquilo dormirás.*

(Cora Carolina)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo estudar a experiência de sindicalismo rural em Várzea Nova, município do Estado da Bahia. Foram utilizados como fontes no exercício dessa pesquisa, depoimentos orais de memórias de trabalhadores rurais do sindicato, lideranças da CPT – Comissão Pastoral da Terra de Jacobina, recortes de jornais, atas do sindicato e relatórios da CPT, dentre outros. A partir dessa memória produzida, procuramos analisar alguns discursos e práticas de sindicalismo rural empreendidas por trabalhadores rurais em Várzea Nova durante a década de 1980 a 1990. Percebemos que essa experiência de sindicalismo rural se deu em torno da bandeira de luta do sindicato pela posse de três fazendas griladas por fazendeiros da região, em decorrência dessa luta, ocorreram diversos conflitos por terra no município, formas diversas de perseguições e práticas de violência rural impingidas contra os trabalhadores rurais. Nessa perspectiva, a presente monografia, busca compreender os variados significados das lutas sociais dos trabalhadores rurais no sindicato em Várzea Nova, onde emergiram variados discursos e práticas sindicais envolvendo uma rede que teceram relações sociais de múltiplos significados em torno da disputa pela terra nesse perímetro rural.

Palavras Chaves: *trabalhadores rurais, memória, luta, terra.*

ABSTRACT

The present work aims to study the experience of rural unionism in New Lowland, municipality of Bahia. Were used as sources in the course of this research, oral testimony of memories of the rural workers union, leaders of the CPT - Pastoral Land Commission of Jacobina, newspaper clippings, minutes and reports of the union of the CPT, among others. From this memory produced, we analyze some discourses and practices of rural unionism undertaken by rural workers in Lowland during the decade from 1980 to 1990. We realize that this experience of rural unionism took place around the banner of struggle for possession of the union of three farms illegally occupied by farmers in the region as a result of this struggle, there were many conflicts over land in the city, different forms of persecution and practices of rural violence foisted against rural workers. From this perspective, this monograph seeks to understand the various meanings of social struggles of rural workers in the union in New Lowland, where multiple discourses and practices emerged union involving a social network that wove multiple meanings around the dispute over land in rural area.

Key - words: rural union, memory, luta, terra.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS:

ACCL – Associação Comunitária Casa dos Lavradores.
ACR- Ação Católica Rural e/ou – Animação Cristã no Meio Rural
ACTAPEB – Associação Comunitária dos Tiradores de Areia e Pedra da Estrada Boiadeiros
ALS – Associação dos Lavradores da Salina
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
CPT – Comissão Pastoral da Terra.
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT – Central Única dos Trabalhadores
ET – Estatuto da terra
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura.
FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural.
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PRORURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova.
PFL – Partido da Frente Liberal
PT – Partido dos Trabalhadores.
UDR – União Democrática Ruralista.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - Motivações para escolha do tema.....	13
Terra e arame farpado: uma rica e complexa problemática em Várzea Nova-BA.....	17
CAPÍTULO I - A CRIAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE VÁRZEA NOVA: ENTRE OS DISCURSOS E A EXPERIÊNCIA	
1.1 - Cenários do sindicalismo rural.....	20
1.2 - Várzea Nova em movimento.....	27
1.3 - Uma Bandeira de luta.....	33
CAPÍTULO II - RASTREANDO PRÁTICAS SINDICAIS DE OCUPAÇÃO DE FAZENDAS POR TRABALHADORES RURAIS EM VÁRZEA NOVA	
2.1 - Caminhos de Várzea Nova: da Fazenda Conceição.....	38
2.2 - À Piedade.....	41
2.3 - Até o Pau de Colher.....	46
2.4 - Narradores da Terra: Algumas histórias narradas por trabalhadores rurais - peões de sisal - trabalhadores avulsos.....	48
CAPÍTULO III - IGREJA E SINDICATO NAS TRILHAS DA LUTA: ANIMAÇÃO CRISTÃ E VIOLÊNCIA RURAL NA DISPUTA PELA TERRA EM VÁRZEA NOVA	
3.1 - Reconstruindo trajetórias.....	56
3.2 - Igreja e sindicato: animação cristã no meio rural em Várzea Nova.....	58
3.3 - Campos de lutas.....	70
3.4 - Ressonâncias da violência rural.....	73
3.5 - Resistências, segurança e justiça: Agricultores acampados em Salvador.....	78
4.0 - Considerações finais.....	85
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS.....	87
ROTEIRO DE ENTREVISTAS ORAIS.....	91
FONTES.....	92
ANEXOS I: MAPAS/ FOTOGRAFIAS.....	93
APÊNDICE: DOCUMENTOS DE CONCESSÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	98

INTRODUÇÃO

Motivações para a escolha do tema

O itinerário percorrido por esta pesquisa, que resultou na escrita da presente monografia, desde a definição do tema de estudo até o presente momento, encontra-se, de todas as formas, imbricado com minha trajetória de vida pessoal. Essa relação se intensificou em 2003, quando saí da pequena propriedade de minha família na zona rural do município de Várzea Nova para cursar o Ensino Médio no Colégio Adjaci Martins Durans. A Condição de jovem estudante oriundo da zona rural de Várzea Nova, fez com que em 2005, antes de terminar o 3.º ano do Ensino Médio, recebesse um convite para se filiar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova e participar de um projeto de Extensão Rural coordenado pelo Movimento de Organização Comunitária – MOC, junto às famílias de pequenos agricultores em comunidades rurais do Município.

A partir de então, o processo de convivência nas atividades com trabalhadores rurais e lideranças do sindicato, fizeram com que eu participasse de outros programas de formação sindical rural, trouxeram grandes aprendizados e fizeram com que eu percebesse a relevância social e política que aquela instituição exercia na vida de muitos trabalhadores rurais em Várzea Nova. Foram inúmeras as histórias contadas no espaço do sindicato, que evocavam a memória de um passado recente de muitas lutas sociais, vivenciadas por homens simples, trabalhadores rurais sem terra, em meados da década de 1980, quando o sindicato havia sido fundado. Aquelas memórias surgiam nos bastidores do sindicato e suscitavam naqueles atores sociais, aspectos que revelavam, sobretudo, uma relação muito intensa de suas identidades de trabalhadores da “roça”, tendo na luta pela terra um elemento prioritário que demonstrava um agudo nível de consciência social e política, nas suas múltiplas dimensões.

O ingresso no curso de Licenciatura em História na UNEB campus IV em Jacobina em 2007, foi em parte, o resultado e a continuação desses aprendizados sociais, que ampliou minha visão de mundo junto com aquele período de vivência no sindicato em Várzea Nova. Essas experiências todas foram significativas, porque contribuíram para despertar meu interesse por temáticas sociais, especificamente por questões trabalhistas no meio rural, elemento constitutivo de minha identidade, aliado ao debate acadêmico sobre o tema história oral e memória, trabalhadores rurais e história regional e local. Veio então o convite da

professora Sara Oliveira Farias para que esse projeto fosse submetido na seleção de Iniciação Científica da FAPESB, sendo aprovado. Todas essas motivações contribuíram para a definição do estudo dessa temática e a investigação dessa problemática.

Nessa perspectiva, essas contribuições, advindas da experiência de jovem estudante universitário oriundo do meio rural, suscitaram questões que permitiram investigar, de maneira mais incisiva, como as histórias contadas por trabalhadores rurais são parte da experiência do sindicato rural em Várzea Nova, e de que maneira, essas histórias podem ser situadas no contexto histórico em que o sindicato foi constituído, a partir da circulação de múltiplos discursos¹ e da produção de diversas práticas, empreendidas por essa instituição representativa dos trabalhadores rurais? Aos poucos, questões como essa, dentre outras, surgindo no exercício da escrita desse trabalho, foram ganhando sentido com leituras historiográficas que versam sobre práticas de sindicalismo rural, história oral e memória².

Nesse sentido, a produção acadêmica sobre o sindicalismo brasileiro é considerada pela maioria dos especialistas, muito vasta, e, esteve voltada durante muito tempo apenas para os lugares onde a prática sindical ganhou maior notoriedade, como no Sudeste e Sul do país, tendo sempre como foco o trabalhador urbano. Porém, verifica-se que existem áreas do Brasil em que ocorreram outras experiências e práticas sindicais que ainda estão silenciadas por falta de estudos. Nessa perspectiva, objetivamos inicialmente investigar possíveis experiências históricas do sindicalismo rural, o qual se desenvolveu em maior intensidade na região Nordeste, procurando situar nosso foco da pesquisa na análise dos discursos e práticas de uma experiência de sindicalismo rural em Várzea Nova durante a década de 1980 a 1990. Portanto, o estudo centraliza a partir da história oral, a experiência sindical de trabalhadores rurais em Várzea Nova, busca compreender os variados significados das lutas sociais dos trabalhadores rurais em Várzea Nova – semi-árido baiano, onde emergiram discursos, práticas envolvendo uma rede que teceram as relações sociais em torno de uma conflituosa disputa pela terra nesse perímetro rural.

¹ A noção de discursos enquanto produções históricas, construções ideológicas que motivam práticas sociais, foram vistas em FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. 9.ed. São Paulo: Loyola, 2003. (Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio); Também, ALBURQUERQUE, Durval Muniz *Um leque que respira: Michel Foucault e a questão do objeto em história. Retratos de Foucault*. 1 ed. Rio de Janeiro: NAU, 2000, (p. 117-137) .

² Entre outras contribuições para o estudo da temática, cito: MONTENEGRO, Antônio. História oral e memória: a cultura popular revisitada. 3.^a ed. São Paulo: Contexto. 2001; SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; SANTANA, Marco Aurélio. *Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990*. In Brasil Republicano, (org) FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. V. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

A metodologia empregada para realização deste estudo caminhou em torno das concepções sobre o tema sindicalismo rural, a partir da utilização de discussões historiográficas sobre sindicato, trabalhadores rurais, história oral e memória. Nesse sentido, a construção de uma narrativa sobre o movimento sindical de Várzea Nova no presente estudo, percorreu algumas trilhas da memória oral de atores sociais como trabalhadores rurais, lideranças sindicais e da CPT – Comissão Pastoral da Terra de Jacobina que vivenciaram esse período. Essas entidades de representação do trabalhador rural nessa região, juntamente com esses atores sociais nos dispuseram um leque de documentos de natureza escrita -, documentos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova e da Comissão Pastoral da Terra de Jacobina, a exemplo de livros de atas, fotografias, relatórios, jornais e livros da Pastoral da Terra que foram editados pela corrente progressista da Igreja Católica, material que se tornou ferramenta essencial no desenvolvimento dos trabalhos de evangelização do trabalhador rural em Várzea Nova, através dos grupos ACR – Ação Católica Rural – e/ou Animação Cristã no Meio Rural e das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs na década de 1980. Na maioria das vezes, essas produções, se encontravam sob a guarda dos próprios sindicalistas. Essa documentação corroborou para discutirmos aspectos significativos sobre o tema sindicalismo rural em Várzea Nova. Assim, a partir dessa base documental, composta por uma memória oral dos atores sociais, quando entrecruzadas aos relatórios da Comissão Pastoral da Terra, atas do sindicato e matérias publicadas em alguns jornais de circulação no Estado (A Tarde e Correio da Bahia) vieram à tona alguns aspectos sobre a luta pela terra protagonizada pelos trabalhadores do sindicato rural de Várzea Nova na década de 1980, constituiu-se numa rede de produção dos sentidos de onde emergiram os variados discursos, a qual nos instigou a tentar perceber como estes são instituídos historicamente e operam construções ideológicas que remetem a determinadas práticas sociais, protagonizadas por um considerado contingente de trabalhadores rurais ligados ao sindicato em Várzea Nova.

Esses discursos e práticas produzidas pelos atores sociais, tendo primordialmente, como centro de circulação e popularização de discursos de múltiplos significados, a instituição sindical rural enquanto entidade representativa dos trabalhadores rurais em Várzea Nova, alguns aspectos foram elencados, vieram à tona através de narrativas orais reelaboradas no trabalho de reedição de memórias por trabalhadores rurais que se envolveram na luta sindical em Várzea Nova. Pode-se dizer que essas histórias foram construídas no espaço

social, coletivo e individualmente. Portanto, compreendemos que o tratamento com as mesmas é sempre uma “reconstrução possível do passado em um tempo nomeado presente”³.

Nesse sentido, a reconstrução dessa memória oral nos permitiu entendermos quem são esses trabalhadores rurais do sindicato rural em Várzea Nova e que tipos de relações de trabalho desenvolveram na zona rural desse município, bem como, da construção das práticas sindicais enquanto resultados de apreensão de discursos sociais, político e cultural. No trabalho de coleta dos depoimentos orais que realizamos, na maioria das vezes, indo até às comunidades rurais onde foram ocupadas, entrevistamos alguns desses trabalhadores rurais, lideranças sindicais que participaram do processo de ocupação das antigas fazendas. Na condição de pesquisador da história oral, procurei assumir, cuidadosamente, uma tarefa que está em extinção nestes tempos em que prevalecem os meios modernos de comunicação, como já lembrava Benjamin, em substituição “a arte de narrar.”⁴ Nesse sentido, o nosso esforço em procurar compor essa narrativa a partir de depoimentos de memória oral, se justifica por que foi fundamental para o exercício dessa prática da escrita historiográfica, um fazer historiográfico, portanto, ancorado em diversos depoimentos por alguns desses atores sociais, que aceitaram narrar suas histórias de luta sindical. Enfim, buscamos nesse processo, enquanto historiador/ouvinte, não deixar que essas histórias contadas se “percam”, ao contrário, criar condições para que elas fossem de alguma forma, salvaguardadas.

A dimensão da luta sindical pela posse da terra envolvendo trabalhadores rurais em Várzea Nova revela “verdades” às vezes implícitas, e por vezes explícitas, contidas nos discursos que compõem a memória oral desses trabalhadores, imprescindíveis na composição da narrativa que hora se apresenta. Esses atores sociais, que por muito tempo foram privados pelo discurso da história oficial de serem reconhecidos como sujeitos da história, nos direcionam através dos relatos de suas memórias a identificá-los na condição de anônimos da história, mas através de suas narrativas orais, poder-se-ia analisá-los enquanto sujeitos de suas próprias histórias assumindo quase sempre um “compromisso radical em favor de uma mensagem social...”⁵ e, evocando os diversos sentidos das histórias de vidas desses trabalhadores na luta pela terra, individual e coletivamente, compondo assim, o repertório de muitos aspectos da luta que precisam ser visitados pela pesquisa acadêmica a fim de aprender com a “sociabilidade do homem simples”, muitas vezes invisibilizada pelas cegueiras do

³ WALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

⁴ BENJAMIN, Walter. *O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

⁵ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 26.

nosso pensamento sistematizado que a academia ritualiza e sanciona. Novamente, essas histórias narradas por sindicalistas – trabalhadores rurais – foram compondo um mosaico de significados, muitas vezes expressas numa ordem simbólica das experiências vividas, reconstruindo uma noção de tempo que pode ser compreendido como “tempo humano”, para explicar um passado de lutas, diferenciando-se do “tempo nomeado cronológico.” Essas experiências aparecem como fios que ligam histórias de vida à luta pela terra em Várzea Nova. Nesse sentido, são narrativas contadas por trabalhadores rurais anônimos, no entanto, no ato de reconstruções das memórias oral, se revelaram exímios “narradores itinerantes”⁶

Terra e arame farpado: Uma rica e complexa problemática em Várzea Nova

Ao rememorarem as múltiplas experiências do difícil trabalho nos campos de sisal em fazendas que foram griladas a partir da segunda metade do século XX em Várzea Nova, até conhecerem o movimento sindical e decidirem lutar pela posse dessas terras no início da década de 1980, os trabalhadores do sindicato rural de Várzea Nova contam suas histórias a partir de suas ricas experiências, descrevendo o trabalho rural onde mantinham relações de extrema dependência com a conhecida figura do fazendeiro. Circunstâncias que atribuem a motivações diversas fizeram com que o sindicato rural representasse um espaço de construção e do exercício da cidadania enquanto ferramenta para conquista do direito à posse da terra. Essa dimensão da história de muitos trabalhadores rurais em Várzea Nova revela percursos trilhados no itinerário da lida que lhes condicionam o ofício de trabalhadores rurais e sindicalistas, tendo na questão da terra, a principal “bandeira de luta”.

Nessas condições, os atores sociais foram tecendo os elementos possíveis para compreensão do processo de luta pela terra durante a década de 80 em Várzea Nova, a partir da vivência sindical, evocados no trabalho de narração das memórias orais que revelam práticas “microsociais” vivenciadas, sobretudo, no labor do trabalho rural, às vezes

⁶ As concepções sobre memória, história oral e narrativa foram estudadas a partir dos seguintes autores: FARIAS, Sara Oliveira. *História e memória: interações possíveis*, In *História regional e local: discussões possíveis (org)* Ana Maria Carvalho dos Santos Oliveira; Isabel Cristiana Ferreira dos Reis. Quartetos. Salvador, 2010; WALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo: Contexto, 2010. MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

silenciando nos devaneios da luta por um pedaço de terra de onde alimentavam o sonho de que um dia puderem plantar e colher.

Nessa perspectiva, as análises das histórias tecidas por trabalhadores rurais, foram interpretadas com base em conceitos que versam sobre história oral e memória, compõem parte da história da experiência de sindicalismo rural em Várzea Nova. Essa memória está organizada neste estudo em três capítulos:

No primeiro capítulo -, procura-se analisar a constituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Várzea Nova a partir das motivações dos discursos que desenhavam os cenários do sindicalismo rural em face das transformações políticas e sociais vivenciadas no Brasil pelos diversos segmentos sociais ligados aos trabalhadores nos sindicatos, sobretudo as federações e sindicatos de trabalhadores rurais. Nesse sentido, verifica-se como as formulações ideológicas das matrizes discursivas que impulsionaram um (re)dimensionamento no panorama sindical brasileiro influenciaram o surgimento do Sindicato de Trabalhadores Rurais, assim, investiga-se esses discursos e práticas da experiência sindical em Várzea Nova-BA. Percebe-se nesta experiência, como esses discursos foram formulados historicamente na década de 1980 e evidenciaram inúmeros aspectos que delinearão significados do fazer sindical rural dos trabalhadores rurais do sindicato rural em Várzea Nova. Nessa perspectiva, a representação de trabalhadores rurais nesse espaço dedicou-se em formular uma concepção de política sindical centrada nas práticas de cidadania participativa, na defesa dos direitos sociais dos trabalhadores rurais, especialmente o direito dos trabalhadores sem terra. Esses discursos emergiam no cenário municipal que passava por um processo de emancipação política e disputa eleitoral na primeira eleição para cargos do Executivo e Legislativo. Nesse processo, discute-se de que maneira o sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova desnaturalizou as relações de dependência que os trabalhadores mantinham com o sistema de manutenção do poder econômico a partir do monopólio da propriedade da terra em forma de grilagem exercida pela conhecida figura do fazendeiro em Várzea Nova.

No segundo capítulo, procura-se rastrear a partir da memória oral, as práticas de ocupação de três consideráveis áreas de terra na década de 1980 em Várzea Nova, compreendidas pelo movimento sindical como fazendas que foram griladas. A partir do espaço da fazenda, investiga-se múltiplas formas de dependência dos trabalhadores em relação à figura do fazendeiro que exerceu influências políticas e econômicas nos espaços de poder local. Nessa relação, caracteriza-se a árdua labuta no cotidiano de trabalho em campos

de sisal onde muitos lavradores estavam submetidos em fazendas em Várzea Nova. Assim, procuramos perceber como foram produzidas as motivações dos trabalhadores rurais sem terra e como foram empreendidas rupturas ideológicas por esses atores sociais no bojo do discurso sindical de ocupar essas áreas de terra na “lei ou na marra”, destacando-se, sobretudo, os espaços de conflito produzidos no jogo das relações de disputa pela posse das terras em Várzea Nova entre fazendeiros/grileiros e trabalhadores rurais.

No terceiro capítulo -, analisa-se historicamente as trajetórias dos agentes motivadores de discursos e das práticas de luta pela terra que os trabalhadores rurais do sindicato trilharam em Várzea Nova, buscando compreender na construção da narrativa, entrecruzando depoimentos orais de atores sociais ligados à igreja e ao sindicato com documentos produzidos por essas duas instituições representativas dos trabalhadores, os diversos significados das lutas sociais protagonizadas pelos trabalhadores do sindicato, suas relações com construções históricas de um fazer que se produz no âmbito político, social e cultural, advindos sobretudo das concepções do discurso religioso da teologia da libertação, enquanto produção ideológica, específico desse segmento da Igreja Católica, visualizando-a como instituição hierárquica e universal, mas também como uma instituição que viveu suas contradições políticas, ideológicas e culturais, possibilitando rupturas com o discurso dominante daquele período fecundo da história de Várzea Nova.

Nessa perspectiva, investiga-se as transformações pelas quais essa instituição religiosa passou no Brasil a partir da segunda metade do século XX, suas influências na ideologia do movimento sindical rural, operando e produzindo direcionamentos sociais de práticas eclesiais desenvolvidas por representantes da Comissão Pastoral da Terra em Várzea Nova, especificamente na defesa da luta dos trabalhadores sem terra do sindicato. A relação entre igreja e sindicato influenciou substancialmente os discursos e práticas dos trabalhadores rurais em Várzea Nova, e engendrou práticas da conflituosa disputa pela terra envolvendo fazendeiros -, grandes proprietários de terras no município adquiridas através da grilagem, sob a influência da UDR - União Democrática Ruralista de Jacobina. Essa instituição, acionava e procurava legitimar ideologicamente práticas violentas para conter as ações dos trabalhadores no movimento sindical. Nessa disputa política conflituosa, inscrevem-se perseguições, conflitos diversos, assassinatos de trabalhadores rurais, mas, sobretudo, o cotidiano de lutas de trabalhadores pelo sonho da terra, formas múltiplas de resistências alimentadas por esse importante redirecionamento da Igreja Católica, tendo como inspiração a Teologia da Libertação.

I – CAPÍTULO

A CRIAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE VÁRZEA NOVA: ENTRE OS DISCURSOS E A EXPERIÊNCIA

1.1 Cenários do sindicalismo rural

Eu não tenho dúvida nenhuma que, a história da luta pela justiça rural e agrária nesse país que hoje o movimento dos 'sem terras', explicita, numa posição que eu não diria final, mas numa posição crítica de quem se assume como sujeito da história.

(Paulo Freire)

Ao falar das marchas dos movimentos sociais ligados à luta pela terra no Brasil, em uma de suas últimas entrevistas concedidas⁷, Paulo Freire, o educador dos nomeados oprimidos, revela seu contentamento em ter acompanhando as marchas históricas das populações do campo na luta pela terra. Eram “marchas que revelavam o ímpeto da vontade amorosa de mudar o mundo” numa sociedade “querendo democratizar-se”⁸. Em muitos aspectos o testemunho de Freire delinea o caráter da luta histórica dos trabalhadores rurais no Brasil entre os anos 1980 a 1990. É, no entanto, nesse contexto de marchas pela cidadania que acompanhou as ações de milhares de trabalhadores rurais por justiça social no campo, que se inscreve a história do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova-BA. Essa história compõe o enredo da vida de muitos sujeitos históricos nesse espaço, ligando experiências, discursos e práticas sociais, tensões e vivências na luta sindical no Município.

Alguns aspectos da trajetória do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova-BA são abordados neste estudo. Uma experiência de sindicalismo rural que não ficou de fora

⁷ Última entrevista de Paulo Freire, TV PUC. 17 de abril de 1997. Disponível em www.paulofreire.ufpb.br. Com acesso em 15 de março de 2010.

⁸ Entrevista. Paulo Freire, TV PUC. 17 de abril de 1997. Disponível em www.paulofreire.ufpb.br.

das influências do seu tempo histórico, de outras iniciativas de sindicalismo no Brasil, próprias do período de emergência de uma nova forma da classe trabalhadora de fazer sindicalismo. Assim, pretende-se analisar historicamente a constituição de uma entidade sindical no município de Várzea Nova-BA a partir dos discursos instituídos por agentes representativos que atuavam no cenário político e sociais brasileiro, colocavam-se em defesa da organização dos trabalhadores rurais no curso da transição democrática da década de 1980 a 1990, bem como, da apropriação que os trabalhadores do sindicato rural de Várzea Nova faziam desses discursos de salvaguarda do homem do campo, no cenário das mudanças sociais do período de sua fundação. Nesse sentido, compreender como são instituídos esses discursos⁹, analisar as instâncias de sua produção, bem como suas formas de circulação, sobretudo em Várzea Nova-BA, constitui-se numa etapa imprescindível para compreendermos as influências do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova na vida dos trabalhadores rurais.

A constituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova pode ser compreendida no contexto da produção de práticas sociais e dos discursos da reabertura política e social no Brasil, iniciada na década de 1980. Nessa conjuntura, o país experimentava, depois de duas décadas de cerceamento das liberdades políticas, direitos civis e sociais privados pela ditadura militar, uma fase de (re) construção da sociedade e suas organizações sociais. Assim, o movimento sindical brasileiro se insere numa perspectiva de (re)ordenamento e (re) definição do seu lugar na sociedade:

Era o 'novo sindicalismo', que se pretendia independente do Estado e dos partidos, que se constituía num processo de auto organização, reivindicando de direitos e não trocando favores como os do passado, era o surgimento de uma 'nova sociabilidade', em associações comunitárias onde a solidariedade e a auto-ajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva. De onde ninguém esperava pareciam emergir novos sujeitos coletivos que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade¹⁰.

Os discursos que focalizam a reabertura política e sindical dos anos 1980 quase sempre estão impregnados de uma crítica à maneira como o sistema sindical na República

⁹ Sobre a tese de análise de produção do discurso, ver FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. 9.ed. São Paulo: Loyola, 2003. (Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio).

¹⁰ Eder, SADER. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988..

atuou frente aos trabalhadores, um sindicalismo comprometido ao Estado varguista que precisava ser superado, dado as recentes mudanças históricas que o Brasil atravessava.

Assim, a experiência pioneira de sindicalismo, fora marcada por uma cultura política e sindical operária e, portanto, urbana, mediada por, um “pacto trabalhista”, onde a relação patrão/empregado, capital/trabalho, ficava sob o controle do Estado¹¹. Os anos de chumbo por sua vez, impregnaram uma política repressiva aos trabalhadores em todos os níveis, e só após o final da década de 1970, a sociedade brasileira via emergir um “movimento sindical autêntico e combativo¹²”.

A legislação sindical no que se refere ao trabalhador rural foi desenvolvida historicamente de forma paulatina, com avanços que revelaram as ambigüidades das sucessivas correlações de forças entre os trabalhadores e a conjuntura política dos momentos históricos em que fora desenvolvida. No que tange à legislação referente ao sindicalismo rural, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural - ETR, na efervescência das reformas de base do Governo João Goulart em 1963, indicava avanços nos direitos dos trabalhadores do campo e se revertia na prática, em mudanças na relação capital e trabalho no campo. Algumas experiências de sindicalismo rural se destacaram nesse período, sobretudo no Nordeste brasileiro, onde se percebeu um contingente maior de trabalhadores rurais em regimes de trabalho sem qualquer reconhecimento formal pelas leis trabalhistas. A partir de então, com algumas iniciativas de organização no campo, emergiram movimentos sob a ótica do discurso trabalhista também no meio rural, acompanhando a legislação formulada no estatuto do trabalhador rural, sob argumento de desenvolvimento do campo a partir do reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais. Medidas que foram sendo canalizadas em diversas experiências ao longo da “Nova República”, como superação das práticas de trabalho baseadas numa cultura que os trabalhadores do campo estavam submetidos em sua maioria, em regime de trabalho como agregados, meeiros e/ou trabalhadores avulsos. Essas relações de trabalho foram caracterizadas, sobretudo, pelo controle da propriedade da terra de um segmento específico no meio rural -, os fazendeiros/grileiros em detrimento da subordinação dos trabalhadores rurais sem terra¹³. Algumas iniciativas de movimentos de trabalhadores rurais no campo ganharam maior notoriedade na década de 50 e 60 com as

¹¹ Ver, GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2005.

¹² Ver SANTANA, Marco Aurélio. “Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990.” In Brasil Republicano, (org) FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. V. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹³ GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 5ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

experiências das Ligas Camponesas¹⁴ na efervescência de uma das principais reformas na pauta do governo Goulart: a reforma agrária.

Entretanto, o período de sucessivos governos militares pós-64, conseguiu incorporar através do Funrural¹⁵ e posteriormente, do Pró-Rural¹⁶ o reduzido número de sindicatos rurais ao aparelho do Estado, como um instrumento de contenção da luta dos trabalhadores rurais e ao mesmo tempo, de desenvolvimento econômico das atividades agrícolas do país, aliado ao discurso de paz social, tão importante para segurança nacional.

Portanto, essas mudanças nas relações sociais no campo que começaram a ser iniciadas com maior visibilidade desde a década de 50 com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural já tinham feito surgir movimentos isolados de reivindicação dos camponeses¹⁷. Passadas essas mobilizações pré-64, o movimento de trabalhadores do campo vem se intensificar com maior visibilidade na década de 1980 após a reabertura política e social. São criadas e/ou (re) organizadas inúmeras instituições legais dedicadas aos direitos dos trabalhadores do campo, e, nessas transformações, acompanhando as mudanças institucionais e sociais da década de 1980, o sindicalismo rural passa por uma reformulação, ampliando sua atuação nos diversos recantos do país sob a ótica de uma nova matriz discursiva, que reformularia a nova concepção de sindicato¹⁸. Nesse sentido, o movimento sindical no meio rural dos anos 1980, ressurgia também no Nordeste como um agente representativo dos trabalhadores rurais, essa categoria específica de trabalhadores significativa para novo momento político, continuava a ser um enorme contingente de trabalhadores fora dos direitos trabalhistas no país.

É nessa conjuntura que podemos perceber as ressonâncias nas produções discursivas que testemunham a formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Várzea Nova. Constituído em 1985, o Sindicato dos trabalhadores Rurais de Várzea Nova, criado pela luta dos trabalhadores rurais no município a fim de obterem reconhecimento político e social

¹⁴ AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

¹⁵ O Funrural – Fundo Nacional de Previdência Rural foi criado com o objetivo de financiar a previdência social dos trabalhadores rurais. Pela Lei 2.613/55, numa tentativa de regular as relações de trabalho no campo, tendo como principal agente mediador o Estado. Ver <http://recuperefunrural.com.br/> com acesso em 15 de março de 2011.

¹⁶ O Pró-Rural – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural foi uma a Lei Complementar 11/1971 instituída pelo Governo Militar ao Funrural, com a garantia de diversos benefícios assistenciais ao trabalhador rural. Com esses mecanismos, os militares exerciam uma política de controle aos sindicatos rurais existentes. Ver LEITE, Yara Muller. *O trabalhador rural, seus direitos e deveres, comentários sobre as leis do “Pro-rural” e do “novo Estatuto do Trabalhador Rural”*. Edição Saraiva, São Paulo, 1974.

¹⁷ Ver, MONTENEGRO, Antônio Torres. *Ligas Camponesas e os Sindicatos Rurais em Tempo de Revolução, in História, Metodologia, Memória*, do mesmo autor. São Paulo: Contexto, 2010. P. 73.

¹⁸ SADER, Eder Quando novos personagens entraram em cena *op. cit.*, p. 35.

frente aos direitos da categoria de trabalhadores da agricultura, como assinala o Art. 1º do estatuto do sindicato:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova – BA, é o órgão classista, de massas, autônomo e democrático, constituído para fins de defesa e representação legal da categoria profissional dos trabalhadores rurais, na base territorial do Município de Várzea Nova – Ba¹⁹.

Com a retomada das liberdades democráticas no âmbito nacional, os trabalhadores do Brasil promoveram a criação da CUT – Central Única dos Trabalhadores em 1983, da FETAG - Federação dos trabalhadores na Agricultura em 1984. Essa última, dedicada ao reconhecimento legal das representações classistas no campo, articula o discurso dos agentes de representação dos trabalhadores rurais, colocando na ordem do dia, o desenvolvimento das atividades agrícolas enquanto categoria a ser reconhecida através da criação e institucionalização dos sindicatos de trabalhadores rurais. Construindo, assim, uma redefinição das relações sociais no campo e por extensão, dando visibilidade ao estatuto do trabalhador rural, transformando em verdade a possibilidade de representação política dos trabalhadores rurais no município de Várzea Nova. Genival Vitório narrou à história de vida de seu pai, Moisés Vitório dos Santos, presidente fundador do sindicato, a partir dos primeiros encontros da *Missão da Terra* que delineava a organização sindical rural no município:

Foi quando surgiu a Primeira *Missão da Terra pra* Bom Jesus da Lapa, eu não me recordo os anos, mas, me parece que foi nos anos oitenta (80) mais ou menos, nos anos oitenta surgiu a Primeira *Missão da Terra*, quando lá a CPT começaram discutir a questão de reforma agrária, foi quando saiu essa lei né, a lei de reforma agrária, aí começaram a discutir, e aí foi quando eles voltaram pra aqui ele e Jerônimo, começaram a articular aí teve esse trabalho...²⁰

As marchas pelo direito a terra, chamada pelos trabalhadores de *Missão da Terra*²¹, começam a ser organizadas na região a partir dos anos de 1980 pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, com Sede na Paróquia de Santo Antônio, Jacobina, ligada também a Paróquia regional Diocesana de Senhor de Bonfim. Nesse sentido, a influência da Igreja, constituiu um espaço social freqüentada pelos trabalhadores rurais de Várzea Nova, assinalando um agente fundamental no incentivo à criação de instituições representativas das atividades trabalhistas

¹⁹ Estatuto Social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova-Ba, 1985, p. 03.

²⁰ Entrevista com Genival Vitório, 08 de Dezembro de 2010.

²¹ As Marchas da *Missão da Terra* iniciaram na região a partir da criação da CPT – Comissão Pastoral da Terra de Jacobina em 1979 juntamente com a chegada do padre José Hehenberger, no mesmo período. O trabalho da pastoral da terra será analisado posteriormente neste estudo.

no meio rural, como ocorreu em Várzea Nova. Os sindicatos de trabalhadores rurais que no interior da Bahia são quase sempre frutos de iniciativas dessas Pastorais da Terra conferiram a esses espaços rurais, múltiplos significados sociais na luta por justiça social no campo, sobretudo no que tange ao direito a terra. Assim, por meio dessas duas importantes matrizes discursivas, Federação dos Trabalhadores na Agricultura e Comissão Pastoral da Terra, os trabalhadores rurais de Várzea Nova se articularam em torno do discurso de constituição do sindicato como uma representação dedicada a lutar pelos direitos do homem do campo em Várzea Nova, como lembra Genival Vitório.

Já nos anos oitenta e cinco [19]85 quando Várzea Nova foi emancipada, a correria foi pra fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais tendo em vista que podia ser que o Sindicato fosse fundado por fazendeiros, a luta, o medo, na época, eu era bem jovem ainda, o medo na época era que o fazendeiro se infiltrasse né, e fundasse o Sindicato, aí veio o pessoal da FETAG-BA²².

Nessas condições, em 1985, ano da emancipação do Município de Várzea Nova, antes distrito de Jacobina, foram criados e/ou reorganizados nos distritos recém emancipados da região inúmeros sindicatos rurais sob a influência da FETAG-BA, acompanhando a política emancipacionista da década de 80, operava um discurso de racionalização/sindicalização dos trabalhadores do campo por meio da criação de sindicatos rurais, como instrumento de luta por direitos do trabalhador rural, frente à dominação dos grandes fazendeiros da propriedade da terra, que havia legado aos trabalhadores rurais formas diversas de trabalho mediadas por relações de dependência econômica e pessoal do homem do campo no seio do latifúndio.

Para os trabalhadores rurais de Várzea Nova, o discurso contendo a ideia de classe e profissionalização da categoria de trabalhadores rurais, assinala uma posição histórica, defendida pelos sindicatos no país. Ao deslocar essa ideia clássica, oriunda de uma tradição sindical brasileira, para além dos operários nas fábricas e transportá-la para o mundo rural, percebe-se uma mudança significativa no sentido e na prática sindical no país, ganhando ressonância em Várzea Nova. O discurso de conscientização com a sindicalização do trabalhador rural no Município começava a ser promovido com a chegada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sinalizando em direção à necessidade de tornar o trabalhador rural consciente para as realidades da sua condição social de exclusão, de um considerável contingente desses trabalhadores no município, de direitos políticos, civis e sociais, tão presentes na mensagem do sindicato no período. Quando a categoria “reuniram-se de livre

²² Entrevista. Genival Vitório. 08 de Dezembro de 2010.

vontade com o fito especial de fundar um Sindicato de Trabalhadores Rurais”, esses agricultores se articularam e materializaram os argumentos do discurso legal instituído pela nova legislação sindical rural, promovido em nível estadual e nacional pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG, “para defender os interesses da categoria, usufruindo dos direitos, assim como, submetendo-se aos deveres constantes na Legislação Sindical”²³. O item do Estatuto Social do Sindicato de Várzea Nova resume a ideia de sindicalismo rural como prática institucional de organização do trabalhador no campo, da seguinte forma:

A representação da categoria profissional abrange os assalariados na lavoura, na pecuária e similares e na produção extrativa rural, bem como, os trabalhadores rurais autônomos e sob qualquer forma de parceria, os pequenos proprietários rurais, ou ocupantes de terras a qualquer título habitual ou regular²⁴.

Nessa perspectiva, a instituição do sindicato, ao criar e elevar socialmente à categoria de trabalhadores rurais a condição de sindicalizados institui a esses uma rede de representações, centradas na criação do sindicato e dos movimentos de base da Igreja -, a CPT, dedicadas a conferir a legitimidade e formação de uma classe organizada, a dos agricultores, garantindo legitimidade na luta por seus direitos, estabelecendo uma relação de poder. Essa relação, saía do campo teórico arregimentada pelo discurso das leis instituídas, e ganhava espaço na experiência política e social da vida dos trabalhadores rurais de Várzea Nova. Como demonstração dessa participação dos trabalhadores, esse discurso foi narrado nos anais da ata de fundação do sindicato da seguinte forma:

Às dez horas do dia onze de agosto de um mil novecentos e oitenta e cinco no Salão da Rua Artur Galdirio nº 05, reunira-se de livre vontade com o fito especial de fundar um Sindicato de Trabalhadores Rurais, da Legislação em vigor, as pessoas físicas cujos nomes, idades, estados civis e categorias profissionais constam na relação nominal em número de cento e cinco (105), todos residentes neste Município. Foi aclamado como diretor dos trabalhos, o Sr. Delermundo Peixoto Souza, assessor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia. A seguir o Diretor dos trabalhos, mandou proceder à leitura do Edital de Convocação para reconhecimento de todos os presentes, e passou-se a discussão do primeiro item do mesmo, qual seja, sobre a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, vários oradores fizeram-se ouvir, todos eles defendendo a tese de necessidade de se fundar um Sindicato para defender os interesses da categoria, usufruindo dos direitos assim como submetendo-se aos deveres constantes na Legislação Sindical. Após discussão, passou-se a votação da matéria, tendo-se verificado a aprovação por unanimidade da idéia de fundação do Sindicato. Posteriormente, dando continuidade ao que determinava o Edital de Convocação, passou-se à discussão dos Estatutos Sociais, dos quais foi procedido a leitura pelo Diretor da Mesa, na íntegra. Depois, o Diretor esclareceu à casa que os Estatutos

²³ Ata de Fundação. “Protocolado no DRT”, sob o nº 005861/85. Livro de Ata do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova-Ba. 03/09/1985.

²⁴ Estatuto dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova.

Sociais de Entidade iriam ser lidos item por item, discutido e após seriam votados por escrutínio secreto. Após a discussão dos artigos dos estatutos foram postas em votação e aprovados por escrutínio secreto por unanimidade...²⁵.

Assim, a apropriação do discurso de conscientização do trabalhador rural promovido pelo Sindicato sinalizava em direção de tornar o trabalhador rural sindicalizado, ou seja, consciente de seus direitos e deveres enquanto trabalhador rural na sociedade. Essa sindicalização significou um importantíssimo momento de organização política, social e cultural de uma coletividade que inexistia enquanto sujeito de poder, que no advento do jogo democrático daquele contexto em ebulição, aparece como um novo e importante personagem na cena política baiana de mais um município que aflorava no interior do Estado, causando mudanças e transformações em benefício dessa coletividade antes invisibilizada pelo *status quo* dominante do contexto posto por processos históricos de negação humana e de afirmação do capital. Para tanto, o ato público de definição e socialização dos objetivos do sindicato a centenas de trabalhadores rurais, e a formação de uma Diretoria para se dedicar à condução da entidade de caráter representativo, mas, sobretudo, participativo, constituiu-se numa estratégia para consolidar a ação de legitimidade do sindicato e sua importância entre a categoria de trabalhadores rurais em Várzea Nova. Nessas condições, a instituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova, era também relevante, para os trabalhadores do campo fazer frente aos diversos seguimentos da sociedade local, devido à movimentação política que a comunidade vivia naquele momento de sua história, no processo de emancipação e eleição para cargos do executivo e legislativo.

1.2 Várzea Nova em movimento

A conjuntura política e social que podemos perceber nos discursos instituídos para justificar a relevância da criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova, como início de uma mobilização dos trabalhadores rurais no município em 1985, colocou a categoria de trabalhadores rurais em uma rede de representatividade forjada e desenvolvida pelo movimento sindical, que a partir de então, pretendia se dedicar a atuar politicamente nos espaços social e político de Várzea Nova.

²⁵ Ata de Fundação. “Protocolado no DRT”, sob o nº 005861/85. Livro de Ata do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova-Ba. 03/09/1985.

Nessas condições, em 1985, o Município vivia o clima de efervescência política em decorrência da movimentação da campanha das primeiras eleições diretas para cargos do Executivo e do Legislativo. Isso por que, em 1984, a Assembléia Legislativa do Estado havia aprovado o projeto que instituía Várzea Nova, dentre outros distritos pertencentes à Jacobina, à categoria de município. Nesse sentido, Várzea Nova se desmembra de Jacobina após a aprovação de um plebiscito de opinião pública, onde a população optou pela emancipação²⁶. A primeira eleição veio agitar em todos os aspectos o início da vida política de Várzea Nova. Nesse cenário, os trabalhadores, compreendendo que o sindicato constituía um canal institucional de luta na articulação política, seguiram a orientação do movimento sindical nacional Pró-CUT e fundam o PT - Partido dos Trabalhadores a partir da influência do trabalho de divulgação do sindicato, onde participavam de encontros da CUT-Ba; da inserção dos trabalhadores que também lutavam pela terra nos movimentos da Igreja através da CPT – Comissão Pastoral da Terra em Jacobina, onde alguns deles já haviam participado da fundação do PT em Jacobina²⁷. Por influência dessa rede de agentes políticos, constituiu em torno dos trabalhadores rurais de Várzea Nova a construção de um discurso de autonomia na prática sindical e política. Genival Vitório ao recordar dessa relação entre Igreja, sindicato e partido, relembra:

Primeiro Várzea Nova era município de Jacobina. Quando [Moisés] saiu nessa primeira Missão da Terra, foi quando ele conheceu o pessoal do PT em Jacobina. Se criou o movimento sindical primeiro né, lá no ABC Paulista, do movimento sindical se criou o PT. Ai foi quando se fundou o PT em Jacobina, um dos primeiros companheiros foi, Zé Lages, Manuel Bispo, foi Totônho, Zé Maleiro, foi quando eles conheceram. [...] Ai começaram a discutir, e ai foi quando eles voltaram pra qui [Várzea Nova] ele [Moisés Vitório] e Jerônimo, começaram a articular, ai teve esse trabalho da ACR também que era a Animação Cristã no Meio Rural, eles fizeram esse trabalho aqui, que era um trabalho da Igreja Católica, estudando a bíblia e conscientizando o povo, foi quando fundou também o PT o Partido dos Trabalhadores²⁸.

²⁶ Em 1984 o Governo do Estado da Bahia tinha um projeto para dar a então “liberdade política” para uma série de distritos baianos. Em 1985, houve a implantação de 79 municípios, dentre estes, Várzea Nova (que neste momento era um dos maiores municípios jacobinenses) foi beneficiada por esta ação governamental. Porém, para que um distrito passasse a ser cidade, antes de tudo teria de ser indicado por um representante do Legislativo Estadual para votação na Assembléia Legislativa em Salvador. Quem indicou o nome de Várzea Nova para este projeto foi o então Dep. Estadual Gilberto Miranda, ver [HTTP//www. Wikipedia.com.br](http://www.Wikipedia.com.br), com acesso em 14 de março de 2011.

²⁷ É importante ressaltar que muitos dos trabalhadores rurais fundadores do sindicato e do PT de Várzea Nova, participaram da criação do PT em Jacobina de 1981 a 1982, e alguns eram filiados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacobina que tinha sido criado pelo Funrural na década de 70. Nesse sentido, alguns depoentes evocam nas suas memórias orais esses aspectos que são imprescindíveis na análise na prática sindical/partidária em Várzea Nova.

²⁸ Entrevista com Genival Vitório, 08 de Dezembro de 2010.

Essa movimentação política que o município presenciou com as eleições em 1985, contribuiu para que os trabalhadores do movimento sindical rural no município visualizassem a condição de pleitearem o poder Executivo e Legislativo nas primeiras eleições, lançando várias lideranças sindicais na disputa eleitoral reproduzindo, para comunidade, um discurso que colocava os direitos do trabalhador rural como um projeto político a ser disseminado na campanha eleitoral. “Nossa luta: terra, educação e pão.”²⁹ Essa mensagem sindical rural e por extensão, partidária na campanha eleitoral dos trabalhadores do sindicato em Várzea Nova, estampava o cartaz de divulgação dos candidatos a prefeito e vice-prefeito, Rosalvo Joaquim e Jerônimo José, juntamente com os sete (07) candidatos a vereadores, todos da Diretoria e sócios do sindicato³⁰. Nessa perspectiva, a disputa do poder político municipal, onde sindicato e Partido dos Trabalhadores-PT de Várzea Nova, colocavam no cenário da campanha eleitoral atores sociais oriundos do movimento sindical rural, como protagonistas de uma relação institucional, tanto de representação classista, quando partidária, na teia de um discurso que operava, sobretudo, uma concepção de democracia participativa, na qual se confundia partido político e sindicato rural enquanto organismos que canalizavam a luta dos trabalhadores rurais no Município, como centraliza Genival Vitório, sobre atuação política de Moisés Vitório, (fundador do sindicato rural):

Ai também, além de fazer o trabalho sindical ele [Moisés Vitório]saia também com aquelas fichinhas assim, explicando, nós tamos fundando aqui [em Várzea Nova] o P, ele dizia, “o P, significa Partido, e o T, significa dos Trabalhadores. “nós tamos fundando um partido nosso, agente precisa eleger nossos representantes”, ele dizia pra o povo assim. Eu cansei de ver ele dizer,eu achei ele muito corajoso na época, por que dizer que era PT na época era até afronta, também pros fazendeiros era até afronta, os políticos que tava ai, os poderosos né, e ele tinha essa coragem de sair dizendo, “olha! P, significa partido, o T dos Trabalhadores”, gente! Ele dizia, “gente, somos nós que elegemos os coronéis, é nós que elegemos os doutores, então é hora de eleger um trabalhador pra nos representar”, e o povo, alguns dava risada, outros dizia que tava doido, esse homem ta doido! Ele ta doido! Ele dizia assim, “não é nós que elege os grandes? Por que não eleger o pequeno?...”³¹.

Essa memória de Genival centraliza uma prática de formação política e sindical que é pedagógica, tendo como referencial a apropriação do discurso como recurso de incentivo e conscientização, sindicalização e/ou partidarização do trabalhador rural a partir da defesa

²⁹ Panfleto: *PT Várzea Nova- 85: Nossa luta, educação e pão*. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova. 1985.

³⁰ Os candidatos a cargos de vereadores lançados pelos trabalhadores rurais foram: Claudionor Simões Santana; Esmeraldo Pães; Geraldo José dos Santos; José Mário Silva Freire; Mário Maia de Oliveira; Maria de Lourdes Freire Silva e Moisés Vitório dos Santos.

³¹ Entrevista com Genival Vitório, 08 de Dezembro de 2010.

intransigente da classe trabalhadora rural em sua complexa condição social de pobreza. Moisés Vitório demonstra, em sua experiência sindicalista pioneira em Várzea Nova, uma prática recorrente no fazer sindical no cenário da transição democrática e política, seguem na mesma direção do agente político que o salvaguardava na recém experiência do retorno da democracia brasileira. Para o Partido dos Trabalhadores, o Brasil era o país das desigualdades, mas com uma nova perspectiva por meio da via democrática, onde os trabalhadores se colocavam a contrapelo da condição de exclusão de milhares de trabalhadores rurais dos direitos trabalhistas instituídos, direitos que se pretendiam serem alcançados a partir da própria inserção da classe na luta pelo poder político institucional. Nesse sentido, as correntes sindicais estabelecem uma relação discursiva nas práticas políticas partidárias enquanto forma de construção de um novo fazer político no retorno da democracia. Esse discurso não só causava “afronta na época”, aos fazendeiros, detentores das grandes propriedades de terras e do poder econômico e político na região, como também, provocava um sentimento de rejeição e estranheza ao senso comum, de forma que os trabalhadores rurais, postulantes às representações políticas no Executivo e Legislativo, foram nomeados como “doidos³²” e “comunistas”³³. Genival ressalta que “o povo na época tinha em mente que um pobre não podia ser um vereador, que um pobre não podia ser um prefeito, não podia ser um político, e ele [Moisés Vitório] tentava tirar isso da cabeça do povo.”³⁴ Nesse sentido, ganhava ressonância o discurso que estigmatizava os trabalhadores rurais e suas representações na campanha política e sindical.

Teotônio Alexandre de Souza, também conhecido como Elizeu do PT, participava do sindicato rural e do PT em Jacobina, quando da emancipação de Várzea Nova, transferido seu domicílio sindical, participou com Zé Lages da criação do sindicato do PT de Várzea Nova, recorda, que “acompanhou as greves no ABC Paulista por televisão” e ainda atribui a esse uma admiração, lembrando com contentamento de como a corrente sindical e partidária se popularizou entre muitos trabalhadores na região depois que o sindicalista Lula veio em Jacobina em 1984. Lula disseminou um discurso de que o “sindicato é um órgão de classe” e que os trabalhadores rurais “aprenderam com Lula, na primeira vez que ele veio em Jacobina, em 84[...]. Então a gente foi convidado por Zé Lages e mais outros companheiros né, como Mané Bispo, João Araújo. A palavra dele [Lula] era falar a respeito a sindicato e organizar, no começo do PT, no comecinho do PT”. Verifica na memória dessa visita do fundador da

³² Entrevista citada.

³³ Entrevista com João Pedro Liberato, 15 de novembro de 2010.

³⁴ Entrevista citada

Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores em Jacobina, um dos motivos pelo qual impulsionou a construção dos discursos e práticas de sindicalismo e militância partidária dos trabalhadores na região, porque, muitos desses encontros de articulação dos trabalhadores, lembra Elizeu “eram reuniões feitas no convento, mas, não podia dizer que era no convento”, uma vez que, como lembra seu Elizeu, “era como se fosse no tempo da ditadura, e o prefeito de Jacobina, na época Flávio Mesquita, “chamava a gente de comunistas então a gente nem podia dizer aonde eram aquelas reuniões”³⁵.

Percebe-se nesse discurso tecido, o jogo de interesses da elite política na região, em construir uma imagem negativa do sindicato e partido criado pelos trabalhadores, que se pretendia lutar em defesa das causas dos trabalhadores, ora imprimindo elementos de contenção das mobilizações realizadas por trabalhadores, ora construindo um discurso dedicado em estigmatizar os trabalhadores nas suas práticas sindicais e políticas. Assim, podemos verificar uma associação constante por parte de setores da sociedade e de uma elite política local, da luta dos trabalhadores em sindicatos e partidos de esquerda a uma memória muito divulgada de que esses eram comunistas, e, por extensão, atribuindo estrategicamente aos trabalhadores rurais o estigma de serem esses os culpados com o rompimento com a ordem social e a paz no campo.

Nesse cenário, a corrida eleitoral que colocou três grupos políticos na disputa pelo poder na primeira eleição municipal em Várzea Nova, “Maria Iris Gomes, filha de João Aureliano Gomes, ligada ao PFL – Partido da Frente Liberal³⁶”, tornou-se a primeira prefeita a ocupar o cargo no Executivo Municipal. Nos primeiros anos de emancipação de Várzea Nova constata-se a criação de um discurso em torno da Prefeitura enquanto agente público municipal, de promotora do desenvolvimento e progresso da cidade recém emancipada, por meio de uma valorização de suas potencialidades culturais, sobretudo agrícola-extrativista a partir da agricultura familiar e da extração do sisal, culturas sustentadas pela mão de obra do trabalhador rural. Contudo, as ações do poder executivo municipal, se dedicaram em divulgar uma imagem municipalista de “Várzea Nova e sua gente” a partir da construção de uma memória centrada na naturalização da ideia de um município economicamente rico, a partir da

³⁵ Entrevista. Teotônio Alexandre de Souza. 24 de Abril de 20011.

³⁶ O diálogo entre o grupo político ligado ao PFL, inicialmente estabeleceu que o Sr. Ariobaldo Oliveira seria o candidato único a prefeito, tendo como vice o Sr. João Aureliano Gomes. O grupo que tinha se firmado como único a disputar as eleições de 1985 se decidiu primeiro grupo tinha como líder e candidato a prefeito o Sr. Ariobaldo Oliveira e agora como vice Paulo Roberto Pereira de Oliveira, e o segundo, a Sr^a Iris Gomes como prefeita e Edson Sales como vice. Ver, *HTTP//www. Wikipédia.com. br*, com acesso em 14 de março de 2011.

exaltação do homem do campo, de sua aptidão natural à atividade agrícola-sisaleira, matérias primas incontestes para o desenvolvimento do novo município. Essa representação de uma Várzea Nova emergente nos quadros dos recém emancipados distritos de Jacobina, com potencialidades agrícolas a partir da cultura sisaleira é apresentada nos versos do “Hino oficial do município de Várzea Nova”:

Campina cultivada / que plantou a semente
de uma só família/ de toda essa gente
Terra fértil, fibra forte/ o sisal nos emancipou
com trabalho e dedicação construindo a nova nação [...]
Várzea Nova/ Várzea Nova
Várzea Nova/ Várzea Nova
Tu és menina e formosa³⁷

A visão de progresso, a elevação de suas potencialidades, centrada na atividade agrícola sisaleira instituída na mensagem do hino oficial do município, sua letra foi dedicada a construir na população uma imagem de um município tipicamente rural e muito próspero, esse discurso que opera no sentido de legitimar a emancipação de Várzea Nova. No entanto, a mensagem divulgada no hino oficial, a despeito de ter sido apropriada pela sociedade local, pode-se perceber na prática dos trabalhadores envolvidos na campanha sindical, um discurso que provocava efeitos de contestação da visão municipalista idealizada de Várzea Nova, operando outros sentidos da aparente prosperidade daquele município, e em contrapartida, a instituição dos trabalhadores foi construindo um discurso trabalhista rural que mostrasse as condições de formas de opressão em que os trabalhadores se encontravam no campo nas suas aviltantes condições de trabalho.

Esse jogo discursivo foi sentido durante a campanha eleitoral em 1985, que movimentou os embates na relação entre trabalhadores do sindicato e poder público local. Nessa perspectiva, a mensagem político-sindical apresentada pelos trabalhadores no sindicato aparece carregada de uma reflexão crítica da realidade do trabalho e do trabalhador rural em que as condições históricas lhes impunham. O discurso dos trabalhadores propõe uma tomada de posição a fim de fazer frente ao momento de disputa pelo poder político no município, contribuiu para forjar uma consciência crítica nos trabalhadores rurais em relação à cultura política que prevalecia no Município, de “pagar favor com o voto”, é expressa em um dos folhetos da chapa dos trabalhadores à primeira eleição municipal:

³⁷ Hino ao município de Várzea Nova. Letra e música de Jarbas Veiga, 1985.

O sistema atual do país não está dando condições do trabalhador viver. O governo prometeu mudanças, mas a carestia, a fome, a pobreza, o desemprego, estão aumentando. Por isso, você que sempre voltou no inimigo que se mostra amigo, só na época de eleição, precisa se libertar. NÃO PAGUE FAVOR COM VOTO, pra não continuar sofrendo. O lavrador, homem corajoso que trabalha de sol a sol, de mãos calejadas, que sustenta a nação, tem sido desvalorizado, e seus produtos, (milho, feijão, mamona, farinha...), só tem valor quando passa para mão do intermediário e daqueles que detém o poder³⁸...

Assim se estabelece uma relação: a iniciativa de organização dos trabalhadores rurais na sociedade de Várzea Nova é legitimada com a criação do sindicato e sua representação política partidária através da criação do PT. Desse modo, as lideranças do sindicato fizeram uma releitura de seu papel na sociedade, onde as relações de trabalho não favoreciam de nenhuma forma o trabalhador rural. Percebe-se que a representação classista-partidária foi o meio pelo qual, colocava em evidência os trabalhadores rurais e os elevavam à condição de categoria organizada, antes no anonimato, a serem protagonistas de práticas e discursos em defesa dos seus direitos voltados para o homem do campo numa perspectiva política e sindical.

Nessas condições, a prática de luta dos trabalhadores na organização sindical, colocava a categoria de trabalhadores rurais na emergência de novas tomadas de posições frente às necessidade reais dos trabalhadores rurais de Várzea Nova. Os discursos desses trabalhadores revelam uma compreensão crítica dessa realidade, muitas vezes explicitando signos, que denunciavam a condição de exclusão dos direitos desses sujeitos. Assim, a prática sindical dos trabalhadores rurais de Várzea Nova caminhou na direção de canalizar a luta de um dos direitos elementares à própria condição da existência do sindicato e, sobretudo, do trabalhador rural enquanto categoria instituída: O direito à terra.

1.3 Uma Bandeira de luta

Para compreendermos o sentido da definição de uma bandeira de luta do movimento sindical de Várzea Nova e sua relevância na vida dos trabalhadores rurais, é fundamental analisarmos o cenário social e político das organizações trabalhadores rurais nos movimentos

³⁸ Panfleto: *PT Várzea Nova- 85: Nossa luta, educação e pão*. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova. 1985.

de luta pela terra durante a década de 80, percebermos a pluralidade desses movimentos e as relações estabelecidas entre eles e as representações do Estado em fase de mudanças.

Nessas condições, a influência da CPT - Comissão Pastoral da Terra no movimento sindical de Várzea Nova pode nos indicar um pouco da dimensão da diversidade dos agentes sociais no processo de luta em torno da causa do trabalhador rural nesse período. O envolvimento da Igreja nesse processo através da CPT foi de fundamental importância na articulação dos sindicatos rurais, porque construiu uma iniciativa de formação política e sindical a partir do discurso religioso, interferindo na vivência dos trabalhadores rurais de Várzea Nova. Tal influência produziu os múltiplos sentidos nos discursos dos trabalhadores na luta pela posse da terra³⁹. Portanto, a influência da Igreja foi relevante na vivência dos trabalhadores do sindicato rural de Várzea Nova na medida em que essa contribuiu substancialmente para houvesse uma (re)significação na visão de mundo dos trabalhadores rurais sobre seus direitos no processo de sindicalização rural, definindo as etapas da luta e sistematizando as estratégias dessa luta.

No entanto, o trabalho de formação que fizeram parte das ações das Pastorais da Terra precede o próprio início da existência do movimento sindical rural de Várzea Nova, está relacionado a uma política estratégica de evangelização iniciada na década de 1950 da Igreja junto aos trabalhadores rurais, chega aos anos 1980 como forma de impedir que os sindicatos rurais ficassem sob influência dos latifundiários e do Estado.⁴⁰

De modo geral, para o conjunto do movimento de trabalhadores rurais de luta pela terra no Brasil de redemocratização, a reforma agrária era a esperança dos milhões de trabalhadores do campo de possuírem um chão onde pudessem trabalhar, para conseguir realizar esse sonho, a luta pela posse da terra se constituiu numa bandeira que foi levantada pelos movimentos sociais ligados a terra na tentativa de iniciar um novo processo de justiça social no campo brasileiro na esperança de sanar as desigualdades sociais legadas dos “anos de chumbo” Ocasionalmente historicamente em “quatro séculos de latifúndio”, na distribuição das estruturas agrária, a problemática da terra no Brasil, portanto, acompanhou a história da nação e chegara à recente história da República com “grandes extensões de terras completamente ociosas pertencentes a proprietários privados ou órgãos governamentais”,

³⁹ Os discursos que deram sentido à luta dos trabalhadores pela posse da terra são estudados aqui nas suas duas dimensões fundamentais. A terra enquanto um direito legal instituído e a terra enquanto representação de luta pela libertação dos trabalhadores, uma dívida divina a luz do evangelho. Esse último aspecto será mais bem focado nos próximos capítulos.

⁴⁰ SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. *O sindicalismo rural e os caminhos para a autogestão: uma superação do assistencialismo*, (série BNB Teses e Dissertações). Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008, p. 95.

condicionando os milhões de lavradores rurais sem terras à miséria por falta de terras onde “pudessem ganhar a vida”⁴¹.

O projeto de realização da reforma agrária está presente na produção dos discursos dos movimentos ligados à luta pela terra, sobretudo no período da redemocratização, tornou-se condição *sine qua non* para que houvesse o mínimo de justiça social no campo. Nesse sentido, a ação da Igreja e dos sindicatos rurais enquanto agentes que atuavam próximos à realidade dos trabalhadores sem terras se intensificavam em todo o país durante a década de 1980. A pressão dos movimentos sociais ligados à causa da terra se converge nesse período, com a tendência do novo governo democrático, de substituição dos instrumentos de repressão aos trabalhadores que lutavam pela posse das terras que a ditadura havia implantado, através de mecanismos legais que buscassem a regularização dos conflitos no campo, garantindo a liberdade dos movimentos sociais camponeses e desenvolvessem mecanismos que viabilizassem a “reconquista da terra pelos trabalhadores rurais.”⁴²

Nesse período, os trabalhadores do campo, no âmbito das novas representações, a exemplo da CPTs, Federações e Sindicatos rurais, se articularam para estabelecer novos diálogos com as representações governamentais. Em 1985 foi organizado pelo INCRA e o Ministério de Assuntos Fundiários com a participação da CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, da CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - um Encontro Nacional Para Reforma Agrária em Brasília, com objetivo de estabelecer novas diretrizes no Plano Nacional de Reforma Agrária⁴³. A partir de então, se intensificou o estabelecimento de um quadro em nível nacional de intensa mobilização dos sindicatos rurais e das CPTs junto ao MST - Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra. Com as representações civis dos trabalhadores rurais se articulando no debate por uma “reforma agrária já”, aumentou a base parlamentar no Congresso Nacional ligado à defesa da causa. A Constituinte de 1988 dedicou um capítulo à política agrícola e fundiária brasileira e à reforma agrária com o objetivo de legitimarem a luta dos trabalhadores sem terras, colocando em termos legais que:

Compete a União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa

⁴¹ SKIDMORE, Thomas E., *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*; tradução Mário Salvino Silva, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 32.

⁴² MINC, Carlos. *A reconquista da terra: Estatuto da Terra, lutas no campo e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1985, p. 11.

⁴³ MINC, Carlos. *A reconquista da terra, op. cit.*, p. 11.

indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (...) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano; possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-se produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade⁴⁴.

O discurso legal instituído pelo Constituinte centralizava a regularização fundiária no Brasil. O país tinha a necessidade do aumento da produção agrícola para abastecer o mercado consumidor; a diminuição do êxodo rural que deveria ser minimizado por uma reforma agrária através da distribuição de terras para reduzir o quadro de pobreza rural e implantar medidas como o crédito agrícola e difundir as novas tecnologias agropecuárias adaptadas aos pequenos agricultores, constituem um conjunto de argumentação difundida para o novo momento da reforma agrária brasileira⁴⁵. A partir da regulamentação constitucional onde legitimava os trabalhadores rurais a reivindicarem o direito à posse das terras, onde muitos viviam e trabalhavam sob o controle dos latifundiários.

Para os agentes representativos do trabalhador rural nesse contexto, a reforma agrária era uma questão de direito pelo qual deveriam lutar. Os sindicatos rurais em sua maioria, por meios das federações e a Igreja com o trabalho das Comissões Pastorais da Terra, entraram na luta para dar visibilidade a esses avanços legais, instituindo um discurso em defesa dos trabalhadores sem terra e torná-los conscientes desses direitos. Genival Vitório, lembrando da história de vida de seu pai Moisés Vitório, narra que “na época, reforma agrária ela era mal vista até pelos próprios trabalhadores, era como se quisessem, a sociedade tinha todo que aqueles trabalhadores queriam tomar terra dos outros”.⁴⁶ Nota-se que a dimensão da questão institucional do direito à terra vai além dos pressupostos do discurso legal, ela estabelece uma relação entre leis e formas de controle que pode colocar em oposição os costumes sociais, numa relação de forças em que a ordem social é quebrada, e aqueles que ousam inventar essa ordem, causam num primeiro momento, um sentimento de “incompreensão” no movimento de desconstrução e enfrentamento ideológico no campo das práticas discursivas empreendidas pelo sindicato dos trabalhadores rurais.

⁴⁴ CONSTITUIÇÃO, República Federativa do Brasil. Empresa Gráfica da Bahia. Salvador, EGBA, 1988, p.125.

⁴⁵ MINC, Carlos. A reconquista da terra, *op. cit.*, p. 64.

⁴⁶ Entrevista com Genival Vitório, 08 de Dezembro de 2010.

Ao entrarem nessa luta pelo direito à posse das terras, os trabalhadores começaram a assumir um importante papel social e político no interior do município de Várzea Nova, invertendo a lógica na qual os direitos relacionados ao trabalhador rural deixam de ser entendidos como uma concessão e passam a tomá-las como direito na acepção do termo. Com a participação da CPT de Jacobina no trabalho de conscientização dos agricultores para reivindicarem a posse das terras, as lideranças do sindicato passam a falar de um lugar social de luta, institui discursos e práticas diversas recriadas no cotidiano rural desses atores sociais.

II - RASTREANDO AS PRÁTICAS SINDICAIS DE OCUPAÇÃO DE FAZENDAS DOS TRABALHADORES RURAIS EM VÁRZEA NOVA

2.1: Caminhos de Várzea Nova: da Fazenda Conceição

Nas manhãs de sol, o trabalhador sai pra trabalhar.
Nas manhãs chuvosas, o trabalhador sai pra trabalhar.
Bom dia terra! Bom dia capim verde!
Bom dia barro vermelho molhado!
A chuva vestiu seu vestido novo para a vida.
E ouviu a sua cantiga de madrugada.

(O Trabalho/Solano Trindade)

Situado entre a rodovia que liga os municípios da Chapada Norte, Jacobina e Morro do Chapéu-BA, a base territorial do município de Várzea Nova com 1.168 km² foi se constituindo na década de 1980 em um palco de disputas por terras, sobretudo, em três áreas de terras relativamente extensas que ficaram conhecidas no processo de luta pela reforma agrária na região, como Fazenda Conceição, Fazenda Piedade e Fazenda Pau de Colher. Nessas fazendas viviam, e ainda vivem, centenas de trabalhadores rurais que participaram do movimento de luta pela terra em Várzea Nova através do sindicato. Entretanto, pode-se dizer que a obtenção dessas áreas de terras por fazendeiros em Várzea Nova, é fruto de uma forma de apropriação de terras por meio da grilagem enquanto uma prática de acúmulo de terras que tipifica uma das características históricas da estrutura agrária brasileira. Nesse sentido, as redes de interesses que se formaram na década de 1980 em torno da propriedade da terra exercida por fazendeiros/grileiros em Várzea Nova, é também consequência da desigual distribuição fundiária no interior da Bahia desde a Colônia, passando pelas Repúblicas, “velha e nova”. Esse processo histórico de apropriação de terras no município parece obedecer à lógica desigual dessa organização fundiária brasileira que lançou suas bases ao longo dos tempos, favorecendo a continuidade da apropriação de terras e formação de uma elite agrária na região, formando um cenário composto pelo sistema de apropriação e manutenção da propriedade da terra baseado no tripé: latifúndio, pecuária e monocultura⁴⁷.

⁴⁷ MARIGHELA, Carlos. *A questão Agrária no Brasil: textos dos anos sessenta*. (org) Carlos Marighela... [et al]. São Paulo: Ed; Brasil Debates, 1980.

Alguns indícios remontam às formas de apropriação das terras na área rural de Várzea Nova onde se formaram pelo menos três consideráveis fazendas, através da prática da grilagem de terras desde a época do surgimento do próprio município em razão de um entreposto do trânsito de vaqueiros aboiando nas trilhas que ligavam o alto Sertão à Chapada Diamantina no início do século XX⁴⁸. Esse trânsito de gado bovino fez surgir o povoado de Várzea Nova e, posteriormente, o município. Assim, algumas áreas de terras foram sendo apropriadas por fazendeiros para criação de gado, constituindo-se extensas propriedades separadas por estradas vicinais pelas quais transitavam migrantes de outras cidades da região e de outros Estados do Nordeste para trabalharem em fazendas e na produção de sisal, a partir da segunda metade do Século XX.

Essas extensas propriedades, constituídas historicamente como fazendas, e sua denominação parece que foi assimilada pelos agricultores em Várzea Nova, caracterizando o espaço de dominação da propriedade da terra e representação de poder do fazendeiro como figura que remete a um *status quo*, por se autodenominar proprietário de fazenda -, *locus* de produção agrícola e pecuária. Nessa perspectiva, a fazenda que foi concebida como “tipo de domínio latifundiário que de início ligava o seu nome à pecuária e serviria para designar qualquer outra grande propriedade destinada para a agricultura⁴⁹”, constitui-se num elemento típico de representação visível de poder econômico e político da figura do fazendeiro/grileiro através do monopólio de terras em Várzea Nova. Portanto, entender como foram tecidas as relações de tensões, interesses diversos em questões de trabalho rural entre fazendeiros/grileiros e trabalhadores rurais do sindicato em Várzea Nova é, antes de tudo, perceber que as relações de poder se manifestam nos variados espaços sociais que formam as teias das microestruturas onde se desenrolam tais relações⁵⁰.

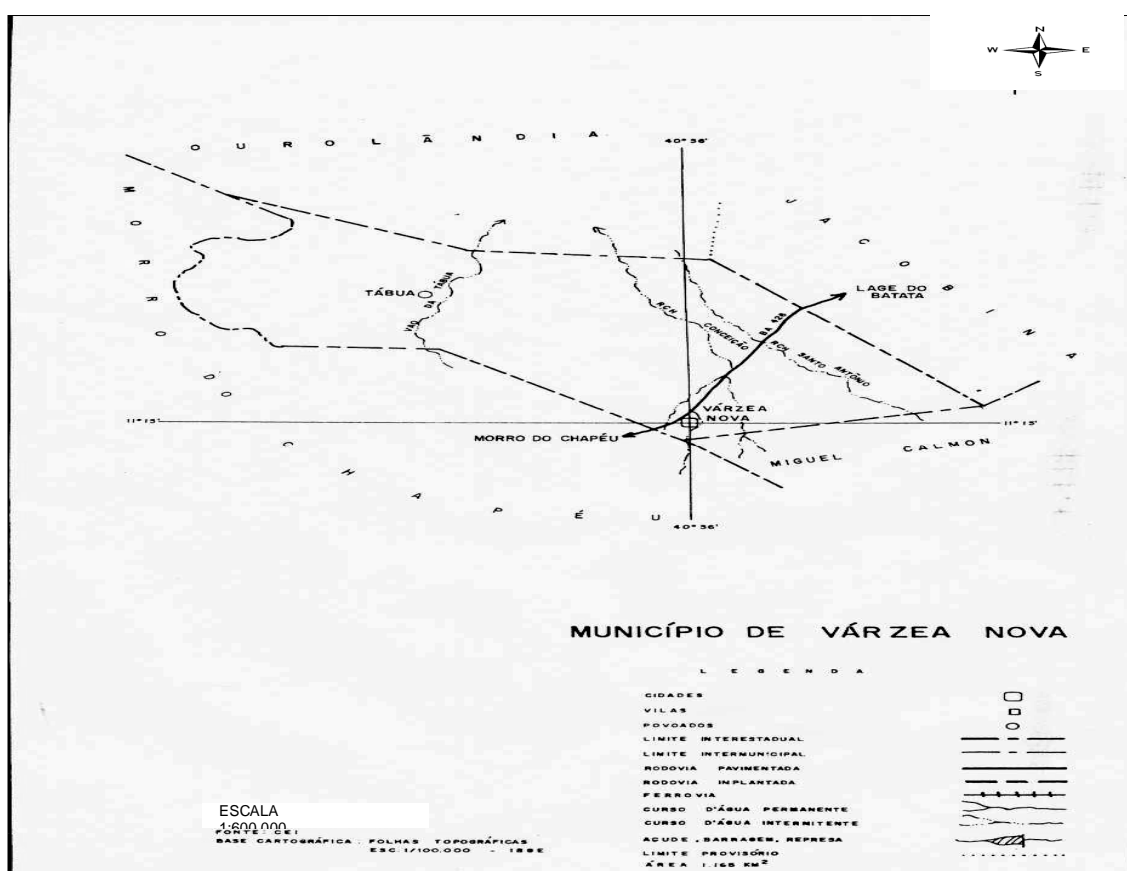
⁴⁸ Para Erivaldo Fagundes Neves, o conceito de sertão é polissêmico, todavia, ele é caracterizado como: “o longínquo, desabitado, distante do litoral e da civilização”. Ver: NEVES, E. F. (Org.). Caminhos do Sertão: Ocupação Territorial, Sistema Viário e Intercâmbios Coloniais nos Sertões da Bahia. 1 ed. Salvador: Arcádia, 2007. Segundo relatos de textos memorialistas o surgimento de Várzea Nova começa em meados de 1913, quando o Sr. Zacarias Domingos de Jesus, em passagem pela estrada que corta Várzea Nova, fixa residência neste local. Vindo da Fazenda Cercadinho (pov. de Morro do Chapéu) em busca de uma lagoa avistada por um grupo de vaqueiros -“vaqueiros estes que não trabalhavam para ele”. Também por estar fugindo de uma epidemia de sezão (malária), o velho Zacarias chega até este território à procura de melhorias para ele e sua família, segundo relatos do memorialista (Manoel Botafogo, 2007 in [HTTP//www. Wikipédia.com.br](http://www.Wikipédia.com.br)).

⁴⁹ GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 5ª Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1981, p.61.

⁵⁰ FOUCAULT, Michel. “Genealogia e poder.” In: *Microfísica do poder*. 16ªed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

No cenário de lutas dos movimentos sociais ligados à reforma agrária na década de 1980, emergiu um discurso sindical em favor de um redimensionamento da distribuição de terras que viesse atender à demanda dos trabalhadores rurais desprovidos de terras, observam-se diversas práticas construídas pelo sindicato dos trabalhadores rurais em Várzea Nova, promovendo efeitos diversos no meio rural, operando, sobretudo, um processo de desconstrução/desnaturalização das relações de dependência dos trabalhadores rurais exercidas pelos fazendeiros no município.

FIGURA 1.1 – MAPA. MUNICÍPIO DE VÁRZEA NOVA



A Fazenda Conceição foi a primeira área de terra a ser ocupada pelos trabalhadores rurais sem terras do sindicato em Várzea Nova. A 18 km da sede do município, segundo relatório da CPT, era uma área de aproximadamente 1.100 tarefas de terras (500 he) que tinha sido anexada no início da ditadura militar ao Ministério da Agricultura do Governo Militar, como área experimental para estudo da criação de caprinovinocultura. Porém, “a fazenda que havia sido alvo da prática de grilagem por fazendeiros do município, vinha sendo

utilizada para criação de gado”. Os agricultores José Damasceno e Antônio Cravo, que trabalhavam nos campos de sisal nas proximidades da área, lembram de uma primeira vez que eles “entraram na Fazenda Conceição em 1983”, mas, “a polícia veio expulsou do local” por que “era pouca gente que tava, só era cinco trabalhadores, e segundo Antonio Cravo, eles” esmoreceram, ai voltaram... e com todo medo, Zezé, Zé de Vitor e Elizeu”⁵¹. Posteriormente, a experiência inicial desses cinco agricultores foi concluída efetivamente, dois anos depois, quando as lideranças do sindicato, com amplo apoio da CPT de Jacobina, articulam uma ação conjunta e “foram em Salvador, falaram com o presidente da FETAG-BA”, quando “ele disse que lá podia entrar sim”. “Ele disse pra gente, vocês entre e começam a trabalhar, quando o povo ver vocês lá trabalhando vocês convida o povo”⁵². Em função disso, a iniciativa do sindicato fez com que o movimento acampasse 40 famílias de trabalhadores rurais na Fazenda Conceição.

Nesse cenário, a ocupação da Fazenda Conceição, a princípio, em 1983 no início com a tentativa avulsa de cinco trabalhadores, foi retomada em 1985 com a orientação de pelo menos três importantes organismos criados para defender as ações dos trabalhadores rurais em nível regional: a CPT - Comissão Pastoral da Terra; a ACCL - Associação Casa dos Lavradores, ambas com sede na Paróquia de Jacobina, e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova. A partir dessa articulação, formando uma rede de representação, é que se definiram diversas práticas de ocupação de terras pelos agricultores, podemos entender melhor os caminhos que trilharam o movimento dos trabalhadores rurais em Várzea Nova na luta pela terra. Assim, a ocupação da Fazenda Conceição ganhou, no período, certa repercussão na opinião pública, pelo fato de ser a primeira grande área de terra (considerando a média do tamanho da terra na região Semi-Árido baiano) a ser ocupada por trabalhadores sem terras na região, com forte interferência da Paróquia Diocesana regional. A partir de então, iniciou-se uma série de ocupações e conflitos pela posse de terras na microrregião de Jacobina.

2.3 À Piedade

Nessas condições, a ideia dos trabalhadores rurais de ocupar as terras consideradas griladas foi ganhando força, e na medida em que as ocupações foram acontecendo, o

⁵¹ Entrevista com Antônio Cravo. 09 de março de 2011.

⁵² Entrevista. Teotônio Alexandre de Souza. 10 de março de 2011.

movimento sindical ganhando notoriedade e se consolidando num espaço de luta entre os trabalhadores rurais do município, foi passando a ser alvo dos mais diversos interesses por fazendeiros e trabalhadores que se envolveram em questões de disputa de terras que já estava transcorrendo na justiça, estabelecendo o cenário das relações de poder na disputa por direito à terra entre fazendeiros e trabalhadores rurais. Em uma dessas disputas, se concentrou o processo de ocupação da Fazenda Piedade em Várzea Nova.

O histórico dessa fazenda revela-nos com maior intensidade a prática de aquisição de terras por concessão, comum no processo de distribuição de terras na região, a despeito de “seus limites terem sido fixados conforme registro da Lei de Terras de 1850, a referida gleba A fazenda fazia divisa com a comunidade de Salinas”⁵³ em Várzea Nova, na qual, o patriarca de uma família de pequenos agricultores, o Sr. Liberato Joaquim Alves. Segundo Pedro Liberato sua família reivindicava a posse legal das terras, dizendo ser “proprietário por herança materna de uma antiga moradora, a Sr^a Umbelina Freire, porque sua família tinha “ganhado ela, de um grande cidadão que veio de fora, de Salvador, que comprou essa propriedade aqui pra fazer criação de gado”⁵⁴.

Parte da Fazenda Piedade havia sido grilada por um fazendeiro conhecido pelos trabalhadores como “Zé Vaqueiro”. Tratava se de uma área de terra que vinha sendo disputada na justiça desde o ano de 1966, onde “o Sr Liberato Joaquim Alves, ingressou com ação sob processo número 4.568/66”⁵⁵, cujo requerimento jurídico demandava a demarcação da referida área em favor da sua família. Em 1977 a ação de posse do patriarca da família Liberato, o Sr. Liberato Joaquim Alves foi concedida pela justiça, entretanto, “a medida foi desrespeitada por Zé Vaqueiro que vendeu a área para o fazendeiro Luiz Lima. Esse, não reconhecendo a medida judicial, e se recusando a liberar as terras para a família de seu Liberato Joaquim Alves, iniciou uma série de perseguições aos filhos do senhor Liberato Joaquim Alves, os agricultores Pedro Liberato e Juvêncio Liberato que fazia trabalhos de missões no meio rural junto à Pastoral da Terra de Jacobina e já haviam participado da fundação, em 1985, do movimento sindical em Várzea Nova. Os irmãos resolvem “doar 500 tarefas da Fazenda Piedade para um grupo de lavradores, moradores da Estrada dos Boiadeiros de Jacobina” e alguns lavradores da Fazenda Salinas, em Várzea Nova, que

⁵³ Entrevista. Com Pedro Liberato. 15 de Novembro de 2010.

⁵⁴ Entrevista citada.

⁵⁵ Boa parte destas informações foram colhidas de uma entrevista com Pedro Liberato. 15 de Novembro de 2010. E outra parte, extraídas da pesquisa monográfica de GAMA BAUER, Teresinha Martins. *Trabalhadores na luta pela terra: desvendando os segredos de Nova Conceição, Jacobina (1980-2002)*. UNEB Campus IV, Jacobina, 2002.

Juvêncio Liberato havia entrado em contato nos trabalhos de base de Animação Cristã no Meio Rural.

Quando relembra dessa decisão, Pedro Liberato, filho de Liberato Joaquim Alves e irmão do missionário Juvêncio Liberato, fala da história da família na Fazenda Piedade, assume o lugar de porta voz de sua família, como quem deseja, na sua narrativa oral, salvaguardar na história de luta no trabalho rural e a história de sua própria família na terra reivindicada e na atitude de compartilhar parte das terras com aqueles que não possuíam, doando para reforma agrária, desejo de seu pai que naquela época. Afirma ele:

Tava aprisionado com o latifúndio, sem poder com Zé Vaqueiro, com Carmerindo, com Zé Facho, [fazendeiros que participaram da grilagem da fazenda Piedade], e a turma de Zé Vaqueiro todinha, querendo cercar ele, encolher ele na terra pra não trabalhar mais, pra botar ele pra fora daquilo que era dele, que ele chegou primeiro e que ele tinha direito porque o dono tinha dado esse direito pra ele... ai eu comecei trabalhar nessa terra todinha junto com papai fazendo minhas rocinhas e ai veio à organização. E ai Juvêncio que chegou de São Paulo, conheceu a situação, ai veio à necessidade de um monte de gente pobre que realmente não tinha nada, não tinha terra, não tinha onde trabalhar e que a polícia massacrava, começou lá em Jacobina já e ele viu a situação em Jacobina, ele tava trabalhando na Morro Velho e quando ele viu a situação, ai ele viu na cidade os meninos de rua, aquelas pessoas abandonada que ficava na cidade todinha e era gente que ele conheceu, a polícia desceu lhe cassetete, ta entendendo, ai ele já tinha visão das coisas disse: oxente! Na televisão, na rádio, a gente só conhece informações das coisas bonitas de Jacobina né? Mas não conhece a informação do que o povo sofre debaixo do cassetete...⁵⁶

Nota-se que a decisão da família, através de Juvêncio, de conceder 500 tarefas de terra para “ALS - Associação dos Lavradores da Salina e ACTAPEB - Associação Comunitária dos Tiradores de Areia e Pedra da Estrada Boiadeiros” para fins de reforma agrária, revela que a atitude de compartilharem a terra com os outros lavradores da mesma condição política, econômica e social, parece estratégica, a fim de unirem forças para ganhar a questão. Nesse sentido, a busca objetiva da solidariedade, opera como forma estratégica para legitimar a luta pela posse da terra, pois, segundo Pedro Liberato sua família “Tava aprisionado com o latifúndio e a turma de Zé Vaqueiro todinha, querendo cercar ele, encolher ele na terra pra não trabalhar mais, pra botar ele pra fora daquilo que era dele” [...] ⁵⁷

Percebe-se que a relação de solidariedade com a questão da luta pela terra da família seu Pedro Liberato começou a ser desenvolvida quando seu Irmão Juvêncio havia chegado à Jacobina onde trabalhou na Antiga Empresa Morro Velho e se engajou nos trabalhos de base dos grupos de Animação Cristã no Meio Rural de Pastoral da Terra. Ele estabelece uma relação direta no discurso social de combater a situação de pobreza de um significativo

⁵⁶ Entrevista. Com Pedro Liberato. 15 de Novembro de 2010

⁵⁷ Entrevista Citada

contingente de trabalhadores rurais sem terras que vivia em Jacobina e na Fazenda Salinas - Várzea Nova. Nessas condições, Pedro Liberato, que já vivia “junto com o pai trabalhando nessa terra todinha, fazendo umas rocinhas”, conheceu “a organização sindical de luta pela terra”, motivo pelo qual veio a colaborar também.

Resolvendo a situação dos pobres, já tava organizando com ele ai Juvêncio mesmo ofereceu as condições de pessoal sair lá de Jacobina pra vir também ocupar a terra aqui pra nossas terras, que já era nossas embora tava grilada pelos grileiros, ai veio, ai foi quando começou a forma de organização, ai onde eu comecei a participar forte das organização. [...] ai já tinha Moisés, já tinha Gerome, Gerome e Moisés [diretores do sindicato] quando eu conheci eles, eles já tava realmente com esse negócio de ocupação lá pra Conceição, tá entendendo, ai já tinha a Reforma da Conceição, que Conceição já foi a primeira que a organização daqui da Piedade. Ai quando eles já tava começando lá, ai veio a situação de ocupação daqui da Piedade por esse povo que tava sofrendo lá na Jacobina sem ter onde trabalhar, sem ter o que comer, sem ter casa pra morar sem ter nada, ai vieram pra Piedade. Eu que já era daqui da Piedade, deu apoio pros caras, ai foi quando surgiu a minha compreensão, o meu entendimento de como começar. Quando comecei a dar apoio ao pessoal...⁵⁸

A pregação do evangelho realizada pelos grupos de Animação Cristã no Meio Rural, articulados pela Comissão Pastoral da Terra de Jacobina, sob a liderança do Padre *José Hehenberger*⁵⁹, constituiu-se ao longo dos encontros que esses trabalhadores frequentavam num dos espaços centrais de produção e circulação de discursos, contribuindo substancialmente para a própria criação do sindicato. Por esse motivo, essas lembranças vão se revelando no foco principal da memória dos trabalhadores rurais, por meio do exercício paciente de análise desses relatos de memórias, podemos entender em parte, como foram se delineando as articulações dos trabalhadores junto ao movimento sindical, culminando na “decisão de lutar para ter a sua própria terra onde pudesse trabalhar”. Nessa perspectiva, a trajetória de vida de Moisés Vítório até se engajar no movimento de luta pela terra e fundar o sindicato, soma-se aos demais no que tange a árdua luta de trabalho em campos de sisal nas fazendas quando fincou raízes em Várzea Nova após “fugir da casa de seus pais ainda na adolescência no Estado de Pernambuco, chegou a Jacobina, onde trabalhou no antigo cine Payaya, onde conheceu um certo:

Senhor fazendeiro por nome Costinha que gostou dele e disse, “Moisés, vamo trabalhar na Sambra, eu tenho uma Fazenda na Sambra”, ai no Povoado de Tabua, Município de Várzea Nova. Foi numa época de uma seca dos anos 66 mas ou menos ele resolveu sair da Sambra, ai nós veio morar na Fazenda, na Mocoseira do Senhor

⁵⁸ Entrevista Citada.

⁵⁹ A relevância da atuação sacerdotal do pároco *José Hehenberger* junto aos trabalhadores rurais sem terras, será analisada no seu depoimento no Terceiro Capítulo desse trabalho.

por nome Caçula onde ele foi rodar os motor [de sisal] e morava naqueles barracos de motor, a gente não tinha escola, nenhum dos filhos tinha direito a escola⁶⁰.

O percurso da trajetória de vida de Moisés Vitório dos Santos uma das principais lideranças entre os trabalhadores na luta pela terra, assassinado no exercício da presidência do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova em 1989, parece percorrer as memórias que engendraram a experiência da luta pela terra de muitos trabalhadores rurais sem terras. É lembrada por Genival Vitório, um dos seus 15 filhos que viveram os traumas ocasionados em decorrência do engajamento de seu pai no movimento sindical após experimentar o estigma de viver perambulando em fazendas, trabalhando em “motor de sisal”. Quando participou de “um encontro da Missão da Terra em Bom Jesus da Lapa” e se interessou pela “discussão da CPT sobre essa Lei de Reforma Agrária”, Moisés e “outros companheiros” começaram a articular com a CPT de Jacobina os encontros de Animação Cristã no Meio Rural em Várzea Nova, aonde os trabalhadores iam “estudando a Bíblia” a partir desse método, “conscientizando o povo”⁶¹.

Genival reconstrói sua memória oral como um narrador que deseja reafirmar as motivações que levaram Moisés Vitório “viver e morrer como uma semente de sangue” pela qual os frutos brotaram da terra para legitimar a realização do sonho dos trabalhadores.⁶² Assim, pode-se perceber em seu relato como foi se formando uma das práticas de perseguição elaboradas para produzir as “verdades” envolvendo o jogo de forças/interesses entre fazendeiros e trabalhadores rurais,

E na luta do Sindicato, o Sindicato foi, muita gente começou dizer que o Sindicato não tinha valor, que o Sindicato não era registrado, então o Sindicato também não tinha recurso, o sindicato não existia recurso então, os primeiros anos você imagina fundar uma entidade sindical e em meio o conflito de terra, trabalhadores dum lado e fazendeiros do outro,.. e ai foi quando se montou o conflito da [fazenda] Piedade eu lembro que uma vez ele precisava ir pra Brasília e ele saiu aqui pedindo uma ajuda porque não tinha dinheiro pra ir no Congresso da CUT em Brasília, era a questão lá do ABC Paulista que se espalhou no Brasil inteiro naquela época, e ele foi parar em frente ao supermercado Pegue Pagou, ele era cliente desse mercado há seus quatro ou cinco anos, que era o mercado do Senhor Luiz Lima [fazendeiro], e ele foi lá como ele tinha assim, pelo fato de ele ser cliente daquele mercado, ele não sabia exatamente o que tava por detrás, então ele entrou no gabinete daquele homem e pediu uma ajuda pra ir pra Brasília. Foi quando Luiz Lima enfatizou que a terra da Piedade tava em conflito, e que meu pai como sindicalista podia ajudar ele, que dizer ele queria que papai tirasse, ajudasse o povo a sair, ficasse ao lado dos fazendeiros e contra os trabalhadores e meu pai respondeu pra ele, meu pai disse pra nós que o papel dele como sindicalista era defender o trabalhador rural até porque ele era também da categoria, e ele levantou a cabeça, e ele levantou da mesa, um

⁶⁰ Entrevista. Genival Vitório. 08 de dezembro de 2010.

⁶¹ Entrevista Citada.

⁶² Entrevista Citada.

dato apontado pro meu pai e disse olha, se eu perder essa questão, eu acabo com a família de Liberato e acabo quem tiver envolvido então meu pai quando saiu dali se sentiu ameaçado, reuniu a família contou tudo que tinha acontecido, é, um pouco assustado porque já sabia que Té já tinha morrido de acidente, já e ele contou aquela situação⁶³.

Percebe-se, contudo, que a ação do sindicato contribui para a instituição de espaços de conflitos, determinando os lugares sociais e de poder, os quais demarcam os territórios de perigos em que se encontravam os trabalhadores na prática sindical de ocupação de fazendas. Relação de tensões que foram sendo produzidas, inicialmente, nas dissoluções de práticas de trabalho nas fazendas, e, a partir da interferência do movimento sindical, verifica-se a instalação de conflitos construídos a partir das disputas pela posse das áreas de terras.

A condição de extrema dependência do trabalho no sisal nas fazendas, reconstruídas nas memórias narradas dos trabalhadores, constitui-se numa forma de entendimento histórico, de análise das relações e das práticas que foram tecendo a relação fazendeiros/agricultores, luta por terra/trabalho na vivência dos atores sociais. O movimento de rompimento das relações de trabalho com os fazendeiros vão unindo-se ao reconhecimento/apropriação das atividades do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, conectado aos movimentos de base da Igreja por meio da Pastoral da Terra, são elementos prioritários para que percebamos a construção de uma identidade trabalhista e sindical em Várzea Nova nesse período.

2.2 Até o Pau de Colher

Nos relatos orais dos trabalhadores rurais envolvidos com essa experiência de ocupação da Fazenda Conceição, que representou o início de uma prática constante do movimento sindical na vida dos trabalhadores rurais sem terra em Várzea Nova, tornando-se a partir de então uma ação sistemática na agenda do sindicato a prática de ocupação de terra motivada pelo discurso sindical, “na lei ou na marra”. Nesse sentido, depois que os trabalhadores acamparam 40 famílias na Fazenda Conceição, segundo Antônio Cravo, passaram a chamar o acampamento de “Nova Conceição” e “só podia ficar com 16 famílias pelo tamanho da área, ai foi quando resolveu ocupar a Fazenda Pau de Colher”, assim, o movimento que havia articulado a ocupação da fazenda Nova Conceição, decidiu que “o restante das famílias fossem ocupar também a Fazenda Pau de Colher grilada pelo fazendeiro

⁶³ Entrevista Citada.

Hélio Gracindo⁶⁴”. Sebastião Medeiros, agricultor, sem terra que viria iniciar sua vida de sindicalista em decorrência da ocupação da Fazenda Pau de Colher, relembra que Moisés Vitório, presidente do sindicato, fora uma liderança importante para a articulação do sindicato na decisão de ocupar a Fazenda Pau de Colher. Rememora que o papel do sindicato foi fundamental:

O seu presidente [do sindicato], Moisés Vitório de Amorim ele convocou os pais de famílias que não tinham terra, era desempregado mesmo, não tinha onde morar pra ocupar uma área de terra, inclusive essa daqui de Pau de Colher. Ai foi quando a gente reuniu uma turma de 72 a 73 pais de família, viemos ocupar essa terra aqui na área de Pau de Colher que era do [Fazendeiro] Helio Gracindo.⁶⁵

Assim, a ação do movimento sindical sob orientação da CPT de ampliar as áreas ocupadas para atender a demanda dos trabalhadores rurais sem terra, caminhou em direção de atender uma das principais necessidades dos agricultores sem terras, condição fundamental para uma prática sindical que se pretendia tornar o trabalhador “livre e independente dos fazendeiros”. Para tanto, o sindicato procurou operar na prática da ocupação de terras pelos trabalhadores no município, sobre o discurso de construir uma autonomia dos trabalhadores nas relações de trabalho com a figura do fazendeiro, cujos objetivos dessas ações eram de proporcionar melhores condições de vida aos lavradores por meio da obtenção de um pedaço de terra que não fosse daqueles que sempre lhes oprimiram. Dessa condição de “ter seu próprio pedaço de terra”, e, ver-se livre da dependência do fazendeiro, foi fundamental para Esmeraldo Paz, após ser amparado pela Igreja quando tinha sido expulso da fazenda onde trabalhava, encontra, na proposta de se tornar um dos posseiros uma oportunidade para fazer aquilo que mais tinha experimentado na vida:

Eu sempre gostava de trabalhar, eu pegava empreitada de roçagem, distoca de pasto, eu pegava, botava gente pra trabalhar e ia trabalhar também. E então, quando foi naquela confusão, o finado Moisés Vitório [presidente do sindicato] mim convidou pra ir [ocupar a Fazenda] Pau de Colher. Eu disse rapaz, e presta? Presta. Nós vamos meter a cara lá e nós ganha a terra. Ai eu convidei os companheiros, Sebastião Medeiros, convidei Chico Bernardo e um veinho que chamava Velho João. Ai se soquemos lá dentro...⁶⁶

Nesse relato de memória oral, Esmeraldo Pães, centraliza sua decisão de aceitar o convite de Moisés Vitório, Presidente do Sindicato, embora com certa dúvida, quanto à

⁶⁴ Entrevista. Genival Vitório. 08 de Dezembro de 2010.

⁶⁵ Entrevista. Sebastião Medeiros. 09 de Março de 2011.

⁶⁶ Entrevista. Esmeraldo Paz. 16 de Abril de 2011.

viabilidade daquela prática de ocupação de terra, se lograria ou não êxito para sua vida de agricultor. Ao mesmo tempo, nos remete a analisar o papel do sindicato através de seu presidente, de tornar público entre os agricultores que não possuíam terras, os discursos de fazer uma reforma agrária no município através do sindicato, mesmo do jeito mais simples e particular possível, um convite informal, resultando por parte dessa prática, uma estratégia comum entre os trabalhadores, de uma iniciativa que viesse construir uma unidade para resolver um problema no qual todos eram afetados, a falta de terra para trabalhar. Percebe-se também a dimensão particular dos agricultores quanto à função que a instituição do sindicato reivindicava: ser o principal agente mediador de um fazer que é coletivo. Assim, para o trabalhador rural, Esmeraldo Paz, o sindicato representava a possibilidade de uma vida melhor, sua decisão foi a mesma de seus colegas, “Sebastião Medeiros, Chico Bernardo...”.

2.4 Narradores da Terra: Algumas histórias narradas por trabalhadores rurais - “peões de sisal” - trabalhadores avulsos

Imersos em grandes propriedades de terras, onde muitos “labutavam” no trabalho em terras griladas por fazendeiros, esses agricultores, na maioria das vezes, são identificados dentre as diversas atividades rurais do município de Várzea Nova, como “peões de sisal⁶⁷”, num movimento de aceitação da sociedade do estigma de quem não possuíam a propriedade da terra. Aspecto revelador do perfil dos trabalhadores rurais sem terra do sindicato em Várzea Nova nos permite também classificá-los em um termo mais geral, assim, poder-se-ia chamá-los de trabalhadores avulsos⁶⁸. No entanto, com a criação do sindicato, ao iniciar um processo de discussão sobre o direito à terra, estabelece uma relação de múltiplos significados na concepção dos trabalhadores em relação ao direito de reivindicarem legalmente as terras

⁶⁷ O termo “peão de sisal” foi apropriado pelos trabalhadores da cultura sisaleira, como uma forma de estigmatizar a condição de “desarranjado” ou aquele que não se mantém fixo trabalhando no mesmo lugar ou para o mesmo dono de motor, por que esse não possui o campo nem o motor, trabalha avulso e sem contrato formal nas fazendas de sisal. No processo de produção e desfribamento do sisal, podemos apontar como essenciais as seguintes funções desenvolvidas pelos “peões de sisal”: **Cortador:** aqueles trabalhadores que realizam o trabalho de colheita das folhas nos campos, cortando-as com facas ou foice apropriada. **Botador:** realiza o transporte das folhas para o pé da máquina desfribadeira “Paraibana”; **Puxador:** alimenta a máquina “Paraibana” com as folhas de sisal, função que o torna mais venerável ao acidente de mutilação; **Resideiro:** abastece os puxadores com folhas e retira os resíduos provenientes do desfribamento, e por fim, o **Estalerista:** estende as fibras para secar, produto final da desfribação, para faz o envardamento.

⁶⁸ O que caracteriza o trabalhador avulso é o fato de que este presta serviços eventuais e não trabalha fixo numa mesma propriedade, nem para a mesma pessoa, portanto, sem nenhum tipo de contrato formal. Ver: *Trabalho Rural: direitos e benefícios*. Governo do Estado da Bahia. SETRAS - Secretaria de Trabalho e Ação Social, 1995, p. 15.

onde trabalhavam. Nessa perspectiva, o discurso sindical de luta pela terra contribuiu para uma alteração das relações de trabalho entre trabalhadores e fazendeiros/grileiros. A partir da atuação do sindicato, percebe-se uma prática tornou-se constante de denunciar as condições de pobreza dos trabalhadores rurais sem terras em Várzea Nova. Esse discurso percorre as trilhas das memórias de muitos trabalhadores rurais que vivenciaram a circulação dos discursos de formação sindical no período. Na perspectiva de construir uma consciência de direitos, assim, a prática de sindicalismo rural estabeleceu uma recriação da identidade dos trabalhadores rurais, desenvolvendo práticas de luta pela terra.

Para tanto, quando o sindicato começou a realizar um trabalho de formação dos trabalhadores rurais, a partir de 1985, a entidade dedicou-se, juntamente com a Comissão Pastoral da Terra de Jacobina, a legitimar essas práticas de ocupação de fazendas que haviam sido griladas na zona rural de Várzea Nova, estabelecendo levantamentos sistemáticos das áreas de terras propícias a serem ocupadas pelos trabalhadores que não dispunham de terra para trabalharem. Nessa perspectiva, os trabalhadores rurais sem terras iniciaram um processo de ocupação de fazendas, onde se reuniam para “esclarecimento sobre reforma agrária” e discutiam os “direito de pontos de posseiros”, assim, a estratégia foi revelando-se num componente fundamental para traçar um perfil social da situação dos trabalhadores no município, como registra os anais de uma ata do sindicato.

**Ata que foi passada para este livro do sindicato sobre o levantamento dos
trabalhadores rurais de Nova Conceição**

1ª Antonio Nunes de Jesus, disse que só tem um carro velho, mais este mesmo pode ficar para assistência da comunidade. 2ª José Damoceno Santos Carmo. Disse que tem uma casa, um motor velho, um carro velho, mais nada disto dá para eu viver e vivo passando necessidade nas terras dos outros, e este carro velho pode ficar comunitário. 3ª José Sebastião da Silva, Disse que não tem nada. 4ª Antonio Cravo da Silva, Disse que só tem uma casa coberta de telha. 5ª Moises Vítório dos Santos, Disse que só tem um barraco coberto de telhas em Várzea Nova⁶⁹ 7ª João Honório da Silva, só tem um barraco coberto de telhas em Várzea Nova. 8ª Ângelo Rodrigues Sobrinho, tem um barraco coberto de telhas em Riachão. 9ª Pedro Sebastião da Conceição, não tem nada. 10ª José Pereira, Não tem nada. 11ª Fernando Virgulino de Lima, Não tem nada. 12ª Fernando Marinho de Souza, Não tem nada. 13ª Jerônimo José de Souza, Tem um barraco coberto de telhas em Várzea Nova. 14ª Severino Francisco dos Santos, disse que se não há possibilidade. Eu vou vê o que a roça produz esse ano, e se eu poder vou ficar e se não poder bem. 15ª Expedito Geraldo dos Santos, Disse que só tem um barraco de barro coberto de telhas em Lages do Batata. 16ª Manoel Ferreira de Lima, Não tem Nada. Declaro que em nome de Severino Francisco dos Santos, ficou Dejoci Balbina da Silva não tem nada...⁷⁰

⁷⁰ Livro de atas. *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova*. 12/abril/1987.

O relato do texto da ata do sindicato caracteriza de modo geral, os perfis sociais de muitos trabalhadores rurais, centrado no discurso de denunciar a condição de exclusão dos trabalhadores que eram privados do direito a terra. Identifica a precariedade do principal meio de vida dos trabalhadores no Município de Várzea Nova no período. Assim, o registro na ata do sindicato, ao tornar visível o quadro de pobreza, confere, sobretudo, o papel do sindicato de defender e salvaguardar a legitimidade dos direitos dos trabalhadores rurais que viviam labutando em fazendas griladas por fazendeiros para criação de bovinos e para plantações de sisal. Quando conectados aos depoimentos orais, esses documentos escritos estabelecem uma relação que identifica os agricultores à prática rotativa em motores que desfribavam o sisal, uma atividade rural que foi caracterizada no município também, pela ausência de registro formal que viesse mediar uma relação institucional de trabalhador rural sem terra com a figura do fazendeiro que os agregava, (detentores do monopólio das propriedades rurais onde se encontravam os campos de sisal), com os agricultores que trabalhavam nessas fazendas. Nessas condições, ser “peão de sisal” significava, entre outros aspectos, estar condicionado à atividade sisaleira numa relação de dependência com o fazendeiro, condição essa que os trabalhadores estavam submetidos, pelo menos até o início da atuação do movimento sindical na luta pela terra.

Na perspectiva de produzirem uma história a partir dessas experiências de trabalho rural, os agricultores sem terras recordaram as condições de trabalho intercalando o período que remete ao processo de luta pela posse de terra nas extensas propriedades que foram griladas pelos fazendeiros no perímetro rural do município de Várzea Nova. O trabalho de reconstrução de memórias é refeito e intercalado no diálogo constante com as experiências de lutas vivenciadas no passado e com as motivações do tempo presente.

Dentre os variados significados dessas experiências de trabalho concentra-se o foco do relato de Esmeraldo Paz, trabalhador rural sem terra que chegou ao movimento sindical, após romper sua relação de dependência de trabalho com um fazendeiro, relembra como foi sua trajetória, antes de se juntar com os “companheiros do sindicato para ocupar a terra”:

Eu cheguei na Várzea Nova, porque eu morava numa fazenda de um tão Reni, ai acima [Lages]do Batata. Então ele me botou pra fora sem motivo nenhum, eu tomava conta de onze motor [de sisal]. Quando eu mim apertava meu menino mais velho, Zé Eduardo, mim ajudava enfardar fibra [produto do sisal]. O finado Artur era o gerente [da fazenda], eu não levava ferramenta nenhuma, eu trabalhava avulso. E então ele [Reni, o fazendeiro] foi e mim botou pra fora, disse a mim, um dia de domingo, “procure as suas providências que a minha eu já tomei”. Eu digo! você tá lutando com o que é? Ai eu disse. Olha, nunca levei uma ruela de seu motor pra

onde eu moro. Entrego tudo o gerente, por que você mim manda embora? [...]. Ai eu dei um passeio, e isso ai eu agradeço a Deus primeiramente, segundo ao Padre José, o Padre José, João Araújo, que mim deu muito apoio, bom, ai o padre foi e mim arrumou dois mim cruzeiro, eu fui na Várzea Nova, cheguei lá, comprei uma casinha...⁷¹

Esse pequeno fragmento da história de vida de Esmeraldo Paz é reconstruído a partir de um fato que marcou profundamente a sua vida de trabalho. A rejeição do fazendeiro de sua força de trabalho significou também uma desvalorização enquanto trabalhador rural onde sua dignidade de trabalhador que nunca levou uma “ruela de motor de sisal para casa”, ou seja, sempre foi honesto, sofreu um abalo moral. Verifica-se que ele preferiu não explicitar em palavras, que o fazendeiro o acusava de alguma coisa e que por isso “lhe mandava embora”. No entanto, para tentar justificar que era um trabalhador exemplar e por isso, aquela atitude de lhe mandar “procurar suas providências”, das quais ele, o fazendeiro mesmo já “havia tomado as dele”, revela nas entrelinhas, a eminência de conflitos por questões trabalhistas rurais entre trabalhadores rurais e fazendeiros, que começavam a tornar-se freqüentes na região a partir dos anos 80, onde os sindicatos rurais e os movimentos de base da Igreja tomavam para si essas causas trabalhistas sobre o discurso de fazer valer os direitos dos trabalhadores rurais, desenhando um quadro de disputas por direitos em favor dos lavradores nas complexas relações de trabalho em Várzea Nova.

A partir dessas motivações, percebe-se que as relações de trabalho eram quase sempre de dependência pessoal e de submissão, de trabalhadores rurais sem terra que viviam como “peões de sisal”, mas aos poucos, essa realidade começava a ser modificada em Várzea Nova e em outros lugares. Nesse sentido, é significativo o exemplo da relação de trabalho de Esmeraldo Paz, revelando em certos aspectos, espaços de rupturas, quando analisamos os caminhos tomados como formas de resistências dos trabalhadores. Assim, a expulsão de Esmeraldo da fazenda onde trabalhava revela os significados do desprezo do fazendeiro à sua força de trabalho. Para escapar dessa expulsão, Esmeraldo recorda que foi amparado por “Padre José que lhe providenciou recursos para comprar uma casa para sua família em Várzea Nova”, e, posteriormente lhe encaminhou para um pedaço de terra na Piedade em Várzea Nova, onde pudesse fazer aquilo que mas sabia fazer na vida: “trabalhar na roça”.

Nessa perspectiva, o relato narrado da história de vida de Esmeraldo Paz, soma-se a outras histórias de vida de trabalhadores rurais em Várzea Nova, sobretudo quando analisamos o papel do sindicato no processo de rompimento dos laços trabalhistas que muitos

⁷¹ Entrevista. Esmeraldo Paz. 16 de Abril de 2011.

lavradores mantinham com os fazendeiros/grileiros, e do papel do estabelecimento da relação de proximidade dos agricultores com os agentes ligados à instituição religiosa, a CPT. Nesse sentido, o amparo a Esmeraldo por padre José denota um caráter de interferência da Igreja e sindicato nas situações de “demissões” enfrentadas por trabalhadores rurais nesse período.

Contadas a partir das aviltantes condições do trabalho rural, sobretudo os nomeados “peões de sisal”, (trabalhadores avulsos e/ou meeiros) essas experiências se desenrolaram em fazendas que tipificam as relações de trabalho no espaço rural onde os trabalhadores sem terras estavam submetidos até “resolver escolher uma terra pra trabalhar” na agricultura familiar, a partir da ocupação de fazendas, quebrando o pacto de dependência na relação em que esses trabalhadores sem terras eram subservientes aos fazendeiros em fazendas onde a principal fonte de renda era a atividade sisaleira, como assinala seu Antônio Cravo: “eu vivia de sisal, eu trabalhava no sisal e tinha roça também, roça também, eu plantava lá em Fernando Matos [fazendeiro], plantava lá na Varginha, eu plantava numa terra deles e eles mim dava [de meia] a terra, plantava na Varginha, passai pra Santa Maria e tirava sisal...⁷².” Pode se pensar que, as condições de trabalho no sisal em Várzea Nova, sob a dependência dos grandes proprietários de terras, e por extensão dos campos de sisal nos quais esses trabalhadores “labutavam” para sobreviver, formavam a base da relação de controle dos fazendeiros/grileiros para com trabalhadores sem terras, delineando a relação de poder instituída no campo entre fazendeiros e trabalhadores rurais.

Seu Teotônio Alexandre de Souza ficou conhecido como Elizeu do PT. Seu relato parece descortinar alguns condições de trabalho no campo, seu discurso caminha na mesma direção de Esmeraldo Paz e de Antônio Cravo: “eu trabalhava arrendado pra fazer roça, de cada três sacos de qualquer legume eu dava um livre pra ele [o fazendeiro], ai no início eu ia pra fazer reunião com o povo mas não podia trabalhar”⁷³. Nessa perspectiva, percebe-se que as diferentes dimensões das experiências de trabalho apontam para práticas de subordinação entre agricultores e fazendeiros. Assim, as motivações que fizeram com que os trabalhadores decidissem ocupar terras, vieram entre outros caminhos, por influência do sindicato. Segundo seu Elizeu, quando “a gente foi em Salvador, falemos com o presidente da FETAG ele disse que lá podia entrar sim, no começo como o povo não sabe o que é reforma agrária direito, vocês entra e começa a trabalhar, quando o povo ver vocês lá trabalhando vocês convida.” Nota-se uma percepção do lugar social instituído pelo sindicato que produziu discursos de rompimento com as condições de dependência em que muitos trabalhadores se encontravam,

⁷² Entrevista. Antonio Cravo. 10 de Abril de 2011.

⁷³ Entrevista. Teotônio Alexandre de Souza. 10 de março de 2011.

produzindo efeitos significativos que resultaram em práticas de ocupação de terras por trabalhadores, buscando, a partir dos instrumentos do movimento sindical, requerer o direito à posse da terra.

A decisão de se engajar no sindicato e lutar por um pedaço de terra e com isso proporcionar melhores condições de vida para suas famílias fizeram parte das histórias de vida de muitos trabalhadores rurais em Várzea Nova. No entanto, é nesse período que seu Elizeu e muitos outros trabalhadores rurais sofreram múltiplas formas de preconceitos por parte da sociedade que não enxergava na luta sindical dos trabalhadores um instrumento legal de obtenção das terras. Assim, podemos perceber nos discursos construídos, diversas práticas que foram produzidas expressando um processo de criminalização/estigmatização do trabalhador rural envolvido com a luta pela terra, operando diversas formas de perseguições contra esses trabalhadores. Seu Elizeu conta que quando os agricultores, por meio do sindicato, decidiram ocupar áreas de terras que consideravam devolutas,

Ai denunciaram, me botaram no meio, ai veio a turma de Várzea Nova e ajuntou mais quarenta e tantas pessoas e ai surgiu a conversa, por Jacobina, por Várzea Nova, por Orolândia, todo canto que nós tava roubando essa terra do Governo. Então, eu disse, só que nós não pode correr, a gente tem que resistir.[...] ai quando dei fé rapaz chegou dois camburão de polícia aqui, a polícia federal, um bocado deles ai, ai chegou aqui cassando os meninos aqui pra levar tudo pra Salvador preso que era tudo ladrão. Ai quando eu tô aqui chegou o carro ai procurando por mim... Ai chegou [a polícia] disse, quem é Elizeu ai?...Ele [o delegado] disse, e cadê seu grupo? Eu disse rapaz não tem ninguém aqui, só tem aqui eu. E tão aonde? Eu disse tão em Jacobina. Fazendo o que? Eu disse tão numa reunião. Aonde? Eu disse não interessa. Não interessa a vocês saber onde é que estão e o que tão fazendo, eles tão em Jacobina. Por que nós já cacemos tudo aqui só achemos aqui você e então você vai responder por tudinho, você vai pra Salvador. Ai ele disse não, rumbora conversar aqui, quando eu sai fora rapaz! tava dois camburão, um alí outro alí, ai quando eu sai ai ele meteu a mão assim na cintura arrancou uma FM botou no meu peito, e o soldado da própria polícia veio com uma metralhadora, meteu a metralhadora ne meus peitos. Ave Maria! Ai ele disse “rumbora lá pra fora conversar no meio do povo lá, quando eu cheguei tava o povo lá, ai ele meteu a mão na pistola e meteu assim ne meus peito, ai eu digo boa tarde, não falou nada, eu também trevessei, quando chegou lá tava um meio mundo de gente, como que tava uma santa missão ai, de cima a baixo de gente olhando, como quem diz assim, “vão prender Elizeu, Elizeu vai preso agora olha a polícia ai, veio buscar, ele e a turma dele...”⁷⁴

Por meio dessa descrição, podemos perceber como uma complexa rede formada por autoridades policiais e fazendeiros, se dedicou a coibir as práticas de organização dos trabalhadores que se envolviam na luta pela terra em Várzea Nova. O movimento dos trabalhadores que começou ocupar algumas áreas de terras em fazendas griladas ou devolutas, levou a organização sindical a brigar na justiça com fazendeiros, no entanto, essas práticas

⁷⁴ Entrevista. Teotônio Alexandre de Souza. 10 de março de 2011.

eram vistas pela polícia como atos criminosos, levando essa a impingir sobre muitos atores sociais, formas violentas de punição a ação desses trabalhadores, produzindo até mesmo na população um sentimento de medo e desconfiança diante da luta dos trabalhadores na época, resultando na tentativa de prisão de seu Elizeu.

A tentativa de prender trabalhadores rurais envolvidos com a questão da terra em Várzea Nova fora um aspecto recorrente para tentar conter, coibir e, por extensão, criminalizar os trabalhadores rurais envolvidos no sindicato, na tentativa de imprimir sobre as práticas desses sujeitos, formas diversas de controle social, utilizando muitas vezes a força policial que operava em favor de fazendeiros/grileiros. Entretanto, é nesse espaço de tensão que se pode inscrever também no depoimento de seu Elizeu, as múltiplas formas de resistências dos trabalhadores que se viam ameaçados por ações repressivas desenvolvidas no campo dos embates envolvendo trabalhadores, fazendeiros, polícia e movimento sindical. Nesse sentido, seu Elizeu recorda de quando a polícia veio tentar lhe prender, sobre a acusação de ser ele e seus companheiros, “ladrão de terras”, então ele reagiu de seguinte forma:

[...] agora tem uma coisa, eu não sei se o senhor é delegado, se o senhor é sargento, se o senhor é tenente o que o senhor é, eu quero dizer uma coisa, fazia cinco minutos que eu tinha chegado da [fazenda] Gilsa, tava arando uma terra lá, rapaz olha, eu tava com a roupa vermelha, parecendo um peba, a cara, os braços tudo vermelho de terra, ai foi na hora que eles [a polícia] chegaram: eu disse olha meus amigos, se vocês vieram pra me prender vocês pode, pois eu tô aqui, tô entregue a vocês, vocês quer me prender me prenda, eu tô vendo um camburão, agora só tem uma coisa, vocês querem me prender me prenda, tô aqui, tô as ordens, agora tem uma coisa, nós vamos pra Jacobina e tem uma coisa eu vou ficar com essa roupa aqui, eu não troco essa roupa de jeito nenhum, não tem quem faça eu trocar essa roupa, nós vamos pra Jacobina desse jeito que eu to aqui de Jacobina nós vai pra Salvador e de Salvador nós vai até pra Brasília se vocês queira! Que vocês queira ou não, eu exijo nós ir pra Brasília. Vou pra frente do presidente desse jeito, que vocês vieram me prender um trabalhador que trabalha, olha aqui [expôs as mãos]. E ele [o policial] disse, e quem é você? eu sou um trabalhador. Você é representante daqui? Eu disse, não. Você é vereador aqui?, eu disse não. E quem é você? Eu to lhe dizendo, sou um trabalhador [expôs as mãos], olha aqui a minha identidade, as mãos arrombadas de calo, de calo de foice, de machado, chibanca, tudo isso...⁷⁵

Assim, essa descrição da experiência de seu Elizeu revela alguns aspectos que evocam múltiplas formas de resistências no campo dos discursos proferidos por trabalhadores que lutavam pela terra diante da repressão impingida pela ação da polícia e de fazendeiros. Seu relato é revelador de como os trabalhadores reagem diante da complexa rede das práticas de repressão. Nessa perspectiva, o seu discurso se situa no campo do reconhecimento político-social de uma identidade trabalhista rural, constrói a partir desse lugar social, formas de

⁷⁵ Entrevista citada.

resistências que são irrefutáveis, considerando a sua condição de trabalhador rural, para seu Elizeu se “entregar” a polícia para ser levado preso era antes de tudo, uma afirmação pública de pertencimento de sua categoria de trabalhador rural. Opera, contudo, uma estratégia como forma de defesa coletiva da ação dos trabalhadores diante da problemática da luta pela terra. Nesse sentido, quando foi interrogado pelo policial sobre seu envolvimento com as questões envolvendo práticas de “invasões de terras”, constrói um lugar social de luta, mostrando as suas mãos calejadas de “foice, machado e chibanca”, instituindo sobre a condição de “trabalhador rural”, múltiplos significados, atribuindo símbolos que dignificam o ato de trabalhar na “roça”, estabelecendo com aquele gesto, uma relação discursiva que associa valores sociais e políticos à condição de trabalhador rural, construindo assim, um discurso de defesa de sua identidade, e por extensão, a de seu grupo social, operando um movimento de lutas e resistências em face das práticas de perseguição que criminalizava os trabalhadores do sindicato rural em Várzea Nova.

Contudo, é a partir das histórias narradas que se descobrem as diversas formas do engajamento de muitos trabalhadores na luta pela terra via movimento sindical em Várzea Nova. Esses percursos lembrados foram compondo uma memória das múltiplas histórias de vida no campo dos atores sociais, reconstruindo o processo de produção e circulação de discurso do movimento dos trabalhadores rurais sem terras na prática de sindicalismo rural, formando uma rede de histórias microssociais, compondo parte do enredo da narrativa dos trabalhadores rurais em Várzea Nova.

Tais aspectos ainda delineiam o caráter principal da reivindicação na luta dos trabalhadores no movimento sindical. O resultado dessa complexa problemática se verifica na ocupação sistemática das fazendas pelos trabalhadores rurais que viviam como peões de sisal, agregados e/ou meeiros em terras sob forte dominação de fazendeiros, conseguidas através da prática da grilagem, formando um quadro de luta de disputa pelo poder, cuja propriedade da terra demarca esse território, estabelecendo uma relação de forças entre fazendeiros e agricultores, colocando em contraposição dois discursos em torno da posse das terras, formando uma rede de relações sociais complexas envolvendo trabalhadores rurais, sindicato e Comissão Pastoral da Terra; fazendeiros, UDR – União Democrática Ruralista e Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia.

III IGREJA E SINDICATO NAS TRILHAS DA LUTA: ANIMAÇÃO CRISTÃ E VIOLÊNCIA RURAL NA DISPUTA PELA TERRA EM VÁRZEA NOVA

3.1 Reconstruindo trajetórias

Só Mandacaru/ Só Mandacaru/ Só Mandacaru Resistiu tanta dor
Poeiras o vento levanta do chão / E faz o azul deste céu esbranqueçar
O verde há tempo não nasce aqui/ Será que meu Deus
se esqueceu deste lugar/ No meio daquele deserto agrião
Um verde bonito suspenso no ar/ De braços erguidos pedindo ao céu
Tem dó deste povo, aprendeu a rezar.
(CÂNTICO- SÓ MANDACARÚ- AÇÃO CATÓLICA RURAL- ACR)

A construção da memória sobre o movimento sindical de Várzea Nova no presente estudo percorreu diversas trilhas da narrativa histórica envolvendo trabalhadores rurais. Estabeleceu conexão com contextos políticos, sociais e culturais que influenciaram os atores sociais, ligando dimensões particulares e gerais às práticas sociais dos diversos movimentos de trabalhadores, principalmente aqueles ligados à luta pela posse da terra. Essa memória revelou alguns aspectos das trajetórias de vida que ocorreram a partir de lugares de produção de discursos nesse período, interferindo diretamente nas trajetórias de vida de trabalhadores rurais, formando uma rede de representação da luta, recriando uma sociabilidade, uma maneira de ser e de estar enquanto trabalhadores do campo, ou seja, um fazer social, articulando discursos e práticas, reinventando o cotidiano rural desses atores sociais.

Nesse sentido, compor parte dessa memória significa obedecer às margens que o tempo lhe oferece, requer também, visualizar outros territórios que ligam e se relacionam, seguindo as diversas trilhas onde a ação desses atores sociais protagonizou de diversas formas uma série de estratégias de luta. São direcionamentos que “concorrem para determinadas práticas, alguns acontecimentos, alguns lugares e pessoas produziram marcas e consolidaram símbolos e significados que transcendem determinadas fronteiras, limites e espaços”⁷⁶. Nessa reconstrução, práticas, significados, lugares, sujeitos e outros operadores, estão intercalados na história de luta dos trabalhadores rurais na vivência sindical em Várzea Nova. Assim, será relevante nesse capítulo, continuarmos analisando, mas alguns aspectos que corroboraram

⁷⁶ MONTENEGRO, Antônio Torres. História, Metodologia, Memória. São Paulo: Contexto, 2010. P: 101. Também do mesmo autor: História oral e memória: a cultura popular revisitada. 3ª ed. São Paulo: Contexto. 2001.

para a produção dessa memória, através da circulação dos discursos e práticas sociais que teceram a luta dos trabalhadores, sobretudo a correlação de forças entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova, acompanhado da CPT de Jacobina, constituindo-se em um dos lugares de luta desses atores sociais. São aspectos que centralizavam por diversas vezes, conflitos de poder, tensões de múltiplos significados na relação entre trabalhadores rurais e fazendeiros, no espaço rural.

Nas histórias repletas de experiências vividas pelos trabalhadores rurais de Várzea Nova, somam-se lideranças sindicais e lideranças ligadas aos movimentos de caráter religioso na região às lutas sociais travadas pelas representações dos trabalhadores no período. Nessa relação, os grupos de base ligados à Igreja redefiniram as formas de atuação junto aos trabalhadores rurais, influenciando substancialmente a prática sindical no município de Várzea Nova. São múltiplos os aspectos que envolverem as organizações de caráter religioso e a entidade sindical rural no município, pelas quais foi sendo tecida uma compreensão de política sindical rural, imbricada do discurso progressista e libertário baseado nas ações da ala progressista da Igreja Católica Brasileira, que se popularizou entre os trabalhadores do campo, fazendo surgir uma prática sindical em Várzea Nova concentrada na construção da cidadania participativa e luta pelos direitos sociais fundamentais do trabalhador rural, motivando os trabalhadores do campo e construindo relações de múltiplos significados. Portanto, reconstruir essas memórias significou, também, estudar algumas trajetórias de vida de personagens que protagonizaram a atuação do sindicato de Várzea Nova sob influência da prática evangelizadora de um segmento específico de um momento singular da Igreja Católica. Na região essa experiência ocorreu através da Paróquia Santo Antonio de Jacobina, por meio da CPT - Comissão Pastoral da Terra - que atuou junto aos trabalhadores rurais. Essa opção pela causa dos trabalhadores rurais de Várzea Nova é canalizada na luta pela posse da terra e permaneceu sobremaneira imbricada no movimento sindical rural.

Dentre as lideranças da Igreja na região, destaca-se a atuação do padre José Hehenberger, como um dos exemplos na defesa da causa dos trabalhadores rurais sem terras. Seu depoimento constituiu-se fundamental na reconstrução dessa história e memória e nos direcionou para coleta de alguns documentos da CPT. Esses indícios, quando entrecruzados com outras fontes, possibilitou uma análise mais detalhada do papel da Comissão Pastoral da Terra de Jacobina na defesa da luta sindical pelos trabalhadores rurais sem terra em Várzea Nova, sobretudo para estudarmos a história do sindicato de Várzea Nova enquanto produção

histórica de práticas e discursos influenciados pela pastoral religiosa através do padre José Hehenberger.

Esse discurso religioso, produzido historicamente, soma-se também à reconstrução de alguns dos significados e sentidos que determinaram os embates na relação conflituosa entre trabalhadores e fazendeiros, imersos em interesses opostos, fazendo produzir práticas antagônicas e embates de poder. Essas disputas culminaram num quadro de práticas de violência rural, ocasionando perseguições, assassinatos de lavradores e de lideranças do sindicato e da Igreja envolvidos no movimento de reforma agrária de Várzea Nova.

3.2 Igreja e sindicato: animação cristã no meio rural em Várzea Nova

No cenário descrito acima, faz-se necessário considerarmos o papel do Padre José Hehenberger na Paróquia Santo Antônio e da CPT, desde sua criação em Jacobina a partir da inserção da Igreja Católica nas lutas sociais no meio rural, no contexto das transformações históricas de 1979, período em que o padre chegou ao município de Jacobina para atuar na evangelização dos trabalhadores rurais na região nesse período.

A chegada do Padre José Hehenberger e a criação da Comissão Pastoral da Terra em Jacobina, em 1979, acompanham as práticas da ala progressista da Igreja Católica no Brasil que elegeu como prioritária a atuação desse segmento pastoral rural para uma opção fundamental “pelos pobres.”⁷⁷ A partir dessa perspectiva, a Igreja, que havia em 1964 apoiado o golpe militar, no início dos anos 1970 se constituiu em força popular de resistência ao regime e, posteriormente, apoiou as lutas sociais durante o processo de transição política do Brasil, pode ser entendida a partir das modificações em relação à sua atuação junto às camadas populares, mudanças que já vinham tendo reflexo desde a década de 1950⁷⁸. Assim, a presença de uma Comissão Pastoral da Terra na paróquia de Jacobina tem como referência

⁷⁷ BACCEGA, Marcus; ZANINI, Camila Follegati; ZAPPIA, Rafael Balan. Teologia da Libertação e a opção preferencial pelos pobres na América Latina. Revista História e Perspectivas. Uberlândia (44): 1- 478, Jan. Jun, 2011.

⁷⁸ Vale salientar também que as ciências humanas nas últimas décadas estão revisitando com frequência a trajetória da Igreja e alguns de seus líderes durante a Ditadura. Inúmeros são os pesquisadores que tem se ocupado dessa tarefa, entre esses, destacamos aqui além do Projeto de Pesquisa *Guerreiros do Alem Mar* da UFPE realizado com apoio do CNPQ, 1997 e 1999, disponível em www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/montenegro.pdf, com acesso em 23 de maio de 2011. Também: SILVA, Célia Nonata. “*Os pobres herdarão a terra*”: conflitos rurais e Igreja Católica no Brasil na segunda metade do século XX, Revista Crítica Histórica, Ano I, Nº 2, Dezembro/2010, disponível em <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica>. ROCHA, Zildo (Org.). Hélder, *O dom: Uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999. LASE, Sonia Sampaio Navaro. *O movimento sindical rural em Pernambuco: 1958-1968*. Dissertação (Mestrado em sociologia). Recife, 1995 disponível em: www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum18.pdf com acesso em 23 de maio de 2011.

principal a figura do Padre José Hehenberger que desde a sua chegada desenvolveu uma prática paroquial voltada para a defesa da luta dos trabalhadores sem terra.

A atuação do religioso junto aos lavradores em Várzea Nova, enquanto coordenador da CPT e pároco em Jacobina é significativo para compreendermos as ressonâncias discursivas da posição política da igreja Católica no país, que chegavam às décadas de 1970 e 1980 influenciadas substancialmente pelos trabalhos de base das pastorais no meio rural. Nesse sentido, o envolvimento do padre José Hehenberger com os trabalhadores rurais do sindicato em Várzea Nova não se limitou apenas aos trabalhadores sindicalizados, começando a atuar junto aos trabalhadores sem terra em Várzea Nova no início da década de 80, organizando encontro de Missões da Terra e promovendo cursos de formação sindical.

Assim, os trabalhos de formação de base dos agricultores de Várzea Nova foram sendo desenvolvidos na perspectiva de evangelização política social sob a liderança do padre José Hehenberger, através da CPT de Jacobina. O movimento de resistência ao regime militar redimensionava sua atuação pela linha dos movimentos sociais, emergindo uma ala da Igreja influenciada pela Teologia da Libertação, que por sua vez, canalizava os discursos dos princípios religiosos na política eclesial da Igreja Católica na América Latina, com maior intensidade, na segunda metade do século XX, sobretudo, após as II e III conferências do Episcopado Latino-Americano de *Medellin* 1968 e principalmente, a Conferência de *Puebla* em 1979, que tinha como tema central a “evangelização no presente e no futuro da América Latina”, onde as questões políticas e sociais no Brasil seriam alvo de uma redefinição na política de evangelização da Igreja. O resultado dessas conferências, em especial, a de *Puebla* no México, tornou-se fonte de inspiração para muitos religiosos e estabeleceu diretrizes para a caminhada da Igreja no continente, e por extensão, abriu caminhos para consolidar as ações da ala progressista da Igreja Brasileira nas bases discursivas da teologia da libertação que se definiu pelos pobres, concretizando um processo de mobilização social através de realizações de trabalhos de conscientização dos segmentos excluídos da população, sobretudo no Nordeste brasileiro.

O trabalho das CEB's – Comunidades Eclesiais de Base - no meio rural, a Ação Católica Rural e as Pastorais da Terra foram alvo de espionagem, perseguição, ocasionando prisões e assassinatos de muitos padres que optaram por essa metodologia, até mesmo nos anos da ditadura, tornando-se um lugar comum na prática eclesial dessa ala da Igreja

Católica, ampliando os trabalhos de base na perspectiva progressista da teologia da libertação no final da década de 1970 e 1980⁷⁹.

A região de Jacobina na década de 1980 era composta por muitas comunidades, distritos e povoados na zona rural. Nessa cidade, situava-se a Paróquia Santo Antônio que através do Padre Alfredo Haasler havia criado desde 1940 muitas Escolas Paroquiais⁸⁰, onde prestava assistência religiosa. Essa prática eclesial rural ganhou maior notoriedade com a atuação do padre José Hehenberger junto aos grupos subalternos da sociedade, como pároco na Paróquia Santo Antônio. Podemos perceber alguns aspectos de sua atuação, nesse trecho de uma cartilha de caráter biográfico, produzida com a intenção de comemorar os 25 anos da chegada do pároco na região.

Irmãos e irmãs estão comemorando 25 anos de um NOVO JEITO DE SER IGREJA nas comunidades, como dom recebido de Deus, inspirado no Vaticano II, onde a Igreja passou a ter uma visão mais voltada para a defesa dos pobres e dos oprimidos e ainda pela afirmação dos Direitos Humanos. Vale a pena lembrar, com carinho, que no início dessa caminhada, datada de 1979, com a chegada do nosso querido Padre José Hehenberger, contamos com a participação saudosa de Umburanas, Ourolândia, Várzea Nova, Caem e Paróquia Santo Antônio de Pádua de Jacobina. E aqui estamos como caminheiros (as) em busca da Terra Prometida. Nesse Caminho vivenciamos a FÉ num Deus próximo que vê, ouve, conhece os clamores do seu povo e desce para libertá-lo. Neste mesmo caminho, tantas vezes sofremos de opressão, mas conseguimos RESISTIR, como mandacarú no Sertão... Quantas vezes armamos as tendas, onde podíamos fazer memórias das LUTAS pela terra, saúde, operários, enfim pela vida digna em todas as dimensões e celebrar as VITÓRIAS alcançadas⁸¹.

Percebe-se na produção dos discursos introduzidos pela atuação de lideranças da corrente progressista no Estado da Bahia, dentre os quais o Padre José, que destacou-se na Paróquia de Jacobina junto às camadas pobres da sociedade. Em Várzea Nova lutou junto com os trabalhadores rurais sem terra, desempenhou uma prática evangelizadora que refletia uma tônica discursiva de tornar a mensagem desse “novo evangelho,” fonte de libertação do trabalhador rural, acompanhado da ideia de politização do trabalhador por meio da mensagem do evangelho, ou seja, o “evangelho se transformou em material para reflexão, mobilização e mudança no comportamento social dos trabalhadores oprimidos pelos fazendeiros”, onde a reflexão bíblica traduzidas pelo método “ver-julgar-agir”, foi sendo introduzida por agentes

⁷⁹ Evangelização no presente e no futuro da América Latina: *Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*. 8ª Ed., São Paulo: Ed. Paulinas, 1986.

⁸⁰ As Escolas Paroquiais foram criadas para suprir a demanda educacional nos diversos distritos e povoados da zona rural, a partir da chegada de Pe. *Alfredo Haasler* a paróquia de Jacobina em 1938. Ver livro *50 Anos Cisterciense no Sertão da Bahia: Mosteiro Cisterciense 44. 815 Jequitibás- Mundo Novo-Bahia-Brasil*.

⁸¹ HEHENBERGER, José Pe. *25 anos de fé, resistência, lutas, vitórias, esperanças no campo e na cidade*. Paróquia São José do operário. Jacobina-Bahia-Brasil, 29 de agosto de 2004.

pastoris ligados à CPT junto aos trabalhadores excluídos socialmente de direitos fundamentais. Esse discurso tornou-se conhecido entre os lavradores e contribuiu para desenvolver uma reflexão crítica na argumentação dos sujeitos e provocar uma consciência de mudança do lugar social, a partir da participação das comunidades rurais nas práticas da cidadania por meio do sindicato, e, nas diversas associações de trabalhadores rurais que foram sendo criadas, como determinava as bases metodológicas do discurso da teologia da libertação⁸².

Nesse sentido, as atuações das diversas associações de trabalhadores rurais na região de Jacobina ganharam ressonância também no cotidiano dos trabalhadores rurais sem terra em Várzea Nova, com a chegada do Padre José Hehenberger à Paróquia Santo Antonio, e, sobretudo, da criação da CPT - Comissão Pastoral da Terra em Jacobina em 1979.

Ao relembrar sua trajetória de vida sacerdotal na região de Jacobina, Padre José, como ficou conhecido entre os trabalhadores, reconstrói uma memória que concentra os significados dos caminhos percorridos desde a Áustria, seu país de origem, até chegar ao Brasil em 1966, em missão evangelizadora defendida pela Igreja que tinha como alvo, pastorear as classes populares em terras sertanejas, como monge da ordem de *Cisterciense*⁸³. Padre José veio inicialmente para estudar na Bahia com os *Franciscanos*, e, posteriormente, para o Mosteiro de Jequitibá, onde em 1979, a convite do seu amigo Padre Alfredo Haasler, apoiado por Dom Antonio Moser (Abade de Jequitibá) e Dom Jairo Matos da Silva, (Bispo da Diocese de Bonfim) conheceu a paróquia de Jacobina. Nesse itinerário, podemos analisar a trajetória do Padre José Hehenberger, e seu envolvimento com a luta dos trabalhadores do sindicato de Várzea Nova, como um exemplo, dentre os muitos *Guerreiros do Além-Mar*⁸⁴ que emigraram

⁸²BETO, Frei. *O que é comunidade eclesial de base*. Disponível em: <http://www.servicioskoinonia.org/biblioteca/pastoral/BettoOQueECEB.pdf>. Com acesso em 18 de Abril de 2011.

⁸³ O *Cisterciense* corresponde a uma ordem religiosa específica da Igreja Católica formadas por monges, abades e padres. A ordem dos Cistercienses surgiu como nova interpretação originária da Regra de São Bento no ano 1098 na França. Os primeiros monges cistercienses (Pe.Alfredo, Pe.Adolfo e Pe.João Berchmanns) chegaram no ano 1938 em Jacobina e em 1939 tomaram conta da Fundação Divina Pastora e construíram o Mosteiro dos Cistercienses em Jequitibá. A força do Evangelho e a forma de vida segundo a Regra de São Bento conduzem para a vida de oração e trabalho. O abade fundador foi Dr.Alois Wiesinger o.cist, do mosteiro de *Schlierbach* na Áustria que enviou padres para o Brasil a partir de 1938, quando foi solicitado através de recém criada Diocese de Senhor do Bonfim-BA. A vinda de padres estrangeiros da Fundação Missionária liderada pelo Abade de *Schlierbach*, Dom Aloísio Wiesinger, foi nessa ocasião que Pe. Alfredo Haasler, (da Áustria) O *Cist* chegou à Bahia, para pastorear na região de Jacobina, e juntamente com Pe. *Adolfo Lukasser* (da Áustria) e Pe. *Berchmans Elsen* (do EUA) participaram da criação com Dom Aloísio Wiesinger criaram o Mosteiro de Jequitibá, Campo Formoso-BA. Ver livro: 50 Anos *Cisterciense* no Sertão da Bahia: Mosteiro *Cisterciense* 44. 815 Jequitibá-Mundo Novo-Bahia-Brasil.

⁸⁴ O Projeto de Pesquisa *Guerreiros do Além-Mar* foi realizado com apoio da CNPq pelo historiador Antonio Torres Montenegro da UFPE entre 1997 e 1999. O pesquisador entrevistou padres estrangeiros que emigraram para alguns Estados do Nordeste Brasil durante o século XX.

para o Brasil durante todo o século XX, obedecendo ao chamado papal de anunciar “boas novas aos pobres”. Ciente dessa missão, Padre José Hehenberger relembra que foi enviado para Paróquia de Jacobina, e posteriormente, ter se envolvido na causa dos trabalhadores sem terra, após ter vivido certa experiência de pároco com os lavradores em “Miguel Calmon e em Rui Barbosa”, onde “sentiu o forte apelo e indignação do povo da zona rural com suas inúmeras deficiências, vivenciando as violações dos direitos humanos em todos os níveis de vida.”⁸⁵

Ai eu vi realmente as duas situações, que o pobre que não tem nada e a situação da elite que tem tudo na mão. Era disso que tá faltando à organização dos lavradores. Encontrei no meu estudo já a Animação Cristã no Meio Rural, a ACR que nos deu já um material para reflexão, a partir do método, *ver, julgar e agir*, então começamos a trabalhar com esse método. Quando então terminou meu estágio em Salvador eu fui logo para Jequitibá, Jequitibá é o nosso Mosteiro Cisterciense que foi fundado por *Dom Abade Aloísio Wisinger*. Eu estudei, fiz a opção para Cisterciense e depois encontrei já como estudante, todo trabalho em Jacobina de Padre Alfredo. Padre Alfredo então foi para mim já um grande símbolo que tinha um compromisso com os pobres, por que ele fez, eu acredito, já naquele tempo radicalmente a opção pelos pobres e criou as Escolas Paroquiais, foi grande educador de todo o povo da roça. Ele me disse assim, “a gente tem que viver como o povo vive e assumir também a situação do povo e o povo é um grande mestre que nós temos na nossa Pastoral, o povo tem muita paciência, tem muito amor a terra e tem também muitos problemas que a Igreja tem que ajudar a organizar esse povo”... Eu comecei a trabalhar aqui depois, primeiramente em Jequitibá com a Escola Agro-profissional... Dom Antonio Moser, meu abade, disse você tem de ir para Jacobina, nós temos a Paróquia lá que foi nos entregue, Padre Alfredo pediu gente, então eu fui enviado em [19]79 aqui para Jacobina....⁸⁶

Esse breve relato de memória refeita por Padre José Hehenberger centraliza os percursos de sua caminhada sacerdotal, do *Além Mar* – Áustria, ao Brasil, Bahia, Jacobina e finalmente, seu envolvimento na causa dos trabalhadores rurais, destacando a relevância de seus estudos, as influências, exercidas principalmente por seu principal referencial, Padre Alfredo Haasler, que lhe conferiu certa identificação com a luta dos trabalhadores do campo. Essas influências, exercidas no seio da corrente progressista da Igreja Brasileira, são fundamentais para situarmos a trajetória da história de vida sacerdotal do religioso no conjunto de práticas que vinham sendo adotadas pela Igreja enquanto instituição religiosa e social, e suas práticas religiosas sobre a vida dos trabalhadores no meio rural. Nesse processo, muitos padres já tinham emigrado para os estados do Nordeste Brasileiro durante a segunda

⁸⁵ HEHENBERGER, José Padre. *Celebrando 25 anos de fé, resistência, lutas, vitórias, esperanças no campo e na cidade*. Paróquia São José do operário. Jacobina-Bahia-Brasil, 29 de agosto de 2004.

⁸⁶ Entrevista. Padre José Hehenberger. 29 de Dezembro de 2010.

metade do século XX, motivados pelo espírito de evangelizar um povo pobre, Encíclica eleita e reeditada pelo alto clero da Igreja Católica no Concílio Vaticano II⁸⁷ em 1961.

O sentido dessas emigrações de padres católicos, sobretudo para regiões mais pobres do Brasil, ocorreu a partir de uma preocupação da Igreja no período, em combater o avanço do comunismo, do espiritismo e o protestantismo, principalmente no Nordeste Brasileiro. Entre os padres que chegaram durante essa época encontra um lugar de destaque na rememoração do padre *José Pe. Alfredo Haasler, Dom Aloísio Wisinger, Dom. Antonio Moser e José Sevat*. Esse primeiro é destacado em Jacobina, pioneiro em desenvolver seu sacerdócio a partir da criação das Escolas Paroquiais, desde a década de 1940 e, de certo modo, contribuiu para a vinda do Pe José para a paróquia Santo Antônio. Pe. *José Sevat*, é destacado por padre José Hehenberger como um religioso que criou os núcleos de animação cristã no meio rural na região de Jacobina, de quem havia tomado conhecimento a partir de seu trabalho com a Ação Católica Rural – ACR, no Estado de Pernambuco. Sevat foi pioneiro junto a Dom Elder Câmara em desenvolver trabalhos com populações rurais em tempos da repressão política dos militares e decidiram após Vaticano II em “[...] despertar a atuação do laico cristão no momento histórico em que vivia o Nordeste”, fazendo despertar nos párocos das regiões pobres do Nordeste a “presença da Igreja não somente do tipo sindical, mas acompanhando, através do Evangelho, as pessoas engajadas nas diversas lutas para transformação da sociedade”. Assim, muitas paróquias da Bahia, e incluindo a Paróquia Santo Antônio de Jacobina iria conhecer a partir do Estado de Pernambuco o “movimento da ACR – Ação Católica Rural- que se desenvolveu de uma maneira rápida” em todo Nordeste, e nas palavras do próprio Sevat mesmo começando “a trabalhar com a ACR em 1965, já em dezembro de 66 fizemos o primeiro encontro do Nordeste, com a ajuda de alguns padres franceses e de amigos brasileiros que participavam de alguns movimentos de jovens, da catequese e de outras atividades”⁸⁸.

Nas recordações do Padre José Hehenberger, os trabalhos eclesiais de base na região de Jacobina foram intensificados a partir de sua chegada em 1979, seguindo a orientação do Pe. Alfredo Haasler, e, com a criação da CPT assumiu o direcionamento de sua prática voltada para a zona rural.

⁸⁷ Evangelização no presente e no futuro da América Latina: *Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*. 8ª Ed., São Paulo: Ed. Paulinas, 1986.

⁸⁸ Depoimento de Padre José Sevat. Projeto *Guerreiros do Alem Mar*. In: MONTENEGRO, Antônio. História, memória e metodologia. São Paulo: Contexto. 2010, p. 145.

Nós já trabalhávamos nas Comunidades Eclesiais de Base [CEB], aqui na cidade, principalmente porque foi o início, então tinha uma Comunidade Eclesial de Base que se empenhou com um trabalho a respeito da Reforma Agrária né, então tinha animadores aqui que dizia essa é a grande transformação, vamos lutar pela Reforma Agrária, então eles, a gente se sentava, via a situação, lia a Bíblia, o que Deus faria? O que Jesus faria naquele momento? E depois? Ele faria isso, isso, então tentou de fazer o que Jesus nos pede, então este foi o princípio, à situação a partir de viver a palavra de Deus. Então, essa palavra de Deus foi aplicada, por exemplo, quando esse grupo se juntava e aumentava, então, se juntava a um Grupo Eclesial de Base aqui principalmente na Félix Tomás com João Araújo que era um animador e mais outros, então, trabalhavam para congregar também pessoas, lavradores de Lages do Batata e de Várzea Nova⁸⁹.

Esse relato de memória do Padre José Hehenberger revela uma prática eclesial na região de Jacobina, que é política. Ao recordar dos significados que assumiram os grupos das Comunidades Eclesiais de Base – CEB na paróquia de Jacobina a partir de sua chegada em 1979, quando o movimento de base pastoral evangelizadora começou a operar no tecido das contradições da conjuntura social em toda zona rural da região, colocando-se ao lado dos homens e mulheres menos favorecidos. O trabalho pastoral das Comunidades Eclesiais de Base foi se desenvolvendo e se ampliado junto aos grupos de Ação Católica Rural – ACR, que foi introduzida juntamente com a criação da CPT na Paróquia de Jacobina por Padre José Hehenberger.

O pároco se engajou na luta de trabalhadores rurais sem terra de Várzea Nova, formando grupos de animadores que eram compostos por agricultores leigos nos povoados e acampamentos de assentados na zona rural. Essa maneira de atuação pastoral de padre José Hehenberger, construiu de certa maneira os trabalhos da Comissão Pastoral da Terra, onde a metodologia adotada de formação de grupos de animadores leigos contribuiu para fortalecer a dimensão intrinsecamente libertadora do discurso evangélico entre os trabalhadores sem terra de Várzea Nova, operando junto ao discurso sindical rural de luta em defesa da posse da terra daqueles trabalhadores.

No trabalho de reedição da memória das lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova, os atores sociais relembram da ACR como um movimento de animação cristã no meio rural. Isso porque, alguns agricultores tinham sido convocados a participarem da formação de grupos de agricultores ligados ao sindicato para desenvolverem nas suas comunidades o trabalho de formação dos lavradores a partir de um curso que tinha sido implantado no intercâmbio existente, entre a CPT de Jacobina, a Diocese de Bonfim e a

⁸⁹ Entrevista. Padre José Hehenberger. 29 de Dezembro de 2010.

Diocese de Juazeiro-BA, onde os representantes do sindicato de Várzea Nova, Jerônimo e Moisés Vitório haviam participado, como recorda Antônio Cravo:

Esse movimento aqui em Várzea Nova, nesse tempo era município de Jacobina ai foi quando veio um trabalho da ACR [Animação Cristã no Meio Rural] e Jerônimo foi fazer uma pregação de evangelho sobre a terra que tem no livre de “Êxodo, Reis”. E a gente resolvemos entrar aqui, e a luta aqui [na Fazenda Conceição] apertou, e eu com muita empolgação de querer ver a gente com um pedaço de terra, eles acharam bom que eu representasse a CPT paroquial no Centro Diocesano e eu lia muito bem aquele Livro de Josué da ocupação de terra do Egito, essas coisa assim, e a gente foi se conscientizando que o caminho era ocupar a terra...⁹⁰.

Os encontros de formação dos lavradores tornaram-se frequentes na agenda das lideranças do sindicato por meio dos trabalhos da CPT, realizados sob a coordenação do padre José Hehenberger, na Paróquia Santo Antônio de Jacobina, interligados à mesma linha de trabalho das pastorais da terra das Dioceses regional de Senhor do Bonfim e de Juazeiro. Eram desenvolvidas atividades conjuntas de valorização e formação educacional dos agricultores do Semi-Árido em encontros que tratavam, entre outros temas, da importância da reforma agrária na região e de convivência com a seca. Alguns dos materiais revelam em seu conteúdo, a forte valorização de uma linguagem que evoca práticas do cotidiano dos trabalhadores do campo, centralizando o papel ideológico da religião, da mística da ala da Igreja Progressista, desnaturalizando, sobretudo, a condição do trabalhador rural que vivia aprisionado pelo latifúndio labutando nas fazendas. Um chamamento para a luta, fundamental para a conquista da terra e da sobrevivência do trabalhador rural.

O relato de memória do agricultor Antônio Cravo revela o resultado da prática de formação pastoral entre os trabalhadores sem terra, que se envolveram nas atividades do sindicato rural de Várzea Nova, onde o discurso religioso de caráter genérico e simbólico assume um significado prático na vida comunitária da roça, voltada para atender às necessidades mais latentes dos trabalhadores rurais. Esses discursos foram traduzidos através de cânticos, em cartilhas produzidas pela ACR, contendo uma linguagem simbólica, tecendo uma crítica reveladora das contradições no campo. Os “cânticos” que eram utilizados nos grupos de animação centralizam a problemática da terra e a necessidade dos trabalhadores rurais articularem-se nas organizações de caráter popular de base rural como ferramentas políticas viáveis para conquistar a terra.

Um dos exemplos desse discurso está num cancionário do lavrador, na cartilha: “Nós Lavradores Unidos no Senhor”, produzida pela Central da Ação Católica Rural - ACR em

⁹⁰ Entrevista. Antônio Cravo. 10 de março de 2011.

Recife-Pernambuco que chegou à Jacobina através dos cursos organizados pela CPT paroquial para animação cristã no meio rural, reeditada da memória dos narradores do sindicato. Sua metodologia revela um fazer que é pedagógico das atividades de formação dos lavradores que tinha como objetivo, através de uma linguagem popular, “cantar a vida e a luta do homem do campo” na distribuição desses cânticos procurava-se seguir o método *ver-julgar e agir*.

EU SOU ROCEIRO

Eu sou roceiro vivo de cavar o chão/ As minhas mãos são calejadas meu senhor/ Me falta terra, falta casa, falta pão/ Vivo bem longe do Brasil do lavrador./ [REFRÃO] SÓ TENHO ENCHADA E TÍTULO DE ELEITOR/ PRA VOLTAR EM SEU FULANO EDUCADO/ QUE NADA FAZ PELO POBRE AGRICULTOR/ QUE NÃO TEM TERRA PRÁ FAZER O SEU ROÇADO./ Sou um soldado retirante sem medalha/ Sou estrangeiro quando pego a reclamar/ Sou camponês que usa tanga e sandálias/ Sou brasileiro só na hora de votar./ Este país é do tamanho de um continente/ mas não tem terra para o homem da mão grossa/ De norte a sul do nascente ao poente/ Vivo a procura de um lugar pra fazer roça⁹¹.

Esses cânticos centralizam os trabalhos de base desenvolvidos pelo Pe. José e focaliza a necessidade de politização dos agricultores para lutar contra o sistema de opressão, materializado no controle dos latifundiários sobre as terras. Essa prática eclesial na região, de lutar junto ao trabalhador oprimido, havia sido incentivada pelas centrais paroquiais em muitos lugares da Bahia, a exemplo do discurso expresso em uma cartilha intitulada “O povo descobre a sociedade” de 1984, editada pela Diocese de Juazeiro como meta do projeto de organização dos lavradores, onde D. José Rodrigues de Souza, Bispo da Diocese de Juazeiro argumentava a síntese do objetivo principal dos trabalhos de base, “liberdade com justiça”:

No anseio de nosso povo está a síntese difícil, mas não impossível, da LIBERDADE COM JUSTIÇA. Essa síntese, o povo vai realizando nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nas Associações de Bairros, nos Sindicatos livres e autônomos, nos Partidos Políticos que lutam por uma nova sociedade e em outros tipos de organização popular. Queriam impedir a organização e a luta pela justiça. Por isso, queremos colocar nas mãos de vocês esse livrinho. Ele vai ser nosso instrumento de trabalho nesse estudo. Ele é a enxada que a gente vai usar para capinar a roça. Mas se aparecerem outros instrumentos para a gente ir limpando a roça, vamos aproveitar. O importante é a roça não a enxada⁹².

É, no entanto, nesse caminho de contribuir para emancipação dos trabalhadores rurais, onde pudessem vislumbrar justiça social por meio da conquista da terra, que Padre José

⁹¹ “NÓS LAVRADORES”: Unidos Senhor. ACR – Animação Cristã no Meio Rural do Brasil; 4ª Edição, Recife Pernambuco, 1987.

⁹² Diocese de Juazeiro – BA. *O povo descobre o socialismo*: Subsídios para reflexões de CEBs. Edições Paulinas, Juazeiro Bahia.

Hehenberger empenhou-se em desenvolver o trabalho pastoral pelo método ver-julgar e agir, através dos trabalhos desenvolvidos nas CEBs e logo implantou um núcleo da Ação Católica Rural – ACR. Lembra que desde que chegou à Paróquia de Jacobina começou a desenvolver trabalhos de formação dos trabalhadores rurais que em conjunto motivaram a ideia de criação da Associação Casa dos Lavradores – ACCL, para apoiar as atividades de formação dos lavradores da região e auxiliar os estudos dos filhos desses lavradores, em Várzea Nova, Ouroândia, Miguel Calmon entre outros municípios com forte presença de agricultores que necessitavam de moradia em Jacobina. A criação da ACCL em 1980 recebeu recursos para implantação dos grupos de Animação Católica Rural em Jacobina, por influência do padre José Sevat, de Recife.

A Casa dos Lavradores é também fruto da ACR. A ACR foi [construída] quando chegou o Padre *José Sevat* que chegava de Recife, foi apoiado por Dom Jairo, então eles fizeram as visitas em todas as paróquias e fizeram um trabalho, e depois aqueles que estavam trabalhando com ele, a questão da conscientização, porque os padres chegavam na roça, trabalhava com o povo e fizeram a reflexão, então os lavradores dizia que nós precisamos fazer uma coisa pra os nossos estudantes, esses jovens que tem de estudar, e aqui não tem ginásio, então vamos fazer uma casa de uma hospedagem para a gente conseguir também dar apoio aos jovens né, para eles dormirem lá e estejam em condições de freqüentar as escolas. Então, a partir disto esses lavradores que se reunirão lá em Nazaré na casa das irmãs e disse vamos criar uma casa para onde eles podem porear [referente a celebrações carismáticas] e a partir desse grupo foi fundado a Associação Comunitária Casa dos Lavradores e foi começando a construção no dia 1 de abril de 1980. Então começamos esse marco né, então os lavradores criaram a própria casa e que usavam como casa de apoio para os estudantes, depois para hospedaria dos pais quando estudavam, e também pra reuniões né, então foi a partir disto que surgiu a casa dos lavradores e tem servido muito nesta luta porque os lavradores ficaram mais independentes por que antes tinha todo apoio no convento das irmãs Missionárias do Espírito Santo e também na Paróquia onde a gente podia fazer reuniões. Então a partir disto é que construímos essa Casa dos Lavradores junto com eles no mutirão também com ajuda dos pobres, então a gente recebeu uma reforma para a casa em Nazaré, então dizemos, vamos então dar a metade aos pobres, então quando a gente recebia uma coisa para a Igreja, a metade vamos dar [aos pobres] com esse método conseguimos construir a Casa dos Lavradores...⁹³.

Esse relato oral de memória do padre José Hehenberger reconstrói o caráter político e social de sua opção preferencial pela causa de muitos trabalhadores rurais, explorados em sua maioria pelos latifundiários, dedicando-se à luta dos trabalhadores através da animação cristã no sindicato de Várzea Nova. Nesse sentido, os grupos formados pela animação cristã no

⁹³ Entrevista Padre José Hehenberger. 29 de Dezembro de 2010.

meio rural recebiam total influência da CPT, agregaram vários trabalhadores do sindicato rural de Várzea Nova que lutavam pelo direito à posse das terras sob dominação de fazendeiros. A Pastoral da Terra, principalmente através do padre José, empenhou-se em fortalecer a causa dos trabalhadores do campo desenvolvendo práticas de associativismo como apoio à construção de uma organização que agregasse os trabalhadores rurais, criou a ACCL – Associação Comunitária Casa dos Lavradores, fortalecendo a experiência sindical em Várzea Nova e suas necessidades sociais a partir da inserção no mundo da formação ideológica nas bases progressistas de sua prática eclesial.

Os relatos orais do padre José Hehenberger, juntamente com os de lideranças sindicais, quando entrecruzados aos relatórios da Pastoral da Terra de Jacobina, descreveram a situação dos trabalhadores nos acampamentos e apontam para uma rica e complexa problemática social de luta pela terra em Várzea Nova. Esse processo colocava em oposição dois discursos que nos dias atuais são conhecidos amplamente, mas, naquele período, relegava quase sempre os trabalhadores diante da sociedade a um julgamento que imprimiu efeitos de verdade. Os fazendeiros, grandes empresários, compunham em parte a elite política local, colocavam os trabalhadores diante da sociedade sob um julgamento desleal, construía uma representação dos trabalhadores envolvidos com a questão da terra, o estigma de “ladroes de terra”.

Entretanto, esse discurso nos conduziu a investigar os efeitos construídos das relações de forças entre fazendeiros/grileiros, movimento sindical e movimentos ligados à Pastoral da Terra. Nessa relação, a defesa dos trabalhadores do direito à posse das terras envolvia Sindicato Rural de Várzea Nova e as pastorais de base da Paróquia de Santo Antônio de Jacobina, motivando a luta dos trabalhadores enquanto imperativo de direito. Em oposição, o discurso de “preservação e manutenção da grande propriedade a qualquer custo” reunia grandes proprietários rurais não apenas de Várzea Nova, mas de região de Jacobina sob influência da União Democrática Ruralista- UDR.

A Comissão Pastoral da Terra passou a agenciar os trabalhadores na luta sindical e no processo de ocupação e permanência nas fazendas Conceição, Pau de Colher e da Fazenda Piedade, em Várzea Nova, provendo mantimentos para as famílias acampadas, denunciando os constantes conflitos entre os fazendeiros e trabalhadores acampados. No ano de 1988 a CPT divulgou um detalhado relatório no jornal “Ressurreição e Vida”, da Diocese regional de Senhor do Bonfim, colocando na pauta do ano a problemática da terra nas três áreas de acampamento de reforma agrária em Várzea Nova, o conteúdo do relatório tinha como

objetivo legitimar o trabalho de base desenvolvido pela pastoral em Jacobina, destacar a relevância das associações em defesa da causa dos trabalhadores para melhorar as condições de vida dos acampados, destacando também as ações, incentivando o cultivo coletivo do solo em atividades agrícolas de subsistência pelos trabalhadores nos acampamentos instalados nas fazendas, como por exemplo, roças comunitárias, mas, sobretudo, apresentaram um conteúdo de denúncia social dos conflitos de terra envolvendo fazendeiros e centenas de lavradores que resistiam, esperando que saísse à decisão do INCRA para obtenção da posse legal das terras.

A Paróquia de Jacobina, há mais de 8 anos, vem desenvolvendo um trabalho junto aos lavradores através da CPT. De 5 anos pra cá, foram surgindo na Paróquia, outros movimentos e organizações de apoio e orientação ao trabalhador rural, como por exemplo: ACR (Animação Cristã no meio Rural). ACCL (Associação Comunitária Casa dos Lavradores), etc. No ano [19]84, um grupo de animadores de comunidades da cidade de Jacobina preocupados com a situação de fome, desnutrição, analfabetismo e outros males que suas famílias vinham enfrentando, decidiram se organizar e fazer em conjunto todas as compras e aproveitar os quintais para o cultivo de pequenas hortas, etc. Com essa iniciativa surgiu uma organização de apoio e assessoria aos trabalhadores do campo e da cidade à qual foi dado o nome de Projeto da Iniciativas Comunitárias (INICOM); de 1985 até o momento atual, todas as Coordenações da CPT, ACR e INICOM, se reúnem mensalmente com as coordenações de grupos de hortas e roças comunitárias na Paróquia, (atualmente existem 25 grupos) para avaliar, planejar e decidir juntos os rumos a tomar no trabalho... [em cada] acampamento, diariamente você encontra 50 ou 60 pessoas, porque os outros estão roçando e queimando as terras para as trovoadas. Isso tudo é feito em mutirão. O maior problema enfrentado pelos acampados é: falta de água, alimentos, remédios, lonas para cobrir os barracos. Os alimentos mais necessários são: Feijão, farinha, fubá, rapaduras, açúcar, óleo, leite, café, arroz, sal. Remédios para: conjuntivite, desinteria, dor de cabeça, etc. Apesar das ajudas recebidas, estas não estão sendo suficientes para manter um total de 841 pessoas, e por isso a Paróquia de Jacobina, mesmo precariamente, continua assumindo. Por estes motivos, estamos apelando para as entidades que estão a serviço do povo, para que prestem solidariedade a este povo sofrido que luta pela terra para sobreviver⁹⁴.

Essa descrição do relatório da CPT aponta para uma prática social da pastoral no meio rural em toda década de 1980, onde as ações dos grupos de base da pastoral dedicavam-se em combater a pobreza rural, desenvolvendo trabalhos comunitários nos acampamentos com vista ao despertar dos lavradores para uma dimensão social e política que envolvia a questão da terra. A formação sistemática dos lavradores, que em maioria eram desprovidos dos rudimentos da educação formal, com atividades pastorais e de convivência comunitária, tornou-se condição prioritária para a manutenção e defesa do projeto de reforma agrária, como afirma o relatório.

Com esse trabalho mais sistemático, o nível de consciência dos trabalhadores foi aumentando por iniciativa própria e obrigados pela necessidade, decidiram juntos ocuparem terras que se encontravam ociosas, dando a elas a sua função social. Hoje

⁹⁴ Relatório Anual da CPT. Jacobina, 1988.

temos na Paróquia 6 áreas de ocupações com o total de 250 famílias. Algumas dessas áreas estão no plano de Reforma Agrária. Mas enquanto os órgãos competentes decidem como vão desapropriar, os trabalhadores desmatam as terras, constroem seus barracos, cavam seus tanques, abrem suas estradas, etc. e assim eles estão fazendo a verdadeira **REFORMA AGRÁRIA CONTROLADA PELO PRÓPRIO TRABALHADOR**⁹⁵.

Nessa perspectiva, a decisão dos grupos de trabalhadores acampados foi de permanecer nas terras, as quais três áreas descritas encontravam-se na zona rural de Várzea Nova sob influência do sindicato, pretendiam fazer uma reforma agrária, definia um cenário de luta política e social em favor da resistência dos trabalhadores sem terra, influenciada pelos grupos de animação no meio rural. Esse quadro construiu práticas de múltiplos significados na vida dos trabalhadores rurais em Várzea Nova. Os significados sociais desse conjunto de ações pastorais produziram discursos de efeitos motivadores de fazer a reforma agrária controlada pelos próprios trabalhadores.

3.3 Campos de lutas

O trabalho de análise de memórias dos trabalhadores, tendo como foco a prática política do sindicato rural em Várzea Nova foi-se consolidando em uma narrativa de diversas etapas, centralizando a luta pela terra. As diversas fontes utilizadas, incluindo os relatos orais revelaram alguns aspectos dessa luta. Os documentos escritos reforçaram em grande parte os discursos dos depoimentos orais de algumas lideranças do Sindicato e da Igreja, sobretudo, a dimensão da produção de violência rural em torno da problemática pela terra no município.

Um desses temas recordados refere-se à violência rural em Várzea Nova, ressoando em Jacobina, cidade pólo regional pelo fato de ser sede da Pastoral da Terra, sendo pauta de diversas reivindicações dos trabalhadores e motivou audiências públicas por diversas vezes em Salvador, provocado pela acirrada disputa entre trabalhadores assentados e fazendeiros/grileiros de Várzea Nova e região. Nesse sentido, analisar o clima de conflito e de violência rural enquanto experiência histórica da luta sindical em Várzea Nova significa trilhar a produção de significados dos atores sociais, constituindo elemento fundamental para compreendermos um aspecto importante da problemática em torno da luta pela terra naquele perímetro rural.

É significativo perceber nos relatórios da CPT e no depoimento oral do padre José Hehenberger, o discurso de denúncia do quadro de perseguição e violência aos lavradores,

⁹⁵ Relatório Anual da CPT. Jacobina, 1988.

que se estabeleceu na cidade, a partir das fazendas, onde os lavradores permaneciam acampados em regime de reforma agrária. Esse cenário de violência rural provocou um ambiente de medo e tensão entre as lideranças sindicais, suas famílias, principalmente, e lideranças da Igreja envolvidas com a causa da reforma agrária no período, resultado de uma disputa conflituosa entre trabalhadores rurais e fazendeiros/grileiros da região.

A prática adotada pelos fazendeiros para conter a luta dos trabalhadores foi de repressão aos lavradores e tornou-se conhecida publicamente, a partir de sucessivos atentados, com alguns assassinatos de trabalhadores rurais e lideranças do sindicato em Várzea Nova, que estavam sobre a proteção da Comissão Pastoral da Terra – CPT de Jacobina. Essa prática de violência era freqüente, com fortes ressonâncias na produção de significados da população, revelando ambigüidades múltiplas, e, promovendo um sentimento de insegurança não apenas na zona rural do município de Várzea Nova, mas em toda região de Jacobina. Padre José Hehenberger relembra que a convivência com todos estes tipos de violência rural começou quando a Igreja, através do trabalho da CPT em 1980, decidiu realizar constantes manifestações públicas em defesa dos trabalhadores acampados. A CPT, através de sua prática pastoral, era constantemente convocada pelos trabalhadores a defender a legitimidade do direito do homem do campo na justiça, em decorrência de questões que iam desde as relações de trabalho entre fazendeiros e lavradores, e principalmente situações do cotidiano nas fazendas, como “derrubada de cercas” para acampamentos, “tentativas de assassinatos de trabalhadores por pistoleiros mandados por alguns fazendeiros”/grileiros locais, entre outros aspectos, desenhando uma relação conflituosa e violenta:

Quando nós fomos convidados em oitenta (80) foi esse primeiro conflito, onde Gracindo [fazendeiro] foi convidado ao juiz e nós também para o juiz porque eles derrubaram a cerca lá e o fazendeiro levantou, então a gente fez assim uma manifestação, e a Igreja, o Dom Jairo chegou, chegou para nos defender, e também num grande conflito de vinte três (23) de janeiro de 1980, então chegou um conflito assim, 80; 81; 82, ele chegou numa manifestação com sessenta (60) policiais né, para nos proteger porque a gente tinha feito uma manifestação, fomos ameaçados de ser tudo, fomos dizer,(...) mas depois quando chegou esse pelotão de soldados então eles não podiam mas fazer nada, porque foi tudo protegido e coordenados pelos caras né. Foi a manifestação na frente da Igreja Matriz né, então isto foi já uma situação bastante difícil né. Mas depois a gente afirmou sempre mas está caminhada, depois foi a situação no sentido de que os lavradores foi percebendo que tem direitos, por que nós fizemos também o estudo ante dos direitos humanos, então a gente começou em [19]79 já estudar semanalmente as declarações dos direitos humanos que estavam ligados com a Bíblia e com o pronunciamento de igreja se a Igreja naquele tempo abriu mesmo todo verbo, e Dom Jairo quando ele ia para a

televisão ou para o rádio ele falava firmemente defendendo os lavradores né, foi assim que o movimento sempre mas crescia também com manifestações na rua⁹⁶.

A narrativa de padre José Hehenberger, centraliza o papel de Dom Jairo Matos da Silva, bispo de Diocese regional, principal responsável pelas posições adotadas da Igreja frente à questão da terra na região. Assim, constrói a partir das práticas adotadas pelos párocos nas suas pastorais e grupos de base que se propuseram na defesa da causa dos trabalhadores, influenciada pelos princípios de vida e libertação, tão presentes no fazer eclesial dos párocos nas paróquias sob sua coordenação. Naquela ocasião, a sua orientação era seguir os apelos dos princípios da Declaração dos Direitos Humanos de defesa da vida dos lavradores do campo nas suas múltiplas dimensões, para garantir a paz frente à violência rural, preservação dos valores da vida e a integridade do homem do campo. Sem dúvida, um dos aspectos que Padre José evocou em sua memória, quando, referiu-se a Dom Jairo Matos, primeiro destaca sua influência nas paróquias sob a coordenação da Diocese de Senhor do Bonfim, segundo afirma que as dioceses e as paróquias da região estavam todas empenhadas no propósito de defender os lavradores e levantar a bandeira da justiça social no campo e da preservação da vida do trabalhador rural, formando uma rede política e social na luta por direitos.

Entretanto, sob essas orientações pastorais, padre José Hehenberger, ao mencionar muitas situações de violência contra o trabalhador rural, logo em 1980, início de década que seria marcada por muitas lutas sociais da Igreja em defesa dos trabalhadores e também muitos conflitos, perseguições e mortes de muitos lavradores em toda a região. Em janeiro de 1989, Dom Jairo Matos deixou uma mensagem, publicada no editorial “Ressurreição e Viva” da Diocese de Senhor do Bonfim, e no Relatório Anual da CPT de Jacobina, a todas as paróquias sob a sua liderança, reafirmando o compromisso da Igreja com a justiça social e, sobretudo, um apelo à paz, que contrastava com a violência e as desigualdades experimentadas em toda aquela década pelos trabalhadores do campo, sua mensagem em data de final de ano chamava a atenção pelo apelo em renovar as esperanças em novos tempos de paz e justiça social para os pobres e explorados que lutavam nas suas organizações de base contra o latifúndio e a favor da distribuição das terras no Brasil.

[...] surge para nós um novo ano, que desejamos seja transbordante de bênçãos divinas, da continuação de nossos esforços em favor dos direitos humanos, repleto

⁹⁶ Entrevista. Padre José Hehenberger. 29 de Dezembro de 2010.

de nossa presença cristã que, com perseverança, deve libertar todos os oprimidos e saciar todos os que padecem de qualquer carência. Que a paz não seja apenas um tema de discursos proferidos em torno de mesas fartas. Que a paz não seja só uma palavra nos cartões de “Boas Festas”. Que a paz não seja somente vago desejo em nossos momentos de prece, mas algo verdadeiramente real que cada um oferece, de coração aberto, ao seu irmão. Todos nós somos convidados a sermos construtores da paz. Só haverá paz, no entanto, se houver prática da justiça. Se os governantes não cumprirem o que prometeram em suas campanhas políticas, haverá desassossego. Por outro lado, se os governados não se unirem na conquista de suas aspirações, não Este é o grandioso presente que desejo a todos, de modo especial aos desvalidos, aos que sofrem, aos explorados, enfim aos mais pobres: **A PAZ DO SENHOR JESUS ESTEJA COM TODOS**. Haverá prosperidade, mas tão somente estagnação ou retrocesso. Enquanto não haver pão em todas as mesas de maneira suficiente, o ser humano estará sempre inquieto ou revoltado. Este é o grandioso presente que desejo a todos, de modo especial aos desvalidos, aos que sofrem, aos explorados, enfim aos mais pobres: **A PAZ DO SENHOR JESUS ESTEJA COM TODOS**⁹⁷:

Padre José também reedita os embates da relação de poder e tensão na região, entre os trabalhadores sem terra, sob influência da Pastoral da Terra de Jacobina, colocando em oposição os movimentos de base rural *versus* fazendeiros/grileiros de terras quando ocorreram os primeiros atos de repreensão a trabalhadores que pleiteavam ocupar áreas griladas em Várzea Nova, essa relação conflituosa foi se revelando ano após ano, em práticas de pistolagem, ganhou dimensões e espaços para além do cotidiano rural dos trabalhadores, passou a ser questão de Tribunal de Justiça de Jacobina e de segurança pública, com fortes intervenções do Poder Público Estadual através da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia.

3.4 Ressonâncias da violência rural

As ações do Padre José Hehenberger junto à Pastoral da Terra de Jacobina expressa nos relatórios caminharam na direção de tornar público os atos de violência impingidos pelos fazendeiros e grileiros contra os trabalhadores acampados em Várzea Nova, sobretudo nos anos de 1988 e 1989, quando ocorreram diversos assassinatos de trabalhadores rurais no município. Procurando denunciar os atos dos fazendeiros/grileiros, esclarecendo que esses eram participantes de um grupo de latifundiários da região nomeado “comando de morte,”⁹⁸

⁹⁷ Jornal Ressurreição e Vida. *Diocese de Senhor do Bonfim-Bahia*. Ano 14. Janeiro de 1989, Nº 167.

⁹⁸ O termo “Comando de Morte” foi empregado pelos movimentos sociais da região de Jacobina, sobretudo, como estratégia discursiva para referir-se às práticas de representantes do grupo político UDR na região de contratar pistoleiros para assassinar trabalhadores e lideranças de movimentos sociais ligados à luta pela reforma agrária. A UDR – União Democrática Nacional foi criada durante o governo Sarney, com o objetivo de vetar a aprovação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que consistia em uma ampliação do Estatuto da Terra. Ver *Clarissa F. do Rêgo Barros* MST: história, luta e perspectivas. História é agora: Revista de História em tempo presente: www.historiagora.com/dmdocuments/Artigo_MST.pdf, com acesso 14 de setembro de 2011.

integrantes da UDR – União Democrática Ruralista – que já praticava a violência contra os trabalhadores na região de Jacobina e em muitos outros municípios da Bahia, desde sua criação nos “anos de chumbo” da ditadura militar por um grupo de fazendeiros que detinha a maioria dos latifúndios, e por extensão, o poder político e econômico local.

Os detalhados relatórios produzidos anualmente pela CPT de Jacobina eram publicados no Editorial “Ressurreição e Vida” da Diocese Regional, com sede na cidade de Senhor do Bonfim e apontavam sucessivas denúncias realizadas pela Pastoral da Terra de Jacobina, em defesa dos trabalhadores em acampamento do sindicato rural de Várzea Nova e dos movimentos de base envolvidos com a questão da terra na região. Um desses relatórios, publicado em 1989, revela que, entre os anos de 1997 e 1988, os conflitos nesse período, intensificaram nas três áreas de acampamento em Várzea Nova, após inúmeras denúncias feitas pelo sindicato à delegacia de polícia e a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia.

As denúncias testemunhavam alguns fatos que tinham sucedidos entre os anos de 1988 e 1989, onde alguns lavradores e lideranças do sindicato estavam sendo ameaçados de morte com frequência por pistoleiros, a mando dos fazendeiros/grileiros, Luis Lima, Arlindo Caíca e José Benigno Filho (o Zé Vaqueiro). Em outubro de 1988 ocorreram os assassinatos dos agricultores, José Augusto, de um lavrador acampado na fazenda Conceição conhecido por Té, e, em 1989, várias tentativas de assassinato ao padre José Henheberg junto com alguns membros do movimento de Animação Cristã no meio rural, culminando com o assassinato de Moisés Vitório dos Santos, presidente fundador do Sindicato dos Trabalhadores de Várzea Nova, em novembro de 1988.

Esses acontecimentos revelam a violência rural naquela região. Os relatórios da CPT, alguns jornais de circulação em todo Estado, a exemplo do *Jornal a Tarde* e do *Correio da Bahia* e, principalmente, a memória dos atores sociais ligados à causa da luta pela terra, expressaram aspectos que associavam conflitos pela terra e violência rural enquanto experiência marcante na vida dos atores sociais, produzindo discursos que delineiam múltiplos significados sobre esta problemática.

Essa memória produzida em um tempo de luta e dificuldade para os atores sociais é refeita no presente de forma dolorosa e delicada. Em uma das leituras possíveis, suscita de maneira bem explícita as práticas de violências contra lavradores, revela estratégias de uma rede de representação de defesa dos trabalhadores rurais, composta por: sindicato rural, associação de lavradores e a CPT, enquanto segmento da Igreja, dedicados a combater os

discursos e as práticas de grupos dominantes do poder, relativos à manutenção da propriedade da terra nas mãos dos fazendeiros. Esses testemunhos denunciam de certa forma o esforço desses segmentos sociais ligados a defesa dos trabalhadores em deslocar os sentidos negativistas atribuídos a luta dos trabalhadores no movimento sindical, procurando dessa forma mostrar quem eram os verdadeiros culpados pelos atos “contra a vida dos lavradores”: os fazendeiros/grileiros.

Em um manifesto redigido por várias organizações de defesa da luta dos trabalhadores em 1989, sob o título “Terror em Jacobina”, observa-se claramente, os embates discursivos ligando sindicatos e movimentos de base da Igreja em defesa dos trabalhadores contra os fazendeiros ligados à UDR de Jacobina, agenciadora de práticas violentas contra lavradores de movimentos sociais que lutavam pela questão da terra na região.

Nós, Trabalhadores Rurais da Região de Jacobina, Dirigentes Sindicais, do campo e da cidade de Salvador, Agentes Pastorais da Diocese de Bonfim, Entidades Populares, vimos a público denunciar o clima de violência e assassinatos cometidos contra os lavradores dos Municípios de Várzea Nova e Caém, por fazendeiros, pelo fato de [os lavradores] estarem defendendo a posse da terra onde sempre viveram e trabalharam. Nos últimos 90 dias a sanha assassina do comando de morte da região (UDR e seus comparsas) tiraram as vidas de Edvaldo Félix de Almeida (22.09.88). 4 filhos, na Fazenda Engano, de propriedade de Gildo Ferreira Franco; José Augusto (15.10.88), pelos pistoleiros: Antonio Cabeludo, Manoel Galego e Expedito de Tal; Sindicato de Várzea Nova, pistoleiros: Jurandi Inácio de Souza e Valdeci Inácio de Souza (Murro), os dois últimos tendo como mandantes Luis Lima, José Benigno Filho (Zé Vaqueiro), Arlindo Caíca, Chico Rocha (Diretor da URD local); em 21.10.88 foi encontrado totalmente carbonizado, na região de Paraíso, mais uma vítima do terror que vem imperando, até agora não identificado. Além dessas mortes, os lavradores Minaldo, Mirocho e Edilson todos em Várzea Nova, foram vítimas de atentado à bala, faca e facão pairando ainda sobre eles e mais sobre toda a família do Sr. Liberato Joaquim (5 pessoas); Manoel, Claudionor Ananias da Cruz, José Francisco, Luísa Edna (secretária do STR de Várzea Nova); José Henhemberg, pároco da região de Jacobina; José Lages (presidente da Associação dos Bancários), Emanuel Barbosa Gomes (Advogado do Sindicato dos Mineiros) por ostensivas ameaças de morte...⁹⁹.

Esse documento produzido pelos segmentos organizados de trabalhadores em Jacobina e região denuncia os atos de violências cometidos a trabalhadores rurais em Várzea Nova e em outros municípios da região de Jacobina, aponta para uma série de práticas de disputas no campo social e político em torno da problemática da terra, ocorridas na região de Jacobina. Nesses embates de poder, inúmeras audiências judiciais foram realizadas para decidir o direito

⁹⁹ Manifesto. “terror em Jacobina”. Sindicatos: Pólo Sindical de Senhor do Bonfim; Sindicato dos Mineiros de Jacobina; Pólo Sindical de Ibotirama; SINTTEL; SINTIQUIMICA; METALÚRGICOS; DINDEA; SNOPEC; SINDIGRÁFICOS. 1989.

de posse de terras; julgamentos de assassinatos descritos nos processos crimes¹⁰⁰ dentre outros, são elementos que delineiam as dimensões da disputa pela terra envolvendo movimentos sociais de base trabalhadora e UDR. No entanto, essa tônica de denúncia à violência rural, operava na produção de sentidos junto à opinião pública em todo Estado e visava esclarecer aos órgãos de segurança pública do Estado sobre uma prática muito comum dos latifundiários para conter a luta dos trabalhadores: produzir o medo. As organizações de defesa dos trabalhadores denunciavam essas práticas violentas em manifestos de repúdio a fim de mostrar quem eram os principais causadores da violência que vitimava lavradores e causava um sentimento do medo na sociedade. Documentos como estes, foram produzidos também pelos setores trabalhistas da região e enviados à Secretaria de Segurança Pública do Estado, a fim de cobrar medidas de segurança em face daquelas práticas contra a vida de lavradores e lideranças envolvidas com a causa da reforma agrária na região.

Segundo o manifesto, os atos de violência contra lavradores haviam promovido um “clima de terrorismo” em Várzea Nova, sob o comando da “sanha assassina da UDR”. Pode-se pensar como os segmentos ligados à causa dos trabalhadores, (sindicatos e movimentos de base da Igreja), estabelece uma rede de defesa dos trabalhadores, dedicada em denunciar formas de violências impingidas por fazendeiros ligados à UDR aos trabalhadores rurais do sindicato em Várzea Nova que lutavam pela posse das terras. Nesse sentido, as entidades ligadas aos trabalhadores que lutavam pela terra, produziam manifestos em protesto para chamar atenção dos órgãos governamentais para punir os assassinos ligados ao “comando de morte” da UDR, responsável por muitas mortes de trabalhadores em toda região de Jacobina no período.

Observa-se ainda, nessa produção de memória, como foram sendo construídas práticas de resistências e de defesa dos trabalhadores. Padre José Henhemberg reedita uma memória permeada de simbologia própria da pregação do evangelho, através da teologia da libertação, associa as lutas e conflitos a formas de resistências e aos frutos obtidos pela luta dos trabalhadores que provocaram mudanças na sociedade, “os conflitos foram frutos do trabalho [...] Como Jesus foi crucificado, nós também fomos perseguidos, porque provocamos uma mudança, então muita gente se colocou contra essa mudança né, mas é uma mudança

¹⁰⁰ Os processos que dizem respeito a julgamentos de direitos de posse e julgamentos de assassinatos de trabalhadores rurais, não foram utilizados neste trabalho por falta de acesso em tempo hábil, porém, encontram-se no Arquivo do Fórum Jorge Calmon Jacobina-BA.

necessária, então todas as situações para mudar é quando nós temos coragem de pagar o preço, então nós pagamos o preço do trabalho, e uns pagaram com a vida”¹⁰¹.

Nesse sentido, essa produção da memória que reorganiza significados diversos da luta e resistências dos trabalhadores rurais evocam práticas sociais e políticas vivenciadas em tempos de repressão e formas de violência contra os trabalhadores rurais. Após a série de atos de violência, praticados contra os trabalhadores no último mês do ano de 1988 a 1989, os movimentos de defesa dos trabalhadores realizaram diversos atos públicos de protesto, como um que iniciou na sede da cidade de Várzea Nova e terminou nos acampamentos, da Fazenda Piedade, e da Fazenda Conceição, onde estavam acampados os trabalhadores, estando presentes, além de representantes da Igreja, CPT e do sindicato, o Juiz da Comarca de Jacobina, advogados da UDR e representantes dos diversos seguimentos da Segurança Pública do Estado. O relatório descreve o ato como uma “manifestação pública em Várzea Nova - 13/12/88” e aponta para suas finalidades:

a – Prestar solidariedade e apoio às famílias enlutadas. b – Levar ao conhecimento da população, a luta e a resistência dos trabalhadores organizados. c – Conscientizar a população de que através da luta e organização do povo é que a lei começa a funcionar. A manifestação começou às 11:30 horas e foi até as 14:00 horas (1ª parte na cidade), com a presença de mais ou menos 1.000 pessoas. A concentração foi em frente ao supermercado do grileiro Sr. Luís Lima. Durante o ato, várias pessoas: representantes de grupos de roças e hortas comunitárias, pessoas ameaçadas de morte, representantes de sindicatos, advogados, igreja, etc. O Deputado Estadual (PT) Alcides Modesto falou em nome da Comissão Parlamentar para Investigação de Inquérito, que foi formada (5 Deputados) para investigações do caso durante 6 meses. Terminada a Manifestação, os carros vindos de várias Paróquias da Diocese, se deslocaram para a Fazenda Piedade para participarem da Vistoria que foi feita pelo Juiz de Direito, 2 Advogados (UDR), 1 Agrônomo, 2 Advogados (ALS e ACTAPEB), Deputado Alcides Modesto, 1 Lavrador representando as Associações, 2 Oficiais de Justiça e por Joval (filho de Zé Vaqueiro que era quem indicava aos pistoleiros as pessoas que deviam morrer). Enquanto isso os participantes da manifestação ficaram reunidos na sede da Fazenda com a Advogada da CPT Diocesana que informava a todos o que estava acontecendo. A vistoria terminou às 17:00 horas e em seguida todos voltaram para seus lugares. Os policiais ainda continuaram na área, durante 2 semanas, depois foram embora. O inquérito foi interrompido durante alguns dias para que o delegado pudesse estudar os depoimentos que foram apurados. No dia 16/12/88, o delegado voltou à Jacobina e deu continuidade às investigações, ouvindo as pessoas que ainda faltavam¹⁰².

O ato público dos trabalhadores cobrava das autoridades apuração dos visíveis casos de ameaças de morte, perseguição que naquela ocasião configurava um ambiente complexo de violência rural que já havia ceifado a vida de diversos lavradores. O clima de intranquilidade dos trabalhadores tinha resultado num desfecho trágico, principalmente após a morte de um popular em Várzea Nova conhecido por José Augusto, quando foi confundido por um

¹⁰¹ Entrevista. Padre José Hehenberger. 29 de Dezembro de 2010.

¹⁰² Relatório anual da CPT. Jornal Ressurreição e Vida. Ano 14. Nº 167, Senhor do Bonfim-BA. Janeiro de 1989.

fazendeiro que o tomou por João Pedro Alves de Souza, conhecido por “Pedro Liberato”, uma das lideranças dos trabalhadores do sindicato. Padre José recorda que o popular “foi entrar no supermercado em Várzea Nova e foi reconhecido como lavrador nosso, mas eles achavam que talvez fosse um nosso, foi chamado o pistoleiro e o pistoleiro matou José Augusto, no supermercado em Várzea Nova”¹⁰³, e como se não bastasse, no dia seguinte, “...os pistoleiros, continuaram seu clima de terror, ferindo o pescoço do Sr. Miroxe, morador na área [acampamento na Fazenda Piedade]. Dispararam também três tiros no Sr. Minaldo, não o acertando”. Estão ameaçados de morte pelos pistoleiros, toda a família do Sr. Liberato; Luísa Edna (Secretária do STR de Várzea Nova); Pe. “José (Vigário de Jacobina), além de vários lavradores”. Essas situações de violência foram comunicadas às autoridades locais, tendo conhecimento, inclusive, “o próprio Dr. Larangeiras do [DEPIM – Departamento de Polícia Inter Municipal cuja central era em Juazeiro-BA]”¹⁰⁴,

As denúncias do pároco, juntamente com os relatos da CPT, revelaram os percursos da violência rural, resultado da disputa pela terra, e por extensão, da disputa política entre movimentos sociais x fazendeiros/grileiros, na qual os embates de poder equacionaram a violência, a tensão e o medo no campo e na cidade, resultado da experiência social em torno da conquista problemática da terra. Essa experiência trilhou pelos caminhos que levavam as organizações de base da Igreja a alertar a opinião pública sobre as conseqüências trágicas que colocavam em perigo constante a vida dos lavradores, resultado das práticas violentas dos grileiros contra os atores sociais que só lutavam por um “pedaço de terra para plantar e colher”. Nesse sentido, os relatos dos casos de violência contra lavradores documentados pela CPT revelam o lugar de produção dos discursos do segmento da pastoral na defesa dos direitos e da preservação da vida dos trabalhadores sem terra do sindicato rural, focalizando a necessidade de que se tinha de segurança no campo, em meio ao clima de violência rural provocado pela ação de pistoleiros que trabalhavam para fazendeiros/grileiros envolvidos em práticas de violência na zona rural de Várzea Nova.

3.5 Resistências, segurança e justiça: “Agricultores acampados em Salvador”

A resistência dos trabalhadores rurais diante do quadro de violência que havia sido produzido é um dos aspectos mais significativos que permearam as relações conflituosas no jogo de luta pela terra que fizeram trabalhadores rurais e fazendeiros/grileiros, serem capazes

¹⁰³ Entrevista. Padre José Hehenberger. 29 de Dezembro de 2010.

¹⁰⁴ Relatório anual da CPT. Jacobina-BA. 1988.

de exercer discursos e práticas antagônicas, configurando uma relação de forças, sobremaneira conflituosa. Os percursos que engendraram essas histórias de lutas e formas de resistências diversas foram tecidos por memórias de múltiplos significados, advindas de vestígios documentais e, principalmente, narrativas orais de atores sociais que vivenciaram aqueles tempos de violências e sobreviveram para narrar aquelas ameaças; perseguições e mortes de trabalhadores rurais. Esse trabalho de reconstrução das memórias da resistência é refeita nas lembranças do padre José Hehenberger, centraliza também dois aspectos significativos daquelas formas de manifestação de lutas sociais. Nessa perspectiva, as suas lembranças nos levaram a investigar também nos documentos e fragmentos de recortes de relatórios, jornais conhecidos da mídia impressa baiana que operaram discursos diversos que mostram como os órgãos institucionais da esfera estadual enquanto poder público e representante da sociedade foi percebendo aquela problemática de violência no campo com as denúncias feitas pelos segmentos de trabalhadores, e quais foram os seus efeitos para a reivindicação dos trabalhadores.

Padre José Hehenberger recorda que as manifestações públicas organizadas pelo sindicato e CPT, em respostas as práticas de violências sofridas pelos lavradores, nem sempre eram compreendidas pela sociedade, a maioria da população operava uma percepção própria do senso comum de que a luta dos trabalhadores pela conquista das terras era criminalizada, por que os “sem terras” eram apresentados no discurso dos setores dominantes como principais causadores daqueles atos de pistolagem e “todo mundo” falava dos trabalhadores assim: “vocês [sem terras] fazem a bagunça, e nós vamos morrer”. Esse discurso disseminado junto à comunidade encontrou efeitos de verdades na população, uma vez que, “a gente [os trabalhadores] tinha a ideia que foi jogado também a situação do povo contra nós por que o povo dizia “nós não queremos morrer”, mas por causa do nosso trabalho então tem esse conflito de pistoleiro e isto foi então muito difícil [para o movimento e/ou os trabalhadores]”. Verifica-se no relato do padre José que o discurso produzido culpabilizava os trabalhadores do sindicato diante da situação de violência, influenciando inclusive os moradores da cidade que não estavam diretamente ligados à luta pela terra. Discurso que também era reproduzido pela polícia local que não tomava nenhuma providência em relação à situação de violência contra os lavradores, sob argumentos de que os trabalhadores rurais estavam “perturbando a ordem pública no município”, e eram os principais causadores da violência com aquela prática de “invadirem as terras na região”¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Entrevista. Padre José Hehenberger. 29 de Dezembro de 2010.

A situação de insegurança, o medo em decorrência dos casos de assassinatos ocorridos, as tensões que cercavam os trabalhadores em suas lutas, nem sempre compreendidas pela sociedade, foram levadas ao Chefe do Executivo do Estado através de uma Comissão de Lavradores composta por representantes da Diocese, do sindicato e a CPT e dezenas de trabalhadores rurais, onde acamparam diversas vezes em frente à Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, com objetivo de cobrar do órgão maior segurança pública do Estado, medidas para combater a prática de violência rural provocada por fazendeiros/grileiros em Várzea Nova e em outros municípios baianos que viviam situações semelhantes.

Em pelo menos dois consideráveis representantes da mídia impressa da Bahia, - os jornal *Correio da Bahia* e o jornal *A Tarde*, a questão da problemática da violência rural envolvendo trabalhadores rurais e fazendeiros/grileiros, na disputa conflituosa pela terra em Várzea Nova, foi motivo de pauta no final de 1988, período em que os conflitos tomaram proporções em todo Estado e nacionalmente em decorrência da Anistia Internacional ter dado visibilidade às famílias acampadas, exigiam Segurança Pública do Estado, em face do “clima de terrorismo,” provocado com algumas mortes e ameaças de lavradores e agentes pastorais. Uma leitura possível de como os trabalhadores em suas lutas sociais expressas nas matérias, tanto do *Correio da Bahia* como do jornal *A Tarde*, cujas pautas enfocavam as denúncias reivindicadas em Comissão pelos segmentos envolvidos com a causa dos trabalhadores rurais sem terra-, segurança, regularização das áreas e justiça contra a impunidade dos assassinos e mandantes dos lavradores, foram representados por esses jornais e revela como esses dois segmentos com ligações políticas distintas, perceberam a problemática dos trabalhadores no contexto social e político do final da década de 1980.

Na matéria apresentada pelo *Correio da Bahia* sob o título: “Trabalhadores rurais vieram protestar contra a impunidade” em dezembro de 1988, procura dar visibilidade ao movimento dos trabalhadores rurais sem terra em uma Comissão formada por “50 trabalhadores rurais de Várzea Nova e municípios circunvizinhos” que se encontravam “acampados na Praça da Piedade em Salvador” reivindicando, de imediato, uma audiência pública com o Governador Waldir Pires e o Secretário de Segurança Pública. O texto centraliza a forma de protesto dos trabalhadores que exibiam “as roupas sujas de sangue” do líder sindical de Várzea Nova. Os trabalhadores diziam não arredar o pé enquanto não houvesse punição dos culpados diante dos casos de assassinatos a trabalhadores rurais e a liderança do sindicato:

Acampados em frente à Secretaria de Segurança Pública do Estado, na Piedade, cerca de 50 trabalhadores rurais de Várzea Nova e outros Municípios circunvizinhos, prometem não arredar o pé do local até que seja dada garantia de punição dos responsáveis por uma série de assassinatos e atentados que estão ocorrendo na região em função de conflitos de terras. Revoltados com a violência e impunidade que tomou conta da área, eles exibem as roupas sujas de sangue da última vítima, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova, Moisés Vitório dos Santos, morto no último dia 11, segundo denúncia, a mando da liderança local da União Democrática Ruralista (UDR)¹⁰⁶.

O jornal *Correio da Bahia* centraliza a luta dos trabalhadores pela conquista da terra e suas conseqüências, ressaltando que não era a primeira vez que os “lavradores vêm à capital denunciar os crimes na região”. Isso por que, em outubro do mesmo ano, uma comissão já tinha ido a Salvador, e na época tinha sido “recebido pelo governador Waldir Pires em audiência”. Entretanto a Comissão que era integrada por Moisés Vitório dos Santos, “além de denunciar os assassinatos e atentados, tinha alertado ao Governador sobre a existência de uma “lista negra”, em mãos dos pistoleiros”, e, “entre os nomes, estaria o do Presidente do Sindicato Rural de Várzea Nova”, porém, mesmo naquela ocasião, o próprio governador “prometeu providencias”. No entanto, “estas chegaram tarde”, o que não evitou o assassinato do líder sindical.

[...]“até quando os criminosos ficarão em pune?”, perguntam os lavradores no local do acampamento, de onde dizem que não sairão até o governador do Estado lhes dê garantia de vida. Amedrontados com “o clima de banditismo” da área, os lavradores pediram à imprensa a não-divulgação de nomes, devido a possibilidade de represálias. [...] Conforme explicaram os trabalhadores, as terras geradoras do conflito são parte da Fazenda Piedade no município de Várzea Nova, cuja questão tramita na justiça há 26 anos. As terras pertenciam a Liberato Joaquim Alves, mas estariam sendo griladas por José Benigno Filho, que, em 1971 as teria vendido ilegalmente a Luiz Lima. Há 10 anos, entretanto, Liberato Alves teria ganhado a causa na justiça e cedido 500 tarefas aos sem terras da região.¹⁰⁷

Verifica-se que discurso do texto do jornal *Correio da Bahia* focaliza a problemática dos trabalhadores rurais sem terra como uma questão social, que demandava a garantia de segurança por parte do Estado à causa dos trabalhadores, relatando a origem dos conflitos e justificando que as terras da fazenda Piedade em Várzea Nova pertenciam aos trabalhadores e estavam sendo griladas.

¹⁰⁶ Nota do Jornal, *Correio da Bahia*. Salvador dezembro de 1988.

¹⁰⁷ Matéria do Jornal, *Correio da Bahia*. Salvador dezembro de 1988.

Também em 1º de dezembro de 1988 o *Jornal A Tarde*, descreveu a situação dos trabalhadores do sindicato rural em Comissão formada por representantes de diversos segmentos que lutavam pela posse das terras em Várzea Nova, e reivindicavam medidas urgentes de segurança pública do Governo Waldir Pires. Entretanto, no discurso da matéria jornalística produzida pelo Jornal “A Tarde”, a problemática dos trabalhadores é apresentada, sob título: “Agricultores de Várzea Nova pedem justiça”. Uma fotografia mostra a tenda dos lavradores que estavam “sob sol e chuva” acampados na Praça Piedade à espera de serem ouvidos pelo Governador e pelo Secretário de Segurança Pública.

O governador Waldir Pires recebeu, ontem a noite, na governadoria, um grupo de trabalhadores rurais, dirigentes sindicais e agentes pastorais da Diocese de Senhor do Bonfim, Jacobina e Monte Santo que vieram denunciar o clima de violência e assassinatos cometidos contra lavradores dos municípios de Várzea Nova, Caem e Monte Santo “por grileiros da União Democrática Ruralista-UDR-, pelo fato de estarem defendendo a posse da terra. Os integrantes do grupo afirmaram ao governador que, nos últimos 90 dias, “a sanha assassina do comando de morte da UDR e seus comparsas tiraram a vida de Edvaldo Félix, José Augusto e Moisés Vitório dos Santos, além de atentarem contra as vidas dos lavradores Minaldo, Mirocho e Edilson, e ameaçarem de morte algumas famílias. Mesmo com toda a chuva caída, ontem na cidade, os trabalhadores rurais de Várzea Nova continuaram acampados na Piedade, em frente à Secretaria da Segurança Pública do Estado. Esta foi a forma encontrada por eles para exigir justiça pelo assassinato do presidente do Sindicato de Várzea Nova, Moisés Vitório dos Santos, no último dia 11. Até o final da tarde, nenhuma garantia de apuração dos fatos e até mesmo de punição dos culpados foi anunciada pelas autoridades. No encontro mantido, pela manhã, com o Secretário da Segurança Pública, Ênio Mendes, segundo um dos integrantes da comissão, Agnaldo Bispo Vieira, “não foi nada prometido, porque ele não nos prometeu segurança na cidade”. Explicou que, para o secretário, o crime está relacionado com vingança de família, acrescentando que “por ele, a gente fica a vida toda aqui¹⁰⁸”.

A matéria relata as disputas pela posse das terras envolvendo segmentos de trabalhadores rurais e os fazendeiros ligados a UDR, responsável, entre outras, pela morte de Moisés Vitório dos Santos, presidente do sindicato rural em Várzea Nova, apresenta um embate de discursos entre trabalhadores e poder público estadual colocando em choque duas interpretações para explicar a violência que operava na região de Jacobina e outros municípios baianos. Porém, a forma como o jornal centraliza a problemática dos trabalhadores rurais sem terra a partir de sua reivindicação por justiça em audiência com o Governador Waldir Pires e do Secretário Ênio Mendes, é revelador do discurso de um segmento da imprensa baiana que, além de manter uma postura de oposição ao Governador do Estado naquele período, procurou

¹⁰⁸ Nota do Jornal A TARDE. Salvador-BA. 1º Dezembro de 1988.

deslocar o sentido da legitimidade da luta pela terra do movimento de agricultores sem terra em Várzea Nova.

Nesse sentido, o jornal para justificar a inércia da Secretaria de Segurança Pública em tomar medidas de coerção da violência que vitimava lavradores em Várzea Nova, que apesar de estarem “pedindo justiça” não hesitou em denunciar o tratamento do Secretário de Segurança Pública à problemática da terra no município, uma vez que até aquele momento não tinha dado “nenhuma garantia de apuração dos fatos e até mesmo de punição dos culpados foi anunciada pelas autoridades”, alegando que um dos crimes, mais especificamente o de Moisés Vitório, presidente do sindicato de Várzea Nova estava “relacionado com vingança de família.” Assim, o discurso do jornal, revela o descaso das autoridades, acrescenta a fala de um dos representantes da Comissão quando se reportava a posição do secretário de que disse que “não foi nada prometido, porque ele não nos prometeu segurança na cidade por ele, a gente fica a vida toda aqui”.

Assim, o jornal procura operar significados diversos às reivindicações dos trabalhadores do interior baiano, com enfoque para os trabalhadores do sindicato rural de Várzea Nova que “permaneciam acampados em Salvador”, “sob sol e chuva”. Pode-se pensar que a matéria do Jornal *A Tarde*, ao dar visibilidade à problemática dos trabalhadores parece que assumiu um discurso de oposição ao Governo Waldir Pires. Assim, construiu uma argumentação tomando como exemplo as reivindicações dos trabalhadores rurais, de que o Governo Waldir Pires, ao contrário do que parecia, não demonstrava nenhum compromisso com a segurança dos trabalhadores sem terra em Várzea Nova e muito menos de coibir a violência rural motivada pela disputa pela terra no interior da Bahia, além de não ter compromisso social de regularização fundiário no Estado.

Para construir essa “verdade” procurou mostrar que o agente responsável de promover a segurança dos trabalhadores, associava a violência rural em Várzea Nova, especificamente a morte do líder sindical Moisés Vitório, à “briga de famílias”, uma explicação recorrente na época para deslocar o sentido da luta pela terra na sociedade de “compreender os conflitos agrários como sendo tensões oriundas das necessidades de redistribuição de terras.¹⁰⁹” Em contrapartida, o esforço da Comissão, formada por representantes do sindicato de trabalhadores de Várzea Nova e outros municípios, Dioceses e Pastorais em audiência, foi de

¹⁰⁹ SILVA, Célia Nonato. “Os pobres herdarão a terra”: conflitos rurais e Igreja Católica no Brasil na segunda metade do século XX, Revista Crítica Histórica, Ano I, Nº 2, Dezembro/2010, P. 78. Disponível em <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica>. Com acesso em 23 de maio de 2011.

fazer com que as autoridades, perceberem que aquelas práticas de violência contra trabalhadores em lutas pela terra, além de serem atos criminosos, e, portanto, uma questão de “direitos humanos,” eram práticas produzidas de uma disputa social e política em Várzea Nova, apenas um dos exemplos em todo país de uma luta pela conquista da terra, contra a “manutenção de uma estrutura de poder das oligarquias agrárias que preservam seus interesses que excluem os trabalhadores rurais de suas terras¹¹⁰”.

Dessa forma, a luta pela terra vivenciada pelos trabalhadores rurais do sindicato em Várzea Nova na década de 1980, foi percebida por segmentos da mídia baiana e produziu diferentes discursos com interesses e posições políticas diametralmente opostas no que tange à luta pela terra dos trabalhadores rurais do Estado da Bahia. A análise histórica dessa documentação impressa que pautaram Várzea Nova e a questão da terra, significou lançar mão a uma memória produzida no jogo de interesses políticos, que colocaram duas representações da problemática dos trabalhadores de Várzea Nova, com fortes ressonâncias no Estado da Bahia em face daquilo que se apresenta como realidade social.

¹¹⁰ SILVA, Célia Nonata . “*Os pobres herdarão a terra*, *op. cit.*, p. 79.

4. Considerações Finais

Após o desenvolvimento dessa pesquisa, podemos compreender melhor questões relevantes sobre a história do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Várzea Nova. Nesse sentido, a experiência de produção do conhecimento histórico nessa pesquisa centralizada nas vivências das histórias de trabalhadores rurais sem terra que utilizaram os espaços de formação sindical e construíram múltiplas relações de poder em Várzea Nova, resultou numa disputa conflituosa pela obtenção da posse de terras. Essa experiência de luta sindical dos trabalhadores foi motivada a partir de suas vivências no cotidiano de trabalho e nas práticas de cidadania no meio rural que, nem de longe são menos importantes daquelas que se passaram nas regiões centrais do Brasil.

Assim, a experiência adquirida no exercício dessa pesquisa monográfica que enfocou sobre a luta dos trabalhadores rurais a partir do espaço sindical em Várzea Nova, nos anos de 1980 a 1990, é sem dúvida, relevante para a história social do trabalho, sobretudo em Várzea Nova, e certamente muito contribuirá para novos estudos sobre sindicalismo rural na região. Espera-se, portanto, que essa pesquisa venha contribuir, para ampliação das fontes e possibilitar estudar outros espaços importantes de lutas sindicais e de vivência histórica de trabalhadores rurais no interior da Bahia.

Os discursos e as práticas de sindicalismo rural em Várzea Nova constituem-se num dos exemplos que testemunham como no espaço rural ocorreram lutas sociais de múltiplos significados durante os anos de busca intensa pelos diversos segmentos sociais no Brasil, para o restabelecimento das liberdades das mais variadas formas de participação política, em lutas pelos direitos civis e sociais, lutas que homens e mulheres da roça em Várzea Nova, mesmo desconhecendo os rudimentos da educação formal, protagonizaram histórias, resistiram a condições adversas para vencerem a pobreza extrema, ocasionada historicamente pela ausência da posse da terra, único meio para esses trabalhadores rurais, nesse perímetro rural, pudesse produzir sua existência através da agricultura familiar. Esses sujeitos empreenderam nas vivências sindicais e em suas crenças religiosas, a capacidade de agir, de buscar melhores condições sociais, desnaturalizando assim, uma condição imposta pela dominação de fazendeiros/grileiros, detentores do principal meio de produção no campo: a terra.

Para romper as diversas formas de opressão, ocasionada por uma rede de interesses, os sujeitos (re)construíram um lugar social, de onde emergiram embates, formas de resistências,

construindo assim, uma problemática de luta pela terra. Muitos aspectos dessa luta pela terra foram trazidos à tona nas diversas recriações de memória oral por sujeitos históricos que se revelaram narradores de experiências de um fazer político, gerando uma narrativa possível dessa experiência de sindicalismo rural em Várzea Nova.

Referências Bibliográficas

ALBURQUERQUE, Durval Muniz. **História, a arte de inventar o passado**. São Paulo. EDUSC, 2007.

_____. **Um leque que respira: Michel Foucault e a questão do objeto em história**. Retratos de Foucault. 1 ed. Rio de Janeiro: NAU, 2000, (p. 117-137).

ALVES, Giovanni. “Do ‘novo sindicalismo’ a ‘concertação social’: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998)”. *Sociologia Política*. n.15. Curitiba, nov.2000. Disponível em: <[http:// www.scielo.br](http://www.scielo.br)> Acesso em 21 set.2006.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta Moraes de, (org). **Usos e abusos da história oral**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ARAUJO, D, Maria Celina. **Estado, classe trabalhadora e políticas sociais**, in *Brasil Republicano: o tempo do nacional-estadismo: do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo - organização Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

BARROS, José D’ Assunção. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**, 3 Ed. Petrópolis, R.J:Vozes, 2007.

BENJAMIN, Walter. **O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. *In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BETO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. Disponível em: <http://www.servicioskoinonia.org/biblioteca/pastoral/BettoOQueECEB.pdf>. Com acesso em 18 de Abril de 2011

BORGES, Maria Eliza Linhares. **Reforma Agrária e identidade camponês**. *In: O Golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*, (org) REIS, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo de Patto Sá. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAROLINA, Cora. **Cântico da terra in Caderno de textos: todas as Letras - juntos escrevendo uma nova história**. CUT – Central Única dos Trabalhadores no Programa Brasil Alfabetizado, São Paulo, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 2** morar, cozinhar: Michel de Certeau, Luce Giard, Pierre Mayol; tradução Ephaim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. **A escrita da História**. Rio de Janeiro. Petrópolis. Vozes, 1994.

CARVALHO, José Murílio de. **Cidadania no Brasil: um longo caminho**. 10 Ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHAUÏ. Marilena. **Convite à filosofia**. 10 Ed. São Paulo: Ática, 1998.

DEMO, Pedro. **Pobreza política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (autores associados), 2006.

DURHAM, Eunice. **Movimentos sociais: a construção da cidadania**. in Novos Estudos, Cebrap, n.º 10, 1984.

ESPÍRITO SANTO, Joseane do. **O MEB e os movimentos populares de caráter reivindicatório**: Amargosa, 1980-1990. Santo Antônio de Jesus- BA, 2006.

Evangelização no presente e no futuro da América Latina: Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. 8ª Ed., São Paulo: Ed. Paulinas, 1986.

FARIAS, Sara Oliveira. Enredos e Tramas nas minas de ouro de Jacobina. Recife.Ed. Universitária, (Série Tese).

_____. **Memória e História: interações possíveis**, in, História regional e local: discussões práticas, (orgs), Ana Maria Carvalho dos Santos Oliveira e Isabel Cristina Ferreira dos Reis. Salvador: Quartetos, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação Como prática de Liberdade**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FORTES, Alexandre e Negro, Antonio Luigi. **Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil**. In Brasil Republicano (org) FERREIRA, J: DELGADO, L. A. N. Volume, 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. **“Genealogia e poder.” In: Microfísica do poder**. 16ªed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 26.ed.Petropólis, Vozes, 2002.

_____. **A Ordem do discurso**. 9.ed. São Paulo: Loyola, 2003. (Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio).

GAMA BAUER, Teresinha Martins. **Trabalhadores na luta pela terra**: desvendando os segredos de Nova Conceição Jacobina (1980-2002). UNEB Campus IV, Jacobina, 2002.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2005.

HEHENBERGER, José Padre. **25 anos de fé, resistência, lutas, vitórias, esperanças no campo e na cidade**. Paróquia São José do operário. Jacobina-Bahia-Brasil, 29 de agosto de 2004.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 5º Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

JUNQUEIRA, Kellen Maria. **A imagem e a memória nos processos de criação: o rural e a cultura caipira no imaginário da luta pela terra**. Faculdade de Engenharia Agrícola-FEAGRI/Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. São Paulo, 1997.

LASE, Sonia Sampaio Navaro. **O movimento sindical rural em Pernambuco: 1958-1968**. Dissertação (Mestrado em sociologia). Recife, 1995 disponível em: www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum18.pdf com acesso em 23 de maio de 2011.

LE MOS, Doracy Araújo; OLIVEIRA, Maria do Socorro Cortez. **Pe. Alfredo Bernardo Maria Haasler . Cist: O missionário do Sertão**. Biografia de Padre Alfredo Haasler. Jacobina – Bahia, 1999.

MARIGHELA, Carlos. **A questão Agrária no Brasil: textos dos anos sessenta**. (org) Carlos Marighela... [et al]). São Paulo: ED Brasil Debates, 1980.

MONTENEGRO, Antônio. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 3ªed. São Paulo: Contexto. 2001.

_____ **História, metodologia, memória** . São Paulo: Contexto, 2010.

NASCIMENTO, Júlio Domingos do. **A história de Várzea Nova: da fundação ao progresso**. Associação Varzenovense da Assistência Hospitalar Hospital Pe. Alfredo Haasler, 1989.

“NOS LAVRADORES”. **ACR – Animação Cristã no Meio Rural do Brasil**. 4ª Edição, Recife – Pernambuco, 1987.

O POVO DESCOBRE A SOCIEDADE. “Capitalismo X Socialismo” :subsídio para reflexões de CEBs. Edições Pailinas. São Paulo, 1984.

PICANO, Antônio Barbosa. **Caderno de apoio pedagógico**, (org) Antônio Barbosa Picano, Maristela Miranda Barbosa. Agência de Desenvolvimento Solidário, São Paulo, 2007.

REIS, Daniel Aarão. **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

RODRIGUES, Marly. **A década de 80: Brasil, quando a multidão voltou às praças**. Série Princípios, São Paulo, 1992.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rionde Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. **“Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990.”** In Brasil Republicano, (org) FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. V. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTÂNGELO, Enzo. **Terra e arame farpado: Ezequiel Ramin, vos dos excluídos.** Coleção Enviados Especiais 5ª Edições Loyola. São Paulo, 1995.

SETRAS – Secretaria do Trabalho e Ação Social. **Trabalho rural: direitos e benefícios.** Governo do Estado da Bahia, Salvador, 1995.

SILVA, José Graciano da. **O que é a questão agrária.** 15ª ed, Primeiros Passos: Editora Brasiliense, São Paulo, 1989.

SILVA, Maria Auxiliadora Oliveira da. **Evangelizar e politizar: o sentido da atuação da Igreja Católica com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Seridó Potiguá (1964-1979).** Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Universidade do Rio Grande do Norte, 2007.

SILVA, Célia Nonata . **“Os pobres herdarão a terra”: conflitos rurais e Igreja Católica no Brasil na segunda metade do século.** XX, Revista Crítica Histórica, Ano I, Nº 2, Dezembro/2010, disponível em <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica>. Com acesso em 23 de maio de 2011.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Estatística dos municípios baianos. Salvador: SEI, 2011.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRINDADE, Solano. **O trabalho, in. Caderno de textos: todas as Letras - juntos escrevendo uma nova história.** CUT – Central Única dos Trabalhadores no Programa Brasil Alfabetizado, São Paulo, 2005.

VÁRZEA NOVA. **Diagnóstico de Municípios do Piemonte.** Governo da Bahia. Série desenvolvimento regional 12ª edição. Sebrae, Salvador, 1995.

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária 13ª.** Primeiros Passos: Editora Brasiliense, São Paulo, 1990.

ROTÉIRO DE ENTREVISTAS ORAIS

As entrevistas realizadas com questionários semidirigidos:

DADOS DO DEPOENTE:

DATA: ____ / ____ / ____

NOME:

IDADE:

ENDEREÇO:

1º ETAPA – Seleção dos depoentes: agricultores rurais envolvidos com a luta pela terras em Várzea Nova via sindicato -, ex dirigentes sindicais -, lideranças religiosas ligados a CPT – Comissão Pastoral da Terra de Jacobina.

2º ETAPA – Levantamento de dados sobre os depoentes: Consulta aos arquivos do sindicato sobre as histórias de vida dos(as) depoentes – documentos produzidos que fazem referência ao depoente, para identificar quem são? O que faziam no período de surgimento da entidade sindical.

3º ETAPA - Questionário: produzido para introduzir/ sugerir questões a serem respondidas, a partir de lembranças sobre a trajetória de vida dos depoentes antes e durante a participação no sindicato rural em Várzea Nova-BA

- Sugerir relato sobre origem/ naturalidade... Como? Qual o motivo principal que vez com que viesse a Várzea Nova-BA
- Em que período de suas vidas conheceu/ entrou em contato com o sindicato rural?
- Quais as principais motivações que contribuíram para essa decisão?
- Como, de que forma o movimento sindical em Várzea Nova afetou a vida de trabalhador rural?
- Quais as contribuições/ aprendizados o sindicato trouxa para a vida do depoente?
- Quais relações/ envolvimento os atores sociais mantiveram com o movimento sindical rural em Várzea Nova-Ba?.
-

4º ETAPA – Transcrição e Digitalização das entrevistas coletadas.

5º ETAPA – Trabalho de Edição das entrevistas - consiste em recortes, na seleção de depoimentos para análise das memórias oral produzida nas entrevistas. Trabalho esse que consistiu basicamente em: Análise da Condição dos relatos de memória. Identificação dos depoentes. De onde falam. Por que falam. Identificação das formas diversas de narrar dos trabalhadores de Várzea Nova, dentre outras aspectos.

FONTES

DEPOIMENTOS ORAIS

Entrevistas realizadas com os seguintes depoentes:

- Antônio Cravo da Silva
- Esmeraldo Paz
- Genival Vitório dos Santos (Geni)
- João Pedro Alves de Souza (Pedro Liberato)
- Joaquim Barbosa
- Pe. José Hehenberger (Pe. José)
- Sebastião da Silva Medeiros
- Teotônio Alexandre de Souza (Elizeu do PT)

Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova-BA

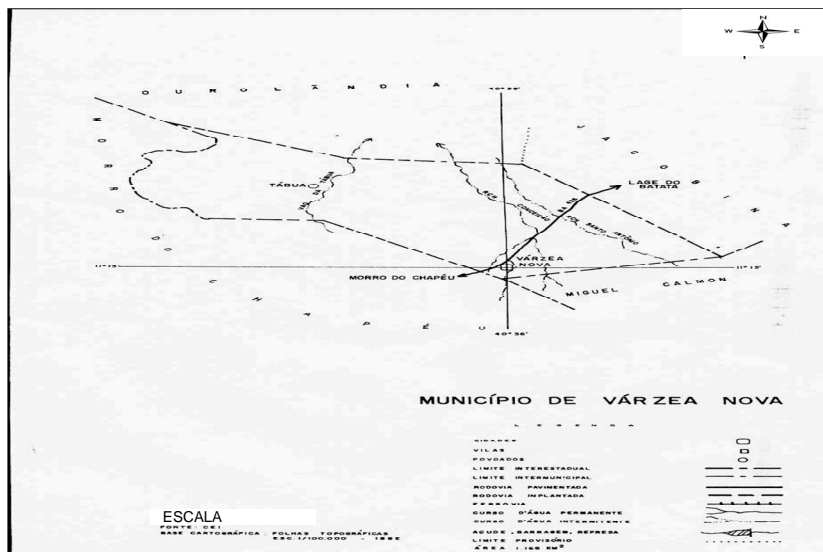
- Livros da Atas Protocolados sob o nº: 005861/1985
- Estatuto Social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova
- Fotografias
- Panfletos

Arquivos: Casa de Repouso - CPT – Jacobina – Associação Casa dos Lavradores

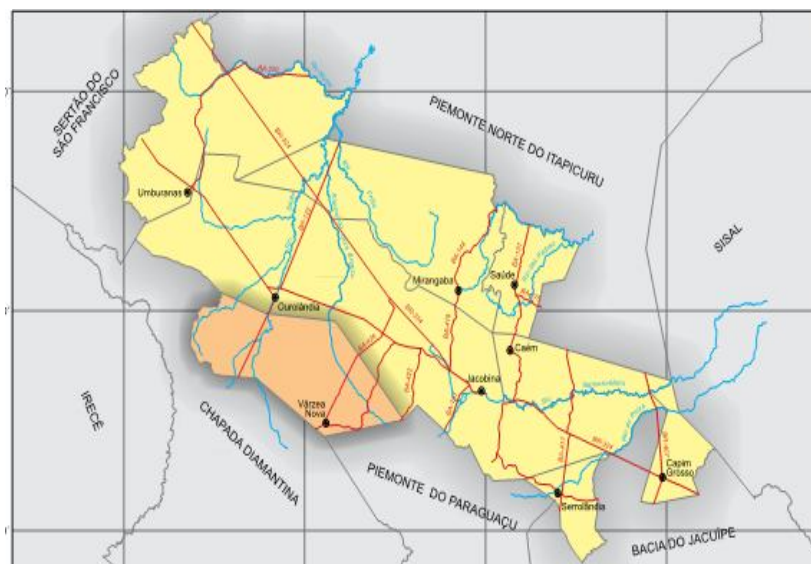
- Jornal Ressurreição e Vida nº 167/ 1989
- Jornal A Tarde 1989
- Jornal Correio da Bahia 1989
- Livros da ACR e CEBs

ANEXOS

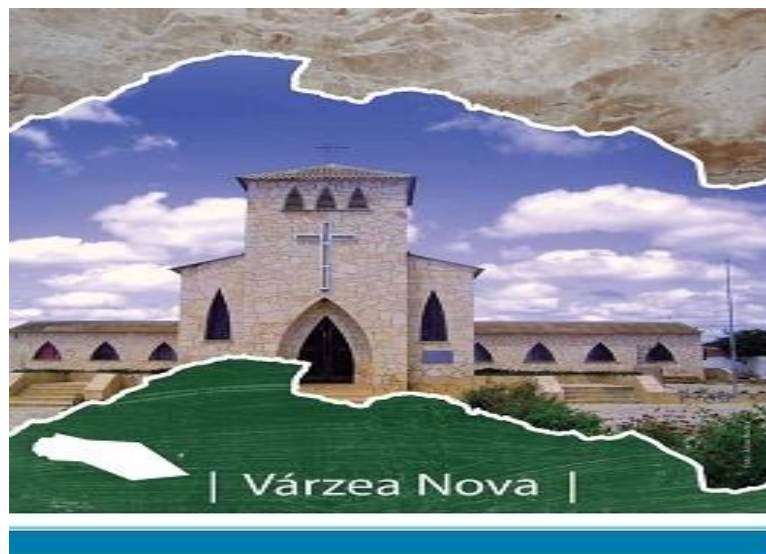
ANEXO A – Mapa do Município de Várzea Nova



ANEXO B – Mapa do Município de Várzea Nova no Território do Piemonte da Diamantina



ANEXO C- FOTO - Vista da Igreja Católica – Paróquia de Santa Cruz.



ANEXO D- FOTO – Mutirão na Fazenda Piedade – Várzea Nova - BA



ANEXO E- FOTO – Reunião dos Trabalhadores do sindicato na Fazenda Conceição - Várzea Nova - BA



ANEXO F- FOTO – Celebração Fénebre realizada por Pe. José Hehenberger na Fazenda Conceição - Várzea Nova - BA



ANEXO G- FOTO – Manifestação dos Trabalhadores do sindicato realizada na Fazenda Conceição - Várzea Nova - BA



ANEXO H- FOTO – Trabalhadores rurais de Várzea Nova e Pe. José na Missão da Terra em Jacobina



ANEXO I- FOTO – Agricultores de Várzea Nova acampados em Salvador



ANEXO I- FOTO – Agricultores de Várzea Nova “ainda continuam acampados” em Salvador

